UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Câmpus de Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ÁLVARO ANACLETO

AS DISPUTAS TERRITORIAIS NA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO CANUDOS, EM GOIÁS.

Presidente Prudente

Março de 2014

ÁLVARO ANACLETO

AS DISPUTAS TERRITORIAIS NA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO CANUDOS, EM GOIÁS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – *Campus* de Presidente Prudente, como um dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: **Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi.**

Área de concentração: Produção do espaço Geográfico

Linha de Pesquisa: Estudos Rurais e Movimentos Sociais

Presidente Prudente, março de 2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Anacleto, Álvaro.
A551L As disputas territoriais na formação do assentamento Canudos, em Goiás / Álvaro Anacleto. - Presidente Prudente : [s.n.], 2014
193 f. : il.

Orientador: Eduardo Paulon Girardi
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Luta pela terra. 2. Agronegócio. 3. Goiás. I. Girardi, Eduardo Paulon. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

ÁLVARO ANACLETO

AS DISPUTAS TERRITORIAIS NA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO CANUDOS, EM GOIÁS

COMISSÃO JULGADORA

Dissertação para obtenção do título de mestre

_____

Prof. Dr. Eduardo PaulonGirardi

Presidente da Banca – Orientador

(Faculdade de Ciência e Tecnologia/UNESP)

_____ _____

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira

1º Examinador

(Instituto de Estudos Socioambientais / UFG)

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

2ª Examinador

(Faculdade de Ciências e Tecnologia/ Unesp)

Presidente Prudente, março de 2014

DEDICATÓRIA

À classe trabalhadora que insiste em se movimentar
lutando contra a exclusão e opressão.
Em especial aos camponeses que se reinventam
e resistem as previsões fatídicas do capitalismo.

AGRADECIMENTOS

A minha família, pai mãe, irmã e filhos que foram fundamentais nesta caminhada e

Especialmente minha companheira de vida, de militância de todas as horas Ana Lúcia;

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;

Ao meu orientador Eduardo P. Girardi pela paciência e compreensão nesta caminhada;

À todas companheiras e companheiros da turma de mestrado pela solidariedade e reflexões coletivas;

Aos educadores que ajudaram nas reflexões ao longo do curso;

Às famílias do assentamento Canudos que me ajudaram na construção desta dissertação;

Aos companheiros e companheiras do MST de Goiás que confiaram esta tarefa a mim;

EPÍGRAFE

Mudanças

O tempo te pôs na cabeça e
ensinou três coisas.

Primeiro:
você pode crer em mudanças
quando dúvida de tudo, quando
procura a luz dentro das pilhas
o caroço nas pedras, a causa
das coisas, seu sangue bruto.

Segundo:
você não pode
mudar o mundo conforme o coração.
Tua pressa não apressa a História.
Melhor que teu heroísmo,
tua disciplina na multidão

Terceiro:
é preciso trabalhar todo dia, toda madrugada
para mudar um pedaço de horta,
uma paisagem, um homem [uma mulher].
Mas mudam, essa é a verdade.
(Domingos Pellegrini Jr.)

RESUMO

No Brasil o desenvolvimento do capitalismo na agricultura promoveu a concentração da terra e estabeleceu o modelo de desenvolvimento e produção do campo com prioridade para as grandes propriedades em detrimento das unidades camponesas, sendo este o principal problema que estrutura a questão agrária no país. Nesta dissertação temos como objetivo principal analisar a disputa territorial entre a agricultura capitalista (na atualidade representada principalmente pelo agronegócio) e a camponesa, tendo como caso de análise o assentamento Canudos, no estado de Goiás. O caso do assentamento Canudos é analisado tendo como quadro de referência a formação agrária do estado de Goiás e a luta pela terra realizadas pelos Sem Terras é destacada como elemento primordial para explicar a conflitualidade entre os dois territórios: o capital e o campesinato. Consideramos que esses modelos de desenvolvimento são antagônicos e, por isso, estabelecem relações de enfrentamento pelo controle territorial. Teoricamente nos baseamos no debate paradigmático que busca explicar a questão agraria brasileira, o qual considera dois principais paradigmas: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA), sendo que nos posicionamos teoricamente ao lado das assumpções do PQA que, de modo geral, analisa a questão agrária a partir dos problemas gerados pelo desenvolvimento do capitalismo. Analisamos também a luta pela terra em Goiás, com enfoque às lutas realizadas pelo MST. O estudo de caso do assentamento Canudos apresenta um resgate histórico da trajetória das famílias e do processo de consolidação do assentamento e, posteriormente, a luta pela permanência na terra e resistência às tentativas de reterritorialização do capital no assentamento via propostas de parceria. Com isso, identificamos quais impactos diretos na vida das famílias tem o acesso a políticas públicas que fomentam a sua produção e comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Palavras-chave: Campesinato, Agronegócio, Assentamento Canudos, MST, Território.

ABSTRACT

In Brazil the development of capitalism in agriculture promoted the concentration of land and established a model of development and field production with priority given to large farms, at the expense of peasant units, that is the main problem that structures the agrarian question in the country. In this work we have as main objective to analyze the territorial dispute between capitalist agriculture (today represented mainly by agribusiness) and the peasantry, with the case study of Canudos settlement, in the state of Goiás, and having reference to agrarian formation of the state of Goiás. The struggle for land held by Sem Terras is highlighted as essential to explain the conflict between the two territories: capital and peasantry. We believe that these models of development are antagonistic and therefore establish relations of coping for territorial control. Theoretically, we rely on paradigmatic debate, that seeks to explain the Brazilian agrarian question, which considers two main paradigms: the Paradigm of Agrarian Capitalism (PCA) and the Paradigm of Agrarian Question (PQA). Theoretically, we are positioned ourselves alongside the assumptions of PAQ, that at general analyzes the agrarian question from the problems generated by the development of capitalism on the countryside. We also analyze the struggle for the land in Goiás, with focus on the struggles waged by the MST. The case study of Canudos settlement presents a historical trajectory of families and of the process of consolidation of the settlement, subsequently, the struggle to remain on the land and resist attempts to repossession of capital in the settlement via partnership proposals. Thus, we identified which directly impacts the lives of families have access to public policies that promote production and marketing, as the Food Acquisition Program (PAA).

Keywords: Peasantry, Agribusiness, Settlement Canudos, MST, Territory.

Lista de Mapas

Mapa 1 – Municípios de Goiás com acampamentos em outubro de 2013..... 106

Mapa 2 – Localização do Assentamento Canudos e sua abrangência nos municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó 113

Mapa 3 – Fazenda Palmeiras, as cinco ocupações do acampamento Canudos e os acampamentos provisórios 120

Mapa4 – Assentamento Canudos e a organização espacial em áreas 140

Mapa 5 – Assentamento Canudos e proximidade com frigoríficos 156

Lista de Figuras

Figura 1 – Marcha estadual do MST 125

Figura 2 – Dia de campo em área coletiva no pre assentamento 136

Figura 3 – Debate sobre o PDA com as famílias 138

Figura 4 – Plantação de mandioca e ao fundo pasto 167

Figura 5 – Plantação de arroz – lavoura comunitária em área coletiva 167

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Número de estabelecimentos em Goiás entre 1970 e 2006 64

Tabela 2 – Área dos estabelecimentos em Goiás entre 1970 e 2006 64

Tabela 3 – Comparativo entre estabelecimentos agropecuários, segundo tipo de agricultura – Brasil 2006 78

Tabela 4 – Balança comercial brasileira e do agronegócio 1997 – 2012 80

Tabela 5 – Produção de Grãos – Brasil de 2003 a 2011 81

Tabela 6 – Balanço de oferta e demanda (produtos) – Brasil entre as safras de 2008/09 a 2011/12 82

Tabela 7 – Valor Bruto da Produção – Brasil entre 2003 a 2011 88

Tabela 8 – Financiamento Rural – Programação e Aplicação de Recursos, Brasil – safras 2009/10 a 2011/12 92

Tabela 9 – Movimentos de luta pela terra em Goiás (INCRA – SR/04) em outubro de 2013 105

Tabela 10 – Recursos aplicados pelo MDA e MDS de 2003 a 2010 – todas as modalidades do PAA 164

Lista de Quadros

Quadro 1 – Uso da terra na fazenda Palmeiras no ano 1996/1997 123

Quadro 2 – Resumo do efetivo pecuário na fazenda Palmeiras nos anos 1996/1997 123

Quadro 3 – Produção na fazenda Palmeiras no ano agrícola 1996/1997 123

Quadro 4 – Avaliação da fazenda Palmeiras para criação do P.A. Canudos em 1999 132

Quadro 5 – Crédito Instalação para assentamentos em 2010 – recursos liberados via INCRA 144

Quadro 6 – Modalidades e Valores de Comercialização para o PAA – 2012 162

Quadro 7 – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea no ano de 2012 – ASPAC 168

Quadro 8 – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea no ano de 2012 – COOMPRAF 169

Quadro 9 – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea no ano de 2012 – ASPRACEG 170

Lista de Siglas

ABC – Agricultura de Baixo Carbono

ASCAEG – Associação de Cooperação Agrícola no Estado de Goiás

ASPAC – Associação dos Produtores do Assentamento Canudos em Palmeiras de Goiás

ASPRAEG – Associação dos Produtores da Reforma Agrária de Canudos no Estado de Goiás

BSM – Brasil Sem Miséria

CAAF – Compra Antecipada da Agricultura Familiar

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOMPRAF – Cooperativa Mista de produção Agropecuária Familiar

CCU – Contrato de Concessão e Uso

Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EGF – Empréstimo do Governo Federal

EJA – Educação de Jovens e Adultos

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

Fetaeg – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Goiás

Funcafé – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

Moderinfra – Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem

MP – Ministério Público

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDA – Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PQA – Paradigma da Questão Agrária

Procap-Agro – Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária

Procera – Crédito Especial para a Reforma Agrária

Prodecoop – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária

Produsa – Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronamp – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Propflora – Plantio Comercial e Recuperação de Florestas

RT – Renda Total

RPPN – Reserva Permanente do Patrimônio Nacional

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

TAC - Termo de Compromisso, Responsabilidade Ajustamento de Conduta

TDA – Títulos da Dívida Agrária

UDR – União Democrática Ruralista

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UTE – Unidade Técnica Estadual

UTR – Unidade Técnica Regional

VBT – Valor Bruto da Produção

VTP – Valor Total da Produção

Sumário

INTRODUÇÃO 18

CAPÍTULO I – PARADIGMAS, CAMPESINATO E OS SEM TERRA 27

1.1. A questão agrária e os paradigmas interpretativos 28

1.2. Agricultor familiar ou camponês no debate dos paradigmas 31

1.3. O sujeito Sem Terra a partir do campesinato 35

1.4. O território como foco de disputa 38

CAPÍTULO II – PRIMÓRDIOS DA QUESTÃO AGRÁRIA EM GOIÁS..... 42

2.1. A ocupação do interior e a formação das grandes fazendas em Goiás 43

2.2. As obras de infra estruturas e os conflitos pela terra 49

2.3. A resistência e organização camponesa a partir de 1950 55

2.4. Estrutura fundiária em Goiás 62

CAPÍTULO III – O CAPITAL NO CAMPO 66

3.1. Sociedade, agricultura e capitalismo no campo 67

3.2. Agricultura capitalista e agricultura camponesa 72

3.3. Financiamento da agricultura capitalista e da agricultura camponesa 85

CAPÍTULO IV – TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA EM GOIÁS 98

4.1. Os movimentos sociais e a luta pela terra a partir da década de 80 100

4.2. O MST e a luta pela terra em Goiás 107

CAPITULO V – O ASSENTAMENTO CANUDOS: MARCO DA LUTA PELA TERRA EM GOIÁS 113

5.1. O trabalho de base, a luta pela terra e o MST 114

5.2. O acampamento e sua organicidade, lutas e resistências 119

5.3. Pré-assentamento como inicio da espacialização, cooperação e organização produtiva 133

5.4. O assentamento como território em disputa 144

5.5. O assentamento e os desafios produtivos 157

5.6. O PAA como alternativa de emprego renda e desenvolvimento social 160

CONSIDERAÇÕESFINAIS..... 174

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 186

INTRODUÇÃO

O objetivo geral nesta dissertação é analisar as disputas territoriais entre os Sem Terra e o agronegócio na construção do assentamento Canudos em Goiás, com foco na trajetória de luta das famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A hipótese inicial da qual partimos é que, frente ao avanço do modelo de agricultura do agronegócio, ocorre a luta, resistência e/ou adesão dos assentados. Neste contexto, analisamos a influência da política de assentamento e promoção da agricultura camponesa na organização produtiva das famílias e sua importância para influenciar o tipo de relação dos assentados com o modelo de agricultura do agronegócio. Essas resistências ou interações são analisadas no caso específico do assentamento Canudos tendo como referência à formação agrária de Goiás, considerando a forma como a terra e o poder foram concentrados no estado, ocasionando a conflitualidade da luta pela terra.

Para o MST, a luta pela terra cumpre com a função de transformar o sem-terra em sujeito histórico que combina a formação de uma nova identidade, a formação política e ideológica e o vínculo com a organicidade do Movimento[1]. Para definirmos claramente o que entendemos por sujeito Sem Terra, neste contexto, e seu enfrentamento ao agronegócio, realizamos uma discussão no primeiro capítulo sobre o debate que considera as diferenças entre Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). O centro da discussão é sobre a permanência da questão agrária e a conceituação do agricultor de base familiar como camponês ou agricultor familiar. Ao final dessa discussão deixamos clara a nossa opção em considerar o conceito de campesinato como mais adequado ao trabalho por caracterizar também o sujeito Sem Terra.

[1] A palavra Movimento com M maiúscula utilizada neste trabalho é referência ao MST.

Analisar a questão agrária no Brasil necessita levar em consideração a conflitualidade gerada pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. O capitalismo, sendo o modo de produção predominante na atualidade, influencia as relações estabelecidas entre os indivíduos que a compõem. De um lado está a classe dominante e de outro a classe dominada, que não se reconhece enquanto classe e aceita a fragmentação.

No campo, este enfrentamento se evidencia quando de um lado estão os sem-terra e do outro os latifundiários e/ou capitalistas. A luta pela terra cumpre com a importante função de denunciar a concentração da terra, de democratizar a posse da terra, de geração de renda, de dinamizar a economia local, de colocar o debate sobre a importância e necessidade de realizar a reforma agrária no Brasil, historicamente protelada.

Sendo assim, é importante considerar que ser Sem Terra é uma condição histórica. É tornar-se um sujeito do processo de transformação e que tem comprometimento com os princípios, normas e objetivos do MST, estando diretamente ligado à organicidade do Movimento. Conforme Caldart (2004, p. 20, grifo da autora): "[...] *Sem Terra*, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia". Essa identidade é construída na luta e com a luta. Com isso, foi possível compreender, com a pesquisa e o estudo teórico, que o sujeito considerado Sem Terra não desaparece por completo quando se torna assentado, mesmo que alguns deixem de participar ativamente das mobilizações e/ou lutas realizadas pelo Movimento.

A perspectiva inicial deste trabalho era dar enfoque às ações dos Sem Terra em contraposição ao agronegócio e como os demais assentados, sem vínculo orgânico com o MST, interagiam com a proposta do agronegócio. No entanto, durante a pesquisa percebemos que era necessário considerar o conjunto dos assentados como este sujeito Sem Terra. O principal motivo é porque constatamos que, de alguma forma, todos assentados estão vinculados à organicidade do MST, seja participando direta ou indiretamente de reuniões, lutas, mobilizações, campanhas de solidariedade, dentre outras. Esclarecemos que neste trabalho consideramos o Sem Terra como parte do campesinato.

Para poder compreender as razões históricas da realidade atual, no segundo capítulo realizamos uma revisão sobre a formação da estrutura agrária de Goiás e a conformação do território do estado. Nesse aspecto, é importante ressaltar o desinteresse

inicial da Coroa Portuguesa pelas terras do interior do Brasil, que foram ganhando destaque à medida e que surgiam riquezas a serem exploradas, no caso de Goiás, as jazidas de ouro. Ao findar deste ciclo, algumas pessoas voltam para o litoral ou partiram em busca de novas riquezas e os que permaneceram passaram a se dedicar à pecuária extensiva e à agricultura voltada para o autoconsumo. A pecuária passa a ser, desta forma, a principal atividade econômica de Goiás. Para a sua realização surge a necessidade de grandes fazendas, ou melhor, a opção em desenvolver a pecuária extensiva como principal atividade econômica em Goiás, que contribuiu para a formação dos latifúndios.

A atividade agropecuária passa a ser o principal elemento de desenvolvimento econômico de Goiás no século XIX e início do século XX, sendo ainda muito presente nos dias atuais, lançando, assim, raízes profundas na formação da sociedade goiana. Compreender a formação goiana é um grande passo para a análise das disputas territoriais e os enfrentamentos entre camponeses e latifundiários em meados do século XX e início de XXI, que então é visto a partir da perspectiva da agricultura moderna versus a agricultura atrasada, ou seja, o agronegócio em contraposição a agricultura de base familiar ou agricultura camponesa.

O terceiro capítulo é dedicado à análise do capitalismo no campo e suas influências, tendo como enfoque principal as relações entre o agronegócio (sinônimo de agricultura capitalista) e a agricultura camponesa. Esse capitalismo no campo nasce junto ao processo de colonização do Brasil. Desta forma, a luta pela terra no Brasil faz parte de sua história. Após a colonização e, sobretudo, com a Lei de Terras, inicia-se a luta pela propriedade da terra, surgindo uma dualidade no campo que permanece até os dias atuais: camponeses X latifundiários/capitalistas. Para Fernandes (2001, p. 23): “A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”.

O projeto colocado para o desenvolvimento do campo e do Brasil foi a grande propriedade/estabelecimento, o monocultivo, o trabalho escravo e a produção para a exportação. A evolução deste sistema de produção e desenvolvimento do campo hoje, passando pelos complexos agroindustriais, constitui o agronegócio. Suas principais características são: o monocultivo, as plantações em grandes áreas, a mecanização da lavoura, substituição constante da mão de obra por capital, utilização do

desenvolvimento tecnológico, uso do trabalho especializado e o uso do pacote tecnológico capitalista, ou seja, sementes padronizadas e/ou transgênicas usam de fertilizantes, adubos e agrotóxicos.

A agricultura camponesa sempre esteve presente no campo, seja produzindo para o mercado local, para abastecer as demandas das grandes propriedades ou garantir a alimentação básica das famílias camponesas, mesmo estando excluída das políticas de desenvolvimento para o campo. Na atualidade esses dois modelos de desenvolvimento - a agricultura camponesa e o agronegócio - estão em disputa e refletem a questão agrária atual. Segundo Girardi (2008, p.123):

> O território do latifúndio e agronegócio compreende as grandes propriedades, grilos, grileiros, exploração do trabalho, grandes empresas capitalistas, crimes ambientais, mecanização intensa, superprodução, improdutividade, especulação fundiária, violência contra pessoa e concentração do poder econômico e político. De forma oposta, o território do campesinato, relativo aos camponeses com ou sem terra, compreende a luta pela terra, pequenas propriedades, pequenas posses, cooperativismo, produção familiar, menor impacto ambiental, ocupações de terras e assentamentos rurais. Esses dois territórios são ideologicamente opostos e materializados através da posse e propriedade da terra, da produção agropecuária e de suas ações.

O quarto capítulo busca apresentar uma discussão sobre a territorialização da luta pela terra em Goiás, dando continuidade à discussão do segundo capítulo e dar uma ênfase à luta pela terra desenvolvida pelo MST, a partir da década de 1980. O período da ditadura militar (1964 a 1984) contribuiu para a concentração fundiária e desarticulação das organizações que realizavam a luta pela terra. Somente tinha autorização para funcionar e "representar" as famílias camponesas, as entidades que estivessem dentro da legalidade vigente. O que acontecia, na prática, era que nenhuma organização podia se manifestar contra as ordens e normas estabelecidas. Caso desrespeitassem, as lideranças poderiam ser presas, interrogadas e até mesmo "desaparecerem". Mesmo com toda a repressão a sociedade foi se organizando para pedir por liberdades de expressão e da democracia. Ao fim da década de 1970, o povo vai às ruas em massa e suas lutas começam a ganhar apoio e pressionar para que o governo atendesse às reivindicações.

No meio rural, as lutas e mobilizações também estavam presentes. A democratização da terra é uma base no debate como bandeira pela reforma agrária, ainda que em um sentido nacionalista. Tais lutas pela terra contribuíram para a criação do MST, em 1984. O governo federal lançou um plano para assentar 400 mil famílias

em quatro anos. Para responder a este avanço da luta pela terra os latifundiários também se unem e fundam a União Democrática Ruralista (UDR). O conflito no campo passa a ser constante como a velha dualidade entre camponeses X latifundiários.

A trajetória do MST em Goiás pode ser dividida em dois períodos: de 1986 até 1997 e a partir de 1997. O marco de referência é a criação do acampamento Canudos. Antes deste acampamento a organicidade do MST em Goiás era muito parecida com a estrutura orgânica sindical, mas a criação do acampamento Canudos vinha com o propósito de romper com esta estrutura e trabalhar mais de forma horizontal com as famílias. Além de ter esta referência para a estrutura organizativa, o acampamento cumpriu com importante papel de forjar militantes para a continuidade do trabalho de base e de expansão do MST para outras regiões do estado, assim como de ser um importante instrumento utilizado como relações públicas com a sociedade.

Durante a trajetória do acampamento Canudos foram realizadas muitas visitas, tanto de pessoas da região, do estado, de outros estados e até mesmo de outros países. Pessoas do próprio MST, de outros movimentos e/ou organizações ou de escolas e universidades. Em comum, os grupos que visitavam o acampamento tinham a solidariedade e o interesse em conhecer mais sobre os Sem Terra. O que chamava atenção era dimensão alcançada pelo acampamento, após a primeira ocupação, com cerca de 1.123 famílias acampadas às margens da BR 060, próximo ao trevo de acesso ao município de Varjão. Assim, a luta pela terra toma um grande impulso com a formação deste acampamento e suas respectivas lutas de enfrentamento ao capital e ao latifúndio.

No quinto capítulo é retratada a luta das famílias do assentamento Canudos, sua trajetória, suas ações, seus desafios e conquistas, assim como a influência do agronegócio na vida das famílias assentadas. Esta disputa pode ser compreendida quando é analisada a partir da luta de classes, na qual o MST desempenha um importante papel na atualidade, seja no campo ou na cidade.

O MST surge é um continuador dos enfrentamentos entre a classe dominante e os excluídos ou despossuídos da terra, seus objetivos principais são a terra, a reforma agrária e a transformação social. Estes objetivos orientam suas ações que, para Castro (2009, p. 41):

> [...] é possível então afirmar que as questões e os conflitos de interesses surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em

> disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses.

Ao enfocar a disputa entre o modelo de agricultura sustentável baseado na agroecologia, agroindústrias, políticas de financiamento, a partir de cada realidade defendida pelo MST e o modelo de desenvolvimento capitalista para o campo através do agronegócio, definimos o modelo de agricultura como parte do território foco de disputa de poder, tanto no que se refere à terra como ao que se produz nela e, sobretudo, a finalidade desta produção. "O *território* [...] é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*" (SOUZA, 1995, p. 78, grifo do autor). Para Fernandes (2001, p. 81 e 82):

> Uma importante condição para o avanço da luta pela terra é a *organicidade* dos movimentos sociais. Esta é representada pela interação entre as distintas atividades do movimento social e pela expressão do *acúmulo de forças*, na espacialização e territorialização, [...] (grifo do autor).

Ao consolidar um assentamento, o MST se territorializa, constrói um território na terra que antes estava sob o controle capitalista e passa a desenvolver atividades produtivas diferenciadas das que vinham sendo realizadas, dando significado diferente ao uso social da terra. Um assentamento pode ser caracterizado, segundo Stedile e Grogen (1993, p. 84), da seguinte maneira:

> O assentamento é um conjunto de famílias que passam a trabalhar numa área de terra destinada a agricultores sem-terra, utilizando-a para a produção agropecuária. [...] Os assentamentos organizados a partir da luta do Movimento dos Sem Terra procuram planejar e organizar a produção, para viabilizar o assentamento, para garantir a subsistência das famílias assentadas, promover o desenvolvimento econômico e social dos camponeses que conquistam a terra.

Ao analisar o assentamento enquanto um espaço de produção e reprodução da vida é preciso compreender que ele não está isolado do conjunto da sociedade e, por isso, exerce e recebe influência do modo de produção predominante "cada território possui seus próprios códigos, suas representações e também suas fronteiras." (CLEPS JR., 2010, p. 36). Desta forma, o território assentamento do MST é disputado permanentemente entre os modelos de desenvolvimento do campo, ou melhor, a disputa

entre os assentados e o agronegócio estabelecendo seus domínios e influências neste território em um permanente processo de territorialização, desterriorialização e reterrritorialização.

No entanto, o enfrentamento dos Sem Terra com o agronegócio, ao chegar ao assentamento, sofre alterações devido ao fato de que a realidade em que os indivíduos estão sendo inseridos é diferente do período em que estavam acampados. Quando assentadas, as famílias precisam produzir e comercializar seus produtos a fim de ter renda e garantir o sustento. Sem políticas adequadas muitos são obrigados a se aproximar da lógica de produção do agronegócio, mas ao ter assistência técnica, financiamento e garantia da comercialização da sua produção voltam para a diversificação na produção.

Sendo assim, apresentamos e analisamos as alternativas apontadas para as famílias assentadas, dentro da própria política de Estado que estão sendo desenvolvidas no assentamento Canudos. São 327 famílias assentadas em uma área de 12.771,94 ha. Essas famílias estão distribuídas em nove áreas (forma encontrada para uma melhor organização das famílias dentro do assentamento e adequar a organicidade do MST), e em três municípios (Guapó, Palmeiras de Goiás e Campestre de Goiás) e buscam produzir para atender as necessidades familiares e a produção para a comercialização. Esta última questão vem tendo avanço com algumas políticas públicas de garantia de produção e comercialização como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Para a análise das informações referentes à produção e vida no assentamento, foram utilizados o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDA), o processo de desapropriação e criação do assentamento Canudos, dados da Conab e entrevistas com alguns assentados, onde, além do questionário estruturado foi possível apreender mais informações com as conversas informais e observações durante os momentos que antecederam e envolveram diretamente as entrevistas. Foram entrevistadas 35 famílias (pouco mais de 10% do total de famílias assentadas) e cinco dirigentes/militantes que contribuíram no período de formação e consolidação do acampamento Canudos. Também foi utilizado como base o trabalho de Anacleto (2008), para a análise da trajetória das famílias desde o início do acampamento.

Por fim, considero ser importante destacar minha trajetória como militante do MST. Sou de origem de família camponesa. Meus pais eram de família camponesa e

trabalhavam de meeiros, arrendatários ou agregados em fazendas no sudoeste goiano. Foi em uma fazenda às margens do Rio dos Bois (mesmo rio que corta o assentamento) que se conheceram e selaram sua união. Naquele período, o êxodo rural e o sonho de melhorar de vida fez com que, sete meses após meu nascimento, outubro de 1979, meus pais decidissem ir para Campinas – SP para "tentar a vida". No entanto, o vínculo com o campo sempre esteve presente na vida deles, assim como a vontade de regresso ao campo. Em 1982 meu pai comprou um bilhete da loteria federal e ganhou um prêmio suficiente para adquirir 10 alqueires de terra no norte de Goiás, atualmente estado de Tocantins. Ficamos ali por um ano, mais ou menos. No entanto, os filhos estavam crescendo e chegando à idade escolar, meus pais resolveram vender a terra e migrar novamente para a cidade em busca de melhorias de vida para a família. Novamente, voltamos para Campinas, em 1983. A partir de então eram constantes as mudanças (1989 fomos para o Gurupi – TO, voltamos para Campinas - SP no mesmo ano, em 1990 mudamos para Uberlândia – MG, 1991 Goiânia – GO e 1993 para Aparecida de Goiânia – GO).

Todas essas migrações tinham como finalidade a melhoria de vida, que não era encontrada nos centros urbanos. Finalmente em 1997 ingressamos no acampamento Canudos para conquistar uma terra para poder trabalhar e melhorar a qualidade de vida. Não participamos da primeira ocupação, mas logo que o acampamento se instalou às margens da BR 060 e meu pai foi acampar e em seguida toda a família se juntou ao acampamento. Durante o período do acampamento participamos de várias lutas: mobilizações, marchas, ocupações de latifúndio e outros tipos de ocupações, enfim, participamos ativamente das lutas realizadas pelo conjunto do acampamento. Também houve muitos momentos de estudo, seja no acampamento, em outros locais do estado, da região Centro-Oeste, do Brasil e até mesmo em outros países. Quando ingressei no MST fui contribuir no Setor de Educação, sendo responsável por uma sala de aula de Educação de Jovens e Adultos (EJA), posteriormente fui para o Setor de Formação para contribuir nas atividades de estudo com as famílias Sem Terra. Além destes, contribuí no Setor de Frente de Massa, coletivo de Finanças e Administração e no Setor de Gênero. Participei de vários cursos de formação política e ajudei a coordenar outros, podendo destacar os cursos básicos da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) entre 2003 e 2010 e o curso de intercâmbio e formação de militantes para países de língua oficial portuguesa, realizada em Moçambique em 2008 e 2010. Devido à minha

inserção no MST estudei no Instituto de Educação Josué de Castro no Rio Grande do Sul, cursando técnico em administração de assentamentos, fiz graduação em História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em uma parceria do MST, UFPB e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) /INCRA.

Sendo assim, a história, trajetória, lutas, enfrentamentos e resistência das famílias do assentamento Canudos, também fazem parte da minha história. Além de pesquisador, sou um assentado que está inserido na organicidade do MST, participado da luta pela conquista da terra, de mobilizações, estudos e demais atividades desde novembro de 1997. Desta forma, muitas das informações sobre a trajetória de luta do assentamento fazem parte da minha trajetória de vida pessoal, refletida e analisada a partir de outros referenciais neste trabalho, permitindo uma compreensão mais ampla da formação do assentamento Canudos.

Reconhecemos que não há em nenhum caso a imparcialidade, objetividade ou neutralidade do pesquisador no desenvolvimento de qualquer pesquisa, em especial nas ciências sociais, mas que é possível realizar um esforço metodológico de objetivação, como defende Demo (2007). Por isso, no decorrer da pesquisa, tentamos realizar esse exercício crítico de olhar mais minuciosamente do nosso objeto, para que nossa experiência pessoal não fosse a única expressa na análise da questão. Por outro lado, destacamos que não fosse nossa experiência pessoal e participação do processo, ou seja, se a pesquisa fosse realizada por um pesquisador que não fizesse parte do processo analisado, talvez os resultados alcançados não fossem os mesmos em relação ao conhecimento interno do processo. Por isso, esta pesquisa tem forte relação com a pesquisa participante e permite uma análise particular de nosso objeto.

CAPÍTULO I – PARADIGMAS, CAMPESINATO E OS SEM TERRA

As disputas territoriais envolvendo os capitalistas (ou também simplesmente proprietários fundiários, no caso de latifundiários) das grandes propriedades e os camponeses fazem parte da história agrária brasileira, expressando sua mais direta conflitualidade (FERNANDES, [2005], 2012). Na atualidade, o capital no campo é representado principalmente pelo sistema do agronegócio, que, apesar de incluir o capitalista do campo, envolve empresas e capitalista internacionais. Contudo, os elementos tradicionais como grileiros e latifundiários permanecem em algumas regiões do país.

O discurso do segmento capitalista do campo, na atualidade, é que as disputas por terra não cabem mais no cenário de integração da agricultura moderna brasileira e, desta forma, realizar a reforma agrária seria um retrocesso às conquistas do agronegócio e da agricultura como um todo. Por isso, caberia ao trabalhador rural ou pequeno agricultor se incorporar a esta tendência para fazer o Brasil avançar, sendo que a figura do camponês deve ser suprimida e adotada a figura do agricultor familiar, como veremos mais detalhadamente adiante nas discussões paradigmáticas. Esta é uma das visões na análise da questão agrária brasileira, sobretudo a que é divulgada pelos defensores da agricultura capitalista moderna ou agronegócio e fazem parte do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) (FERNANDES, [2005], 2012).

O que está por trás destas afirmações é uma concepção de como deve ser o meio rural. Mas esta não é a única. Há outra tendência, o Paradigma da Questão Agrária (PQA), que, diferentemente do PCA, destaca a importância da agricultura camponesa na produção de alimentos e da necessidade da reforma agrária como instrumento de criação

de meios de manutenção do grupo familiar, trabalho, produtos alimentares de primeira necessidade e qualidade de vida para as famílias camponesas.

Entender a composição do campo, na atualidade, é importante para a compreensão de quais são os atores e quais ações cada grupo desenvolve, assim como a qual projeto está vinculado. Um fato é que os defensores da agricultura capitalista estão mais voltados à produção para atender ao mercado externo, enquanto os camponeses buscam mais a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento dos mercados locais e/ou regionais.

Portanto, para compreender as disputas territoriais é preciso compreender esses debates paradigmáticos que buscam explicar a questão agrária brasileira e seu desenvolvimento, assim como os atores sociais no campo que em processo conflitivo disputam o controle de um determinado território e para esta análise é importante compreender, também, este sujeito social e político denominado Sem Terra.

1.1. A questão agrária e os paradigmas interpretativos

Uma análise da questão agrária no Brasil, na atualidade, necessita levar em consideração os debates paradigmáticos referentes ao PQA e ao PCA, “entendendo paradigma como um conjunto de pensamentos, teorias e teses que procuram explicar a realidade” (FELÍCIO, 2006, p. 18). Esta pode ser considerada como uma das possibilidades para se entender o debate sobre os paradigmas, mas não a única. Muito já vem sendo debatido e sistematizado sobre a importância da agricultura e a questão agrária, mas dependendo da vertente do paradigma, a análise e o resultado das pesquisas podem apresentar diferentes visões e interpretações de um mesmo objeto.

Sobre a questão agrária, Buainain (2008, p. 20) destaca que “os conflitos agrários contemporâneos têm sua origem na natureza e na forma assumidas pelo processo de ocupação do território brasileiro desde o descobrimento”. E, desta forma, debater a questão agrária é levar em consideração as disputas pelo controle e uso da terra a partir do processo de colonização dos europeus aqui no Brasil. Fernandes (2008b, p. 174) considera que:

> A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão redutiva, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais.

A partir desta perspectiva apontada por Fernandes, é preciso considerar, então, que a questão agrária está voltada para entender os conflitos pela terra, analisar sob quais aspectos e/ou situações estes conflitos são gerados, bem como os sujeitos envolvidos nesta disputa. Outro elemento a ser considerado na análise é que, a partir de um processo conflitivo, à medida que um grupo avança sobre o território controlado por outro grupo, inicia-se um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização fazendo que pessoas sejam deslocadas e/ou remanejadas para outros espaços com a finalidade de se territorializar.

As análises interpretativas dos paradigmas buscam também debater a conformação do campo na atualidade por meio do debate sobre os grupos que o compõem, em especial o campesinato e o agronegócio; ou a metamorfose do camponês em agricultor familiar.

Para chegar a uma possível conclusão e responder essa questão devem-se levar em consideração as discussões e sínteses elaboradas a partir do PQA e PCA. “Os paradigmas representam as visões de mundo, que contém interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 29). Esta definição visa complementar a mencionada anteriormente por Felício (2006).

Assim, para entender o PCA é preciso levar dois autores e seus respectivos estudos em consideração: Abromovay (Paradigmas do capitalismo agrário em questão – 1992) e Lamarche (A agricultura familiar: uma realidade multiforme – 1993; e A agricultura familiar: do mito a realidade – 1998), sendo esses, referências sobre o

pensamento do campo como a dualidade entre a superação do camponês e a afirmação do agricultor familiar no campo, ou seja, “defendem a hipótese de que o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar” (FELÍCIO, 2006, p. 21). A partir de então seus conceitos passam a influenciar as ações no campo, tanto por parte de intelectuais, pesquisadores, movimentos e/ou organizações como do Estado na construção de políticas voltadas para um “novo” segmento no campo.

O referencial teórico comum de análise do PQA e do PCA são os autores clássicos da questão agrária, podendo destacar Kautsky (A questão agrária – 1899), Lênin (O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – 1899) e Chayanov (A organização da unidade econômica camponesa – 1925). No PQA os estudos buscam analisar a questão agrária a partir da sua própria dinâmica de alterações, assim como o capitalismo vai se alterando para manter a dominação, as classes e segmentos destas vão se adequando e adaptando às novas realidades no processo de resistência e recriação. Destacamos os seguintes autores do PQA: Shanin (1983), Oliveira (1991, 2004) e Fernandes (2000, 2001, 2006, 2008). “O paradigma da questão agrária defende a hipótese de que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do campesinato” (FELÍCIO, 2006, p. 24).

Em síntese, o debate está voltado para a classificação do grupo de trabalhadores no campo com base de trabalho familiar em camponeses ou agricultores familiares. Desta forma, para uma melhor compreensão sobre o debate, é preciso compreender os paradigmas e Fernandes (2008b, p. 187 - 188) destaca que:

> O paradigma da Questão Agrária manifesta o sentido da conflitualidade na leitura do desenvolvimento da agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais. O paradigma do Capitalismo Agrário revela o sentido da conflitualidade na interpretação do desenvolvimento da agricultura como um movimento de *metamorfose* do campesinato. Além dessa diferença processual há também uma diferença na orientação da leitura. No primeiro paradigma, as contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo são as causas da permanência ou do fim do campesinato. No segundo paradigma, as relações sociais parciais e plenas, incompletas e completas são as causas de permanência ou do fim do campesinato. (grifo do autor).

Nos paradigmas a conflitualidade está na análise da questão agrária e suas interpretações. Sendo assim, alguns apontam para a proletarização do campesinato e, com isso, seu fim; outros apontam para a transformação do camponês em agricultor

familiar, muito próximo ao modelo desenvolvido nos Estados Unidos, e tendências que defendem a permanência do campesinato no campo com uma classe dentro do capitalismo onde permanentemente é destruída e recriada. Para Oliveira (2001, p. 18):

> O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo.

A questão agrária pode ser relacionada, assim, com o desenvolvimento capitalista no campo. O capitalismo tem em seu processo de desenvolvimento a contradição de ter o campesinato como parte integrante para a sua realização, ao mesmo tempo em que o próprio campesinato deve ser superado e deixar espaço para o avanço da agricultura capitalista, que possibilitaria a melhor apropriação dos lucros gerados, neste aspecto em especial, na agricultura, "[...] os camponeses também tem demonstrado capacidade de resistir à dominação e imposição das relações capitalistas de produção [...]" (FABRINI 2012, P. 53). Para Marques (2012, p. 43):

> O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida do camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista.

Os debates e interpretações sobre as definições do que caracteriza uma pessoa como um agricultor familiar e o que definiria esta pessoa como camponês são muitos recorrentes e há uma grande quantidade de estudo e abordagens sobre a referida temática, pois se trata de compreender a configuração agrária brasileira e estes são realizadas, portanto, segundo o debate paradigmático em questão.

1.2. Agricultor familiar ou camponês no debate dos paradigmas

Alguns estudos buscam caracterizar a agricultura familiar como algo que está associado ao discurso do desenvolvimento, da integração com o mercado, do trabalho

familiar e do modelo a ser seguido por todos que vivem no campo, enquanto que os camponeses são caracterizados como o que há de atrasado no campo e que devem ser superados. Estas teorias fazem parte da corrente de interpretações do PCA. Para Marques (2012, p. 45):

> Na ultima década do século XX, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese e aceito sem maiores reflexões por muitos, seja na academia, na burocracia do Estado, ou também entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da historia e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece articulada ao camponês em algumas situações, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

As tentativas de classificação destas pessoas ou grupos ligados às atividades produtivas no campo são, portanto, tentativas de explicação de como o desenvolvimento do capitalismo foi alterando ou formando segmentos da classe trabalhadora no meio rural. Embora muitas destas pessoas, inclusive os próprios camponeses, não consigam diferenciar o que é ser agricultor familiar ou camponês, em geral tem-se a concepção que são agricultores com base de trabalho familiar, ou pequeno produtor.

Procurar entender quem é o agricultor familiar e o camponês fora do contexto político, econômico e social do capitalismo é querer caracterizar um mesmo grupo de pessoas sob diferentes princípios e perspectivas. Os paradigmas tentam explicar a conformação deste grupo que trabalha no campo, que possuem uma pequena propriedade ou posse de terra e têm a família como base de trabalho dentro do contexto do desenvolvimento capitalista.

Para retratar uma das possíveis concepções de camponês tomaremos a definição de BartraVerges (2010, p. 16):

> La palabra campesino designa una *forma de producir*, una *sociabilidad*, una cultura, pero ante todo designa un jugador de ligas mayores, unen barnecidosujeto social que se ha ganado a pulso su lugar enla historia. Ser campesino es muchas cosas pero ante de todo es pertenecer a una *clase:* ocupar un lugar específico enelorden económico, confrontar predadores semejantes, compartir un pasado trágico y glorioso, participar de unproyectocomún. (grifo do autor)

O camponês aqui retratado, conforme BartraVerges, é alguém que parte de um lugar específico, que não está fora da esfera econômica e, sobretudo, é alguém pertencente a uma classe também definida que confronta a classe dominante. Em se tratar do campo, no caso brasileiro, são pessoas que se contrapõem ao modelo de desenvolvimento na agricultura capitalista e representada através da agricultura capitalista ao mesmo tempo em que está inserido nestas relações comerciais. Sendo assim, o camponês é um sujeito com características próprias, podendo ser destacado o seu modo de vida e a constituição de um sujeito social e histórico, assim como sua integração com o mercado, seja buscando financiamento para sua produção ou na comercialização da mesma.

Sem dúvida, para ser possível analisar os significados que adquirem a definição de camponês e de agricultor familiar, é necessário que se faça isso dentro do contexto de desenvolvimento capitalista. Para Bernestein (2011, p. 09):

> Com o desenvolvimento do capitalismo, muda o caráter social da agricultura em pequena escala. Primeiro, os "camponeses" se tornam pequenos produtores de mercadoria que têm de gerar a subsistência com a integração às divisões sociais mais amplas do trabalho e do mercado. Essa "mercantilização da subsistência" é uma dinâmica central do desenvolvimento do capitalismo, [...] os pequenos produtores de mercadoria estão sujeitos à diferenciação de classe. [...] em consequência da formação de classes, não há uma única "classe" de "camponeses" nem "lavradores familiares", mas sim classes diferenciadas de lavradores capitalistas em pequena escala, pequenos produtores de mercadoria com sucesso relativo e mão de obra assalariada.

Segundo esta perspectiva é possível compreender o caminho percorrido pelo camponês dentro do desenvolvimento capitalista. Primeiramente, há a fragmentação da classe trabalhadora em vários segmentos. Com a fragmentação, grupos acabam se distanciando uns dos outros e buscando lutar por suas especificidades. Posteriormente, seu objetivo maior passa a ser a luta corporativa, voltada para atender aos interesses de cada segmento ou subsegmentos. Finalmente, há uma generalização desses segmentos que não se reconhecem mais enquanto classe trabalhadora e explorada e sim segundo seus grupos representativos. Desta forma, o campesinato será analisado enquanto parte da classe trabalhadora. Embora possua algumas características próprias no meio rural, segundo Duarte (2001, p. 122):

> [...] podemos conceituar o campesinato com uma classe subordinada constituída por trabalhadores que, de posse de seus meios de produção, cultivam a terra com base no trabalho familiar, mantendo um vínculo parcial com o mercado e que possuem uma cultura e formas de organização específicas, ligadas diretamente ao meio de vida rural.

O camponês, sendo parte da classe trabalhadora e estando dentro do capitalismo, estabelece e nega as relações capitalistas ao mesmo tempo. Sua luta ou ações para superar as relações capitalistas direcionam no sentido de se firmar enquanto sujeito social autônomo e pertencente à classe trabalhadora. Se não houver esta identificação enquanto classe perde-se o ponto de referência do embate e seu papel histórico. Por outro lado, esta busca pela reafirmação passa pelas leis que regem a sociedade como um todo, ou seja, está inserido na esfera econômica, social, política, cultural capitalista.

Portanto, embora a organização de funcionamento do capitalismo busque organizar ou direcionar as pessoas em vários segmentos de representatividade, o que há enquanto classe são duas bem definidas: os explorados e os exploradores, ou seja, a classe dominante e a dominada, que estão em permanente conflito ou, a partir de uma análise mais geral “a história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 09). Na classe explorada, no caso da análise no meio rural, encontram-se os agricultores de base familiar, sejam eles identificados como camponês ou agricultor familiar, em contraposição à agricultura capitalista ou simplesmente o agronegócio, na atualidade. Segundo Fernandes (2004, p. 19):

> [...] separar o camponês de agricultor familiar ou considerá-los como um único sujeito em processo de mudança *é uma questão de método*. De fato, o conjunto de relações que predominam no processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, possibilita diferentes leituras que podem levar à compreensão de metamorfose ou da reinvenção. (grifo do autor)

No entanto, muitos segmentos da classe trabalhadora não se reconhecem mais como classe, o que possibilita haver uma hegemonia na dominação capitalista, pois os conflitos são realizados na esfera particular de cada segmento e não mais enquanto projeto de classe que busca uma ruptura com o modelo atual e um projeto alternativo para as relações sociais, econômicas e políticas. Essas lutas ou ações isoladas reforçam a manutenção e submissão da classe dominada que acaba reproduzindo o modo de vida,

de pensamento e relações sociais da classe dominante como sendo algo natural ou próprio da classe dominada.

Portanto, ser agricultor familiar ou camponês depende muito mais dos critérios adotados de quem observa e tenta caracterizar cada grupo para justificar uma ação, uma análise ou atender a uma determinada intencionalidade, do que de suas atividades produtivas e reprodutivas em si. Desta forma, a termologia a ser adotada neste trabalho é do *camponês*, pois representa a classe trabalhadora no campo e se constitui de algumas especificidades que podem ajudar na compreensão dos segmentos surgidos a partir do campesinato em contraposição ao capitalismo no campo.

1.3. O sujeito Sem Terra a partir do campesinato

Considerar a questão agrária como conflitualidade, enfrentamento, luta, resistência ou até mesmo adesão dos camponeses ao agronegócio é levar em consideração também a disputa pelo controle de um determinado território. Para isso, a análise neste trabalho será a partir do território constituído com a criação do assentamento Canudos. Desta forma, ao buscar compreender essas relações e sua conflitualidade, estabelecemos como referência de análise PQA, que se contrapõe ao PCA.

O camponês a ser analisado é um indivíduo caracterizado como *sujeito Sem Terra*, possuidor de uma identidade que o diferencia dos demais indivíduos sem-terra, não somente na condição de sem a posse da terra, mas de que os indivíduos, ao se inserirem no MST, tornam-se sujeitos e criam uma identidade com o MST dentro da própria luta e organicidade do Movimento. Sendo assim, o Sem Terra é, de forma geral, um sujeito camponês e que se diferencia dos demais por seu vínculo ou sentimento de pertença ao MST e sua inserção na organicidade do movimento sendo um segmento dentro da classe camponesa, ou seja, um indivíduo que segundo Caldart (2004, p. 32):

> Ser *Sem Terra* hoje significa mais, ou não significa o mesmo, do que ser trabalhador rural ou camponês *que não possui terra para cultivar*, muito

> embora não seja possível entender a identidade Sem Terra sem compreender sua raiz na cultura camponesa e nas questões do campo. (grifo da autora)

Desta forma, o indivíduo sem-terra, seja ele um camponês ou um trabalhador urbano, com o processo de luta, torna-se o sujeito Sem Terra. O que define esta mudança ou sua formação de identidade não está relacionado somente ao campo das abstrações ou definições teóricas, mas ao grupo social ao qual estará inserido, no caso do MST, um movimento social com objetivos, normas e princípios organizativos, ou "ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais [...] criando um campo político de força social na sociedade" (GOHN, 2000, p 251).

O sujeito Sem Terra é aquele indivíduo que luta pela terra, mas, ao ter efetivada a conquista com a criação do assentamento, continua sendo Sem Terra, pois cria um "sentimento" de *pertença a* um movimento social coeso que contribuiu para a criação desta identidade coletiva. "Nem todo o movimento na sociedade pode ser considerado como movimento social, pois ele existe quando são canalizadas forças coletivas por diferentes grupos para a transformação das relações sociais, políticas, econômicas etc." (FABRINI, 2008, p 240).

No período de acampamento, a mobilização é permanente fazendo com que as pessoas se unam em busca do objetivo e se reconheçam enquanto um grupo coeso contribuindo para a formação da identidade coletiva. Esta busca pelo objetivo em comum é o que vai caracterizar a tipologia de um determinado movimento social que pode ser considerado como socioterritorial e/ou socioespacial, sendo que o MST se configuraria como um movimento socioterritorial, conforme Fernandes (2001, p. 52):

> Partimos do pressuposto que os movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo. Todavia, muitos movimentos não têm esse objetivo, mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de movimentos socioespaciais.

O MST é, assim, um movimento social que possui como seus principais objetivos a terra, a reformar agrária e a transformação social, ou seja, seus objetivos podem ser considerados de curto, médio e longo prazo para serem implementados. A luta pela terra é considerada como uma luta econômica e imediata, pois quem vai para

um acampamento lutar por terra, em geral, busca resolver um problema de ordem econômica. A dificuldade de geração de renda faz com que muitos visualizem na constituição do assentamento a solução para este problema. Sendo assim, a luta pela terra “resolveria” os problemas econômicos e imediatos das famílias sem-terra.

A reforma agrária pode ser compreendida como uma luta pela reestruturação agrária. No entanto, no Brasil são realizadas políticas de assentamento (e não necessariamente da reforma agrária), ou uma reforma agrária conservadora, como aponta Girardi (2008). A criação de assentamentos pode ser compreendida, também, como um conjunto de medidas e políticas públicas que possibilita às famílias se fixarem no campo em busca de uma melhor qualidade de vida. Esta é uma luta considerada de médio prazo, pois muitas ações devem ser desenvolvidas e/ou são de responsabilidade do Estado, sendo que algumas destas ações devem ser consideradas, inclusive, na fase de assentamento, para ter as condições mínimas de viabilização da vida no meio rural.

A transformação social seria uma mudança estrutural na sociedade como uma luta de longo período, pois diz respeito a mudanças na estrutura econômica, política e social. Dessa forma, é possível verificar que o MST é um movimento social com uma estratégia clara para alcançar seus objetivos e, para isto, utiliza diversas táticas que são suas lutas, mobilizações e/ou ações, tendo como principal agente o sujeito Sem Terra.

Retratar os integrantes do MST enquanto sujeitos Sem Terra não é o mesmo que suprimir ou dar novo significado ao campesinato, mas sim de caracterizar um segmento de trabalhadores camponeses em específico que, ao estar vinculado a um movimento social que ao mesmo tempo é socioterritorial, carregado de simbologias e intencionalidades, possibilita esta diferenciação/especificidade aos demais.

Desta forma, quando nos referimos neste trabalho ao camponês, ao Sem Terra ou simplesmente ao assentado, estaremos tratando do mesmo grupo de pessoas que compõem o território do assentamento Canudos. A opção em tratar a terminologia Sem Terra ou assentado em detrimento de camponês está relacionada ao fato de dar ênfase às ações do MST enquanto movimento social com características próprias que identificam um determinado território.

1.4. O território como foco de disputa

Tendo realizada uma caminhada a fim de dar ênfase às escolhas adotadas no trabalho, faz-se necessário delimitar e definir o que é o território, pois ele aparece na conformação dos movimentos sociais, da disputa paradigmática entre o PQA e o PCA e, por conseguinte, nas relações entre o Sem Terra e o agronegócio.

O principal ponto de partida para pensar e analisar o território é a partir do espaço. Para tanto, será trilhado um caminho já percorrido por vários autores e seus estudos nos quais "o espaço geográfico contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares" (SILVA, FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 23).

Para Raffestin (2011, p. 128):

> É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço.

Santos (2004) parte do princípio de que o território é formado a partir do espaço através das relações sociais estabelecidas pelas pessoas e a partir dos interesses na conformação de grupos e suas relações, que os identificam como iguais ou pertencentes a um determinado grupo em detrimento de outro. Sobre o território, o autor também afirma que:

> O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (p. 96).

Se o território é um resultado de coisas criadas pelo homem e a base onde se vive, é possível compreender o assentamento como este território para as famílias assentadas, que permanece em disputa com os interesses capitalistas. "O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais,

em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido" (COSTA, 2004, p. 78). O território formado a partir destas relações sociais e/ou pessoais transforma o espaço em um terreno fértil para o enfrentamento ou a luta de classes a partir das disputas de poder. Conforme Souza (2009, p. 59):

> O que 'define' o território é em primeiríssimo lugar, o *poder* - e nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isto não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam 'contemplados' ao se lidar com o conceito de território [...]. (grifo do autor)

O território sendo formado a partir das relações estabelecidas no espaço, e este sendo compreendido como uma totalidade é possível falar em multiterritorialidades e não apenas em território no sentido singular, ou seja, pode haver vários tipos de território em um mesmo espaço. Para Saquet (2011, p. 22):

> O território é diferenciado do espaço por Claude Raffestin e Mendes Bresso especialmente a partir da territorialidade cotidiana, ou seja, do conjunto de relações estabelecidas na vida em sociedade mediada pelo trabalho, pelo poder e pela linguagem. Reunindo estes elementos com outros evidenciados por Jean Gottmam, Giuseppe Dematteis, Claude Raffestin, Arnaldo Bagnasco, Edward Soja, Gilles Deleuze, Felix Guattari, MassimoQuaini, Francesco Indovina e Alberto Magnaghi, cada qual com sua abordagem e concepção [...], é possível afirmar que o território é uma construção social, histórica, relacional e está sempre vinculada a processos de apropriação e de dominação do espaço e, evidentemente, das pessoas, consoante já apresentamos em trabalhos anteriores (Saquet. 2000, 2003/2001, 2005, 2006, 2007 e 2009).

O território é formado a partir da ação humana em um determinado espaço podendo ser criado, inclusive, territórios dentro de outros territórios que, conforme Fernandes (2009) há três tipos de territórios: o primeiro são os espaços de governança, o segundo as propriedades e o terceiro os espaços relacionais. Estes territórios podem ter duas formas, materiais ou imateriais. Os territórios materiais se classificam em fixos ou fluxos se realizando e sendo realizados pelo território imaterial, que é formado a partir das ideias e pensamentos diversos. Porém, é importante "não confundir a tipologia de território com a multiterritorialidade. Da tipologia nasce a multiterritorialidade e são objetos distintos. As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios" (FERNANDES, 2009, p. 205).

Compreender a multiterritorialidade ajudará na análise a ser feita a seguir onde o território dos Sem Terra - o assentamento -será disputado entre dois modelos de desenvolvimento para o campo. De um lado, estão os Sem Terra buscando sua afirmação enquanto sujeitos e produtores e do outro, o capitalismo buscando e influenciando na vida e decisões econômicas, no direcionamento do que produzir e como produzir ou ao extremo de se apropriar do território do Sem Terra para desenvolver suas atividades econômicas, cabendo ao sujeito Sem Terra apenas "administrar" os negócios e/ou atividades produtivas em seu território. Assim, a multiterritorialidade é gerada a partir da resistência dos movimentos socioterritoriais em resistir aos processos de desterritorialização (FERNANDES, 2009). Na tentativa de buscar uma síntese do movimento do território no espaço destaca-se Silva, Fernandes e Valenciano (2006, p. 28):

> Os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

Desta forma, compreender o território como fruto de ações humanas no espaço e como movimento permanente é considerar, também, que há mais de um tipo de território. Neste caso, o assentamento passa a ser um território dos Sem Terra, mas mesmo estando sob o "controle" destes, eles podem ceder às influências do capitalismo que, por sua vez, pode adentrar nas frações deste território e direcionar seu uso. Para Fernandes (2008b, p. 214):

> O conceito de território pode significar o espaço físico em diversas escalas: desde o espaço geográfico de uma nação, de uma região, de um estado, de uma microrregião, de um município, de um bairro, de uma rua, de uma propriedade e de partes de uma moradia. Esse é seu sentido absoluto, objetivo, concreto, material e localizado. O conceito de território pode significar também espaços sociais em suas diversas dimensões: culturais, políticas, econômicas, histórica, ou seja, as relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade. Inclusive no plano das ideias, da construção de conhecimentos e suas diferentes leituras das realidades, do sentido e do significado, das divergências e convergências, do diálogo e do

> conflito. Esse é seu sentido relacional, subjetivo, abstrato, representável e indeterminado. Portanto, temos territórios em movimento.

Portanto, analisar o controle dos Sem Terra no assentamento é compreender que mesmo este tendo a posse da terra está inserido em um modelo de desenvolvimento capitalista e este, por sua vez, vai direcionar e influenciar na vida das pessoas como um todo assim como, disputar o controle do território dos Sem Terra seja, desterritorializando-os ou assumindo o controle dos seus territórios, fazendo com que produzam aquilo que é exigido pelo mercado regulador, ou melhor, se transforme em produtores de *commodities*.

A disputa territorial deve e será analisada a partir do movimento contínuo e permanente do enfrentamento de classe da contraposição entre camponeses e a agricultura empresarial ou agronegócio e não apenas a partir da atualidade, mesmo que o foco de análise ainda seja a construção do assentamento Canudos.

CAPÍTULO II – PRIMÓRDIOS DA QUESTÃO AGRÁRIA EM GOIÁS

A formação agrária do território que compreende o estado de Goiás é marcada por um processo conflitivo de disputa territorial entre posseiros e latifundiários. Um marco importante foi o período aurífero, sendo que após sua queda permaneceu a pecuária extensiva, contribuindo para fundar a base e a estruturação da sociedade goiana, que tem na figura do fazendeiro o centro político, econômico e social.

Devido a grande disponibilidade de terra, inicialmente, o fazendeiro convivia em sintonia com os camponeses, agregados ou trabalhadores em suas propriedades ou em volta desta, pois a criação de gado “solto” exigia poucas pessoas para o cuidado diário e estes que gravitavam em volta ou até mesmo dentro das fazendas proporcionavam mão de obra disponível sempre que necessário.

A descoberta de ouro em Minas Gerais, no fim do século XVII, provocou uma corrida ao ouro pelo interior do Brasil. No século XVIII foi encontrado ouro em Goiás pelos bandeirantes paulistas, o que trouxe pessoas para a região a fim de tentar a sorte. No entanto, não foram encontrados tanto ouro como em Minas Gerais e a decadência da extração aurífera ainda foi conhecida no século XVIII.

No século XX há uma nova incursão de pessoas ao interior do Brasil e Goiás estava na rota migratória. Com a crise da economia cafeicultora, surge uma massa de pessoas sem trabalho e sem-terra. Para atender a esta demanda o governo federal emprega a “marcha para o oeste” realizando colônias agrícolas e incentivando a abertura das fronteiras agrícolas.

No entanto, com obras de investimento na infraestrutura e de integração nacional a partir do século XX a coexistência entre fazendeiros e camponeses, sejam os

posseiros, trabalhadores rurais, agregados, meeiros ou arrendatários começam a ser acirradas. Entra em cena a figura do grileiro de terras, seja ele um fazendeiro da região ou de outra localidade, ou até mesmo um grupo de pessoas ou empresas que passam a se apropriar das melhores terras e, assim, confrontar com os camponeses que nelas estavam, com isso, se inicia um novo processo de colonização do território goiano. A "sintonia" no campo passa a não mais existir. Entram em cena os conflitos de terra entre os que têm a posse da terra e trabalham nela gerando o autoconsumo e abastecimento dos mercados locais e/ou regionais (camponeses) contra os que querem a propriedade privada da terra para a especulação ou forma de poder e *status* (latifundiários grileiros).

Camponeses e latifundiários passam a se organizar e defender suas terras do outro grupo. A aliança latifundiária forma suas milícias armadas para defender a propriedade privada e contam com o apoio do Estado e seu aparato que legalizam as terras griladas, intervém com a polícia para garantir a propriedade privada e criminalizam as ações dos camponeses. Acuados e pressionados, os camponeses se organizam em associações e ao seu lado têm as igrejas progressistas, mais na figura da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que é criada a partir de 1975, sindicatos e/ou os movimentos ligados à luta pela terra e partidos políticos para ajudar na organização das famílias a fim de resistir em suas terras ou de organizar as famílias para lutar pela reforma agrária.

2.1. A ocupação do interior e a formação das grandes fazendas em Goiás

O ponto inicial para compreender a formação agrária de Goiás, a partir da colonização, são os bandeirantes que adentram para o interior do país em busca de índios e de riquezas possíveis de serem comercializadas. "Os embates dos grupos indígenas com os colonos são o marco inicial da luta pela terra em nosso Estado" (SILVA, 2003 p. 13). Conforme Sauer (2010, p. 48):

> A importância do Estado de Goiás nos conflitos agrários não se restringe à história recente, quando fez parte, nas décadas de 1970 e 1980, da chamada fronteira agrícola. Os movimentos de resistência aos processos de

> expropriação e exploração das populações rurais remontam aos tempos das incursões dos bandeirantes pelo interior do país

O processo de ocupação do território goiano foi acontecendo lentamente até o século XVIII, pois este território pouco interessava aos colonizadores devido à distância do litoral e a dificuldade do acesso. Para Pessoa (1997, p. 23):

> Depois de incursões de bandeirantes na região, numa perspectiva meramente extrativista, o início da ocupação das terras e do povoamento do Estado de Goiás se deu nas primeiras décadas do século XVIII, a partir de duas 'frentes colonizadoras': uma pelo sul do Estado, por iniciativa dos 'bandeirantes paulistas' e outra pelo norte com a entrada de migrantes da Bahia, Pará e Maranhão.

Ferreira e Mendes (2009, p. 04) destacam que:

> O processo de interiorização do povoamento é marcado pelo desinteresse do Governo Imperial pelas áreas interioranas, pela dificuldade de realização das demarcações legais das sesmarias, pela dispersão e isolamento da população goiana, pela precariedade dos meios de transporte e comunicação e pela expansão da pecuária extensiva, enquanto principal atividade econômica. Todas essas particularidades justificam o rápido processo de ocupação fundiária de Goiás e, principalmente, a grande concentração fundiária e de capitais (recursos) que marcaram a sua história.

O que chamou atenção para o povoamento e exploração e/ou ocupação goiana foi a descoberta de ouro, que se inicia em 1722, tem seu apogeu em meados de 1753 e se arrasta até meados de 1780, sendo encontrado ouro, inicialmente, de aluvião nas margens do Rio Vermelho, com muita facilidade para a extração. Com as diversas expedições sendo realizadas no interior goiano novas jazidas foram sendo descobertas, o que ajudou no surgimento de cidades e vilas e, no caso da jazida do rio Vermelho, o que mais tarde acabou se transformando na capital do estado de Goiás. A economia de exploração do ouro em Goiás proporcionou oportunidades ao povo que circulava em torno das jazidas, segundo Estevam (1997, p. 07):

> [...] a economia mineratória ofereceu oportunidades para o homem destituído de recursos. De um lado esteve o minerador, patriarca e empreendedor no comando da massa de escravos, e de outro, pretos forros, mulatos e brancos gravitando em volta das minas e dos negócios que proporcionavam.

No entanto, a mineração iniciada em 1722 não conseguiu se equiparar a outras explorações como, por exemplo, a de Minas Gerais, que foi a grande referência de extração aurífera no país. A extração goiana teve seu apogeu em 1753 e daí por diante conviveu com seu declínio, ora ganhando força com a descoberta de uma nova jazida, ora perdendo no esgotamento de outra. O fato dos campos auríferos estarem longe dos centros urbanos, de comércio e das relações de poder direcionou para as pessoas que se aventuravam na busca por ouro e outras estabelecessem um comércio local, sobretudo de primeira necessidade ou pessoas que se dedicassem às suas atividades. Conforme Estevam (1997, p. 17):

> As atividades produtivas em Goiás, apesar da "especialização" do empreendimento mineratório, não se restringiram à extração do metal. O grande distanciamento e a decorrente dificuldade de abastecimento fizeram com que lavoura e pecuária coexistissem com a extração metalífera servindo de amortecedores para as crises. No início dos trabalhos inexistia preocupação imediata com a lavoura e mesmo que existisse a produção agrícola não se daria de imediato.

Findado o ciclo do ouro, a decadência dos povoados erguidos para subsidiar a mineração passa a girar em torno da agropecuária, principalmente pecuária extensiva e pequenas produções agrícolas voltadas para o autoconsumo e para um pequeno comércio local. Esta mesma decadência gerou outro movimento no interior da sociedade goiana, uma parte da população voltou para as regiões litorâneas do Brasil ou foi em busca de novas alternativas econômicas. Os que ficaram se dedicaram à pecuária e às lavouras. Como descrevem Ferreira e Mendes (2009 p. 05-06):

> O início da ocupação das terras e do povoamento de Goiás ocorreu nas primeiras décadas do século XVIII, com a introdução da exploração do ouro como atividade principal. Os colonos levavam de um a cinco anos para estabelecer seus marcos de posse, realizando construções de moradias rudimentares, roças de mantimentos e outras estruturas necessárias à sua fixação. Já em 1780, essa atividade encontrava-se em decadência e a população local, que não retornou para o litoral, dedicou-se a uma agricultura de subsistência e à formação das grandes fazendas para prática da pecuária extensiva. Economicamente, a pecuária era a atividade mais viável para a região, por exigir, apenas, pastagens naturais, pouca mão-de-obra, instalações rústicas e reduzido investimento de capital.

A base agropecuarista tornou-se terreno fértil para o surgimento das grandes propriedades, ou melhor, dos latifúndios que combinavam a produção extensiva da

pecuária com algumas lavouras que eram voltadas para o autoconsumo, pouco era exportado. A exceção era o gado que inicialmente era vendido vivo sendo levado até os mercados consumidores no sudeste, assim como o couro. Com a introdução da ferrovia houve o comércio, ainda que pequeno de charque.

Em meados de 1820 a exportação bovina era mais que o dobro da exportação da lavoura. A opção em priorizar o gado como principal atividade econômica pode ser explicada pelo fato dos animais serem criados em regime de pecuária extensiva. A grande disponibilidade de terra, a pouca utilização de mão de obra, assim como, não precisava de investimento para obter este trabalhador, pois a lida com o gado, neste aspecto, é um trabalho rústico e apenas um vaqueiro poderia cuidar de dezenas de animais são alguns elementos que contribuíram com o desenvolvimento da pecuária goiana.

Configurado como uma terra de ninguém, com pouca infraestrutura e distante dos centros econômicos e político, Goiás ficou dominado certo período pelos poderes locais representados pelos latifundiários, sendo estabelecidas as desigualdades política, social e econômica, mas sem grandes conflitos diretos com trabalhadores e/ou agregados e, em certas circunstâncias, com os camponeses locais. Isso, porque neste período ainda havia muita terra ociosa. As exceções eram as terras próximas às cidades ou vilas e próximas das rotas comerciais.

Esta disponibilidade de terra “sem dono” fazia com que, em caso de conflitos, a família se deslocasse para outros locais inexplorados até então para se fixar e trabalhar a terra, cumprindo com o papel de “abertura” de novas terras na expansão da fronteira agrícola, iniciando a agricultura ou pecuária na região. Mas nem todos eram expulsos, pois o proprietário precisava de mão de obra e de pessoas que conhecessem a região e, desta forma, agregavam essas pessoas em sua fazenda para trabalhar e ainda permitiam que os mesmos tivessem uma lavoura para seu sustendo. Esta interação entre fazendeiro e o trabalhador da fazenda é descrita por Estevam (1997, p. 49):

> No interior da fazenda goiana aparentemente não havia qualquer distinção entre fazendeiro e agregados. A comida e a rotina do trabalho homogeneizava a todos, encurtando o distanciamento social e a hierarquia. Seria errado supor que o fazendeiro e sua família fossem ociosos: tanto ele quanto os agregados participavam ativamente do processo de trabalho. O fazendeiro era, ao mesmo tempo, dono de parte dos recursos produtivos (terra) e constituía parte da força de trabalho, inexistindo rígida definição de funções. Aliás, ser

> "fazendeiro" era estar "sempre fazendo" inclusive nos trajes havia homogeneidade entre patrão e empregados.

Esta descrição, impossível de se imaginar nos dias atuais, é a base da formação dos latifúndios em Goiás e da estruturação fundiária e agrária que direcionou para o surgimento de um campesinato dependente do grande proprietário. Sobressaía mais a figura do agregado do que do camponês, pois foi se formando no meio rural goiano, também, a figura do fazendeiro coronel, ou o coronelismo. Dada a necessidade das "parcerias" para a sobrevivência nas localidades longínquas e a realidade que permeava a sociedade goiana em formação, a figura do fazendeiro se misturava e trabalhava com seus empregados ou agregados. Esta conformação da sociedade goiana é apontada por Estevam (1997, p. 50) como:

> Com tais feições de organização sócio-produtiva, a vida social goiana expressou modalidades próprias nas manifestações cotidianas e na mentalidade dos indivíduos. A primeira característica dominante adveio do isolamento dos habitantes. Desde o findar da mineração, o predomínio da ruralização impôs um peculiar tipo de vida nos rincões sertanejos da província. Os antigos costumes foram enrijecendo e o contato com o litoral praticamente desapareceu. Na impossibilidade de importar, como antes, as mercadorias do litoral, o homem encontrou no boi e na agricultura familiar a sua subsistência. Ao longo do século XIX, o legendário tropeiro foi sendo alijado pelo vaqueiro e o caboclo emergiu no antigo lugar do faiscador das minas. A pecuária passou a forjar, então, a essência de uma "civilização cabocla" em Goiás.

A sobrevivência no interior com pouca disponibilidade de recursos fez com que as pessoas organizassem sua vida a partir das atividades da fazenda. O fator localizacional do afastamento do litoral e a escassa infraestrutura para a realização deste intercâmbio fez com que surgisse uma sociedade com autonomia local e a formação de uma cultura, embora plural devido às correntes migratórias, com forte influência na dependência de uma pessoa que direcionaria as demais – o fazendeiro. Ou seja, devido à vida econômica, política e social emanar da fazenda, esta acabou influenciando na vida cultural, sendo que os pequenos produtores, trabalhadores rurais, agregados ou os camponeses em geral gravitam em volta da figura do grande fazendeiro.

Sobre a posse ou propriedade da terra, a promulgação da Lei Nº 601 de 1850 - a Lei de Terras - teve pouco efeito na vida agrária de Goiás, assim como as políticas de terras adotadas no estado: "a política de terras [...], apresentou poucos efeitos práticos durante todo o período imperial. Na região predominava a posse, sendo

consideradaquase um título de propriedade, pois essa, muitas vezes, poderia ser legitimada" (FERRERIA; MENDES 2009, p 12).

Apesar de serem consideradas "baratas" as terras goianas não motivavam muito a aquisição legal, o que mais tarde acabara sendo realizado devido às brechas na lei de regularização fundiária. Os custos com a medição para a legalização imediata das terras era alto e isto fazia o preço final acabar ficando elevado, "a Lei de Terras esbarrou na realidade socioeconômica de Goiás. Dedicados à pecuária extensiva, os fazendeiros goianos não tinham estímulo para legalizar suas terras" (ESTEVAM, 1997, p. 46).

Os camponeses por sua vez se preocupavam mais com a posse e não com a propriedade jurídica da terra. A posse já era um sinônimo de garantia da propriedade. No entanto, a Lei de Terra alicerçou o pilar para a concentração da terra nas mãos de poucos e a "legitimidade" para os conflitos agrários e a expulsão dos camponeses de suas terras.

Os camponeses quase sempre desconheciam os editais para a legalização de suas terras, de forma que outras pessoas acabavam se tornando proprietárias legais dessas terras camponesas, principalmente grandes fazendeiros. Mesmo que essas terras camponesas já estivessem sendo exploradas e habitadas pelas famílias, como não pleiteavam sua legalização e não se opunham legalmente à apropriação de outros, acabavam sendo expulsas. Desta forma, a Lei de Terras foi importante para a manutenção da estrutura agrária em Goiás baseada no latifúndio, como descrevem Ferreira e Mendes (2009, p. 15):

> A política de terras em Goiás beneficiou a classe latifundiária que, em sua maioria, havia obtido suas terras ilegalmente. A venda de terras, efetivada a partir do maior lance, prejudicou aqueles que já cultivavam a terra - os chamados ocupantes. Nesse sentido, as práticas advindas da Lei de Terras, também, impediram o acesso legal de terras para os pequenos produtores, em geral o morador e o agregado. Em consequência, acentuou o desenvolvimento de um modelo concentracionista da propriedade fundiária, assentado na pecuária extensiva. A inserção da agropecuária goiana no circuito comercial inter-regional e intrarregional, a partir da melhoria dos meios de transporte e políticas agrícolas, também não foi capaz de promover mudanças na estrutura agrária vigente.

Portanto, a maior parte dos camponeses desconhecia as ações de legalização da propriedade da terra, seja por não saber ler os editais afixados em locais públicos, no entanto, pouco frequentados pelos mesmos, ou pela própria retenção de informação por

parte dos latifundiários que visavam a incorporação daquela terra à sua propriedade. Essas famílias que perdiam o direito a sua terra migravam para outras localidades onde ainda ninguém havia reivindicado a terra juridicamente ou ficavam e trabalhavam para o proprietário, agora legal, da terra.

2.2. As obras de infraestruturas e os conflitos pela terra

Um novo capítulo da história agrária de Goiás se dá com a construção da estrada de ferro que ligaria o triângulo mineiro, mais precisamente de Araguari a Anápolis. A estrada de ferro trazia consigo a valorização das terras em sua proximidade impondo um alto preço aos camponeses da região. Embora houvesse um clima de harmonia, inicialmente, a valorização das terras na região despertou o interesse dos fazendeiros de Goiás e de outras localidades. Com isso, iniciam-se disputas pelas terras que, em sua maioria, eram resolvidas dentro da legalidade jurídica. Isto não significa dizer que os conflitos pela terra inexistiam, pelo contrário, o fato de buscarem resolver os conflitos dentro da legalidade jurídica da propriedade privada da terra fazia com que os latifundiários e/ou os grileiros utilizassem da estrutura do Estado em seu benefício subordinando os camponeses a eles.

A construção da ferrovia era a continuidade dos trilhos que ligava Campinas – SP a Araguari – MG e seria estendida até Anápolis – GO. A primeira parte seguiu em ritmo acelerado, mas parou às margens do rio Corumbá para a construção da ponte sobre o mesmo. Conforme Estevam (1997, p. 63):

> A implantação da estrada de ferro em Goiás deu-se por etapas. Na primeira – até 1914 - os trilhos avançaram 233quilómetros partindo de Araguari-MG até Roncador GO, trecho construído em um período relativamente curto. Os trilhos ficaram paralisados em Roncador até 1922- para construção de uma ponte sobre o rio Corumbá - quando foi iniciada a segunda etapa, desta feita, de forma demorada e irregular. No seu prolongamento, a ferrovia atingiu Anápolis (1935) completando 387 quilômetros de extensão. Somente em 1950 inaugurou-se um ramal ligando Leopoldo de Bulhões a Goiânia.

Após sua conclusão, a ferrovia teve sua utilidade para o transporte de passageiros e de cargas para dinamizar o comércio e a circulação de pessoas entre as

cidades e povoados. No entanto, não foi muito utilizado para o transporte de gado, principal produto da economia goiana. Alguns fatores pesavam para que os fazendeiros optassem pelos caminhos boiadeiros como, por exemplo, os animais ficarem sem água ou comida, uma vez que a ferrovia cumpria com a função de interligar vários municípios e isto fazia a viagem demorar muito sem ter como tratar dos animais em viagem, ou até mesmo a falta de vagões destinados ao escoamento do gado em grande quantidade.

A ferrovia contribuiu para trazer o símbolo do "progresso" e do "desenvolvimento" ao território goiano, ou pelo menos em partes, assim, a ferrovia transportava passageiros e alguns produtos para abastecer o comércio local e regional. Com isso, ocorrem disputas pelo controle político. De um lado o norte, e do outro o os "sulistas". Estevam (1997, p. 71), busca resumir a importância da estrada de ferro para Goiás:

> Em resumo, o ingresso dos trilhos da Mogiana no Triângulo Mineiro, impulsionados pelo dinamismo paulista, irradiou germes de transformação pela área do extremo sul goiano, tanto em aspectos sócio-produtivos como de estruturação agrária. Nas zonas sudeste e sudoeste de Goiás a terra passou a assimilar caráter mercantil, a produção de alimentos foi incentivada pelo surgimento do transporte e de intermediários financiadores e explodiram reivindicações de mudanças na conduta político-administrativa do estado, sendo que a principal delas foi o acirramento da luta pela extensão da ferrovia até o território goiano.

Fruto dessas disputas pelo controle do poder político e pelo direcionamento a ser dado à economia goiana é realizado o debate sobre a transferência da capital. Esta investida estava alinhada com os interesses políticos e econômicos nacionais do período e a construção de Goiânia passa a ser um marco na mudança do controle político, segundo Pires (2009, p. 82):

> Com a revolução burguesa de 1930, as oligarquias da República Velha foram deslocadas do poder político do Estado e, em seu lugar, assumiu nova oligarquia que teve como principal expoente Pedro Ludovico Teixeira, que conduziu o Estado como interventor durante a presidência de Getúlio Vargas no período do Estado Novo. Este traço de dominação política da oligarquia goiana foi responsável por abrir a economia ao processo de modernização, porém sempre interligado e em complementaridade com as economias de São Paulo e do Triângulo Mineiro.

Dessa forma, “a área de implantação da capital - centro geográfico do estado - situou-se na parte mais povoada e caracterizou-se pela existência de terras férteis e planas, além de uma topografia apropriada para edificações” (ESTEVAM, 1997, p. 81). Com a escolha do local e início das obras, a valorização das terras próximas ou na nova capital aconteceu de forma espantosa, conforme Estevam (1997, p. 85 – 86):

> A valorização das terras na área abrangente de Goiânia fo1 significativa. Antes do projeto da nova capital o preço não alcançava sequer Cr$100.00 o alqueire: com o andamento das obras o alqueire chegou a ser negociado ao preço de Cr$ 15.000 nas cercanias. Por sinal, o cercamento de terras com arame farpado teve inicio em Goiás na década instigando manifestações adversas por parte de agricultores interessados no apossamento informal de terras.

Estava em curso no Brasil um processo de industrialização do país e o início de um novo período de desenvolvimento econômico, onde “no período de 1500 a 1900 vigorou o modelo econômico que organizou a sociedade brasileira [...] unicamente para produzir produtos agrícolas para exportação” (STEDILE, 2000, p. 185). O modelo agroexportador é substituído por um novo modelo de desenvolvimento, também dependente, segundo MST (2001, p. 10):

> O segundo modelo de desenvolvimento foi implantado em 1930, com a chamada Revolução de 30, em que as novas elites industriais destronaram as oligarquias rurais do modelo anterior, fizeram uma revolução e iniciaram um processo de industrialização do país.

Desta forma, Goiás passava a entrar no jogo de interesse desenvolvimentista nacional cabendo o papel de acolher os “sem terra” de outras regiões e ser um dos produtores de gêneros alimentícios para o restante do país. Ao buscar-se consolidar o povoamento no interior do Brasil com o desenvolvimento econômico e ampliar as fronteiras agrícolas, o governo de Getúlio Vargas promove a instalação de colônias agrícolas e a “marcha para o oeste” que, conforme Ferreira e Mendes (2009, p. 15 – 16):

> A Marcha para o Oeste contribuiu para resolver dois problemas básicos da economia brasileira: absorver os excedentes populacionais liberados pela decadência da cafeicultura, a partir da superação das relações de troca entre o velho campo e a nova economia urbana e promover o desenvolvimento de uma frente agrícola comercial interna capaz de fornecer produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes. Essa política

> correspondeu ao período de 1943 a 1953, respondendo por uma ação regional mais complexa, como a criação de Goiânia e das colônias agrícolas de Goiás e de Mato Grosso. Em 1943 instituiu-se a Fundação Brasil Central, responsável pelos trabalhos de penetração do território e alocação do povoamento.

Com este novo cenário despontando e a integração do centro sul goiano, em especial, com os pólos industrializados ou em industrialização, "o caminho desenhado pela elite dominante em Goiás foi manter a estrutura fundiária intocada e avançar no processo de modernização das explorações agrícolas" (PIRES, 2009, p. 82). A "marcha para o oeste" era para consolidar o povoamento no interior do país e amenizar as crises existentes em outras regiões do Brasil, conforme Pessoa (1997, p. 36-37):

> [...] as verdadeiras razões da Marcha Para o Oeste, especialmente quanto a criação de colônias agrícolas, eram: a abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentíciosmais baratos para os centros urbanos emergentes e a concentração de conflitos sócias já verificados em outras regiões do país, direcionando os excedentes populacionais para os vazios demográficos existentes.

Nota-se que aqui há uma inversão ao que ocorrera logo na sequência a partir da década de 1960 e 1970, quando se expulsa a população do campo rumo à cidade e, desta forma, acentuam-se os conflitos agrários pela terra e a conformação das grandes propriedades de terra. Evidente que neste momento da história, de incentivar o povoamento no interior do país está em jogo também o "desbravamento" da terra, ou melhor, o uso do trabalho da família camponesa em desmatar e formar lavouras e, sobretudo, pastos no território goiano, "amansando" a terra bruta para mais tarde ser apropriada por grileiros.

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) - foi uma das oito colônias agrícolas criadas pelo governo federal no Brasil para promover a produção de alimentos baratos aos centros urbanos e a consolidação da "marcha para o oeste". Em Goiás, a primeira área a ser destinada para a instalação da colônia foi na região do chamado "Mato Grosso de Goiás" ou vale do São Patrício. A localidade para a primeira colônia agrícola passou a ser conhecida como Ceres, que estava próxima de Anápolis e de Goiânia, com alta densidade demográfica no estado, conforme Estevam (1997, p. 91):

> A mola propulsora de atração para Ceres foi a promessa de terra gratuita garantida pelo governo federal. Neste aspecto a CANG teve o sentido de "terra prometida" para alguns milhares de migrantes que se movimentavam pelo campo brasileiro.

Para Silva (2003, p. 32):

> A ideia de povoar o interior de Goiás levou o governo federal a organizar, na região do Vale do São Patrício, hoje município de Ceres, a primeira colônia agrícola de nosso país. Ali seriam distribuídas terras para as pessoas que tivessem disposição de fazer desenvolver a região e preencher os espaços vazios.

As pessoas chegavam para trabalhar na CANG e adquirir suas terras, mas nem todas podiam ter acesso à terra. O interventor nomeado para a organização da colônia realizava uma seleção das pessoas que poderiam ou não ser contempladas com a terra fazendo o rio das Almas ser um obstáculo natural para aqueles que não eram bem vindos, conforme Silva (2003, p. 34):

> O governo estadual na figura de seu interventor Pedro Ludovico Teixeira doou terras de mata no Vale do São Patrício para a realização da colônia agrícola nomeando Bernardo Sayão como seu administrador e engenheiro que buscou qualificar as famílias que receberiam a concessão das terras impedindo, assim, aqueles que julgasse desapropriadas para habitar o local. A barreira natural passa a ser o Rio das Almas, onde as pessoas não desejadas na colônia passaram a se aglutinar e formar hoje o que é o município de Rialma.

Este agrupamento de pessoas trouxe várias consequências para a questão agrária da localidade a ser implementada. As terras distribuídas eram de matas densas e, por isto, deveria ser preservada parte destas, tanto da fauna como da flora, mas que na prática não aconteceu, como parte dos imigrantes vinham de Minas Gerais, estes difundiam o método de plantio com a derrubada da mata e a queimada da mesma em seguida. Inicialmente, apesar das adversidades, a colônia tornou-se muito produtiva, tendo destaque para a produção de arroz, feijão e milho. No entanto, a partir de 1950 inicia uma desestruturação conforme descreve Estevam (1997, p. 92):

> [...] a colônia entrou em sério processo de desarticulação dado que o esquema especulativo de comercialização prejudicava os pequenos proprietários. O capital mercantil forçou os colonos, destituídos de recursos para sustentação do ciclo produtivo, a subordinarem-se aos fornecedores de crédito e comerciantes - principalmente de Anápolis - comprometendo o rendimento excedente das colheitas.

Os camponeses iniciaram um movimento para resistirem às investidas do capital mercantil e continuarem produzindo e comercializando seus produtos, além de terem garantia da posse da terra, mas não obtiveram sucesso e o resultado deste impasse é que ocorrem os primeiros confrontos no campo de forma mais organizada, segundo Estevam (1997, p. 92):

> Como agravante, a valorização de terras ocupadas deu origem a vários conflitos envolvendo colonos, posseiros, grileiros e fazendeiros na região. O movimento ganhou fôlego espraiando-se por grande parte do território goiano no início da década de 1950 dando lugar a vários confrontos. Alguns ganharam notoriedade nacional, como o de Trombas - no médio-norte goiano - onde embora os posseiros ostentassem títulos fornecidos pelo governo sofreram diversas tentativas de expulsão.

Como resultado desses conflitos, muitos posseiros se viram obrigados a deixarem suas terras e ver os latifundiários aumentarem suas fazendas, incorporando o fruto de seu trabalho sem ter que indenizar nenhum dos camponeses. Vendo esta efervescência no campo em Goiás, o Partido Comunista do Brasil (PCB), manda militantes para acompanhar e ajudar a organizar este conjunto de camponeses, como descreve Pessoa (1997, p. 47):

> A Colônia Agrícola Nacional de Goiás, que chegou a ter perto de 50 mil colonos, despertava, sem dúvida, a cobiça de qualquer instituição política, como aconteceu também com as instituições religiosas. Era a maior densidade populacional do Estado. E o partido acabou-se transformando na principal organização política da Mata São Patrício.

Goiás passa a chamar atenção das autoridades políticas devido aos constantes conflitos agrários e a sua integração nacional em curso. “Ao lado dos projetos de colonização, Goiás foi contemplado com um pacote rodoviário que acelerou a sua integração nacional” (ESTEVAM, 1997, p. 95). Dentre as diversas rodovias criadas para a integração do interior do país à BR 153, ou Belém – Brasília como é mais conhecida, fazia a ligação da capital com o norte de Goiás e em seu caminho estava Ceres e Uruaçu (região de Trombas e Formoso).

Essas rodovias contribuíram para um dinamismo na economia goiana, a circulação de produtos e de pessoas, o aparecimento e/ou consolidação de cidades que

se desenvolveram influenciadas pela movimentação proporcionada por elas. Mas há casos de povoados e vilas que também desapareceram ou reduziram pelo "desvio" ocasionado pelas novas rotas ou pelo próprio isolamento que a rodovia proporcionou.

Além desses aspectos, as rodovias também criaram um processo de valorização das terras em sua proximidade. É neste momento que muitos latifundiários buscaram forjar a documentação de "suas" propriedades, ou se apropriarem de terras devolutas através da "grilagem". Quando nenhuma destas alternativas era possível por ter pessoas nas terras pretendidas que se recusavam a deixar suas posses, sejam posseiros ou pequenos proprietárias, os latifundiários usavam da força e das armas para expropriar estas famílias camponesas. Assim, Duarte (1999, p. 609) destaca que:

> Em Goiás, ao longo da rodovia Belém-Brasília, desde a década de 50 já vinha ocorrendo uma colonização espontânea, com a ocupação de terras devolutas, ainda abundantes no norte do Estado. Porém, à medida que a frente pioneira ia avançando e obtendo a propriedade jurídica da terra, estes migrantes, que tinham a posse precária, tornam-se vítimas da expansão do capital, os ocupantes expulsos tiveram poucas opções: migrar para áreas novas; trabalhar como assalariado nas fazendas; ou migrar para a cidade.

Mesmo com toda truculência, muitos camponeses buscavam se organizar, seja de formas isoladas ou com mais articulações, como o caso de terem ajuda de partidos, sindicatos ou igrejas para resistirem e realizarem a luta pela terra. Junto à investida dos latifundiários na busca pela expropriação dos camponeses da sua terra inicia, no Brasil, o processo de modernização, onde no campo ocorre de forma mais lenta e conservadora, mas que influência na forma de trabalhar a terra. A indústria passa a ir para a agricultura e determinar o ritmo de trabalho no campo. Preparo da terra, plantio e colheita estariam vinculados às indústrias. "Não foi propriamente a agricultura que se industrializou, mas a indústria que industrializou a agricultura" (ESTEVAM, 1997, p. 127).

2.3. A resistência e organização camponesa a partir de 1950

Nesta perspectiva da luta da pequena posse (camponeses) contra a grande propriedade (grileiros), destaca-se a luta do Território Livre de Formoso. As terras da

região do município de Uruaçu se valorizaram com a construção da rodovia Belém-Brasília despertando interesse de fazendeiros que entraram em conflito com os camponeses que estavam na região. Esses camponeses eram "trabalhadores rurais provenientes do Maranhão e do Piauí [...] e estabeleceram posse numa área de terras devolutas" (MORISSAWA, 2001 p. 89). A luta dos posseiros contra os grileiros ganhou grande dimensão conforme destacado por Morais (2002 p. 16-17):

> O território livre de Formoso foi uma área de quase dez mil quilômetros quadrados em Goiás. Os posseiros dali, sob a liderança do camponês José Porfírio, resistiram aos latifundiários. Em choques armados contra estes e contra as forças policiais que apoiavam os latifundiários, os camponeses de José Porfírio saíram vitoriosos, proclamando território livre a área localizada entre o rio Tocantins e seu afluente, o rio Formoso. Além disso, elegeram as autoridades da área (prefeitos, vereadores e juízes) e se negaram a pagar tributos a Goiás. Sob a orientação do Partido Comunista, os camponeses organizaram-se em comitês políticos e ligas armadas. Durante vários anos sustentaram esta situação, até que, anos mais tarde, o Governador do Estado, coronel Mauro Borges, expropriou a terra e a distribuiu em parcelas, liquidando assim o litigio e a organização armada camponesa.

Os trabalhadores buscavam a sua organização em associações para terem mais condições de produzir e comercializar seus produtos, assim como, enfrentar as investidas dos latifundiários contra suas terras. O exemplo do território livre de Formoso ficou registrado na história de Goiás por sua organização, sua resistência e seu fim deixando clara a posição do Estado na dualidade entre camponeses e latifundiários como destaca Pessoa (1997, p. 47-48):

> Formoso e Trombas ainda hoje é uma história imprescindível em estudos acadêmicos sobre o movimento social rural em Goiás, mas, sobretudo, uma história envolta por certa aura mítica na fala de todo militante de esquerda. Isso se deve não só a uma indignação pela violência com que a área foi invadida pela policia militar e pelo exército em 1964, como também ao conjunto de experiências organizativas produzido. Os posseiros desenvolveram uma espécie de "autogestão da região liberada". Criaram um eficiente esquema de autofinanciamento, de atendimento às necessidades médico-hospitalares, de promoção do lazer, de defesa da região, e ainda sobrava fôlego para o fomento de outras associações vizinhas, objetivando o fortalecimento da luta pela posse da terra de modo mais abrangente.

Desta forma, a convivência "harmoniosa" entre fazendeiro e trabalhadores rurais e/ou camponeses que marcaram a história de Goiás nos séculos XVIII e XIX deixa de existir no século XX. Em seu lugar, é inserida a violência e o autoritarismo por parte

dos fazendeiros para expropriar e subjugar os camponeses. A terra se constituindo em uma importante mercadoria dentro do modelo de desenvolvimento capitalista para o período, fez com que os latifundiários, em aliança com juízes, donos de cartórios e com o aparato do Estado a seu favor, iniciem a demarcação das melhores terras para ser parte de suas fazendas. Os camponeses buscavam apoio para a sua organização e para a resistência nos partidos, em especial no PCB, nas representações da igreja católica mais progressista e na formação de associações.

Em Goiás foram 12 associações que estavam vinculadas às Ligas Camponesas, que teve início a partir de 1945 com denominações de ligas, irmandades ou associações, sendo que estas eram influenciadas pelo PCB. Sendo assim, os conflitos agrários que aconteciam em Goiás ganhavam acompanhamento do partido, de sindicatos e da igreja católica.

Parte desta história não pode ser retratada sem mencionar a Guerrilha do Araguaia que busca sintetizar bem a política adotada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) [2] durante o período da ditadura militar no Brasil que visava seguir exemplos de revoluções bem sucedidas a partir da organização de camponeses, sem deixar de lado a organização dos operários.

A região do Bico do Papagaio ao extremo norte do estado de Goiás (hoje Tocantins) foi uma região abandonada pelos políticos e com grande número de conflitos agrários entre camponeses e grileiros por se tratar de uma área de terras férteis. O PC do B destaca militantes para esta região para ir estreitando os vínculos com a comunidade local e, assim, acompanhar, dar assistência básica nas áreas de saúde e educação e para organizar os camponeses a fim de resistirem às investidas dos latifundiários e promover a revolução socialista em aliança com as frentes trabalhadoras nas cidades. Para Morissawa (2001, p. 101):

> Em 1969, um grupo de guerrilheiros do PC do B comprou um sitio na região, onde passou a viver da agricultura e fazer treinamento de guerrilha. Ele pertencia à chamada “linha chinesa”, que aderia às ideias de Mao Tse-tung. O objetivo era estabelecer relações com os camponeses locais e, aos poucos,

[2] Com o V Congresso do PCB, surge uma cisão interna que faz o PCB abandonar a teoria stalinista e buscar a legalidade se adequando juridicamente a legislação e, com isso, passa a ser o Partido Comunista Brasileiro, mas permanecendo com a mesma sigla. O outro grupo que permanecia fiel aos princípios stalinistas e discordando dos rumos adotado pelo PCB, decidem manter o Partido Comunista do Brasil, agora, sob nova sigla, o PCdoB.

> conscientizá-los da necessidade da luta armada contra os latifundiários e o governo da burguesia.

A Guerrilha do Araguaia ficou durante muito tempo como uma das *áreas proibidas* da nossa história atual. Oficialmente, o governo somente divulgou algo após o seu fim em 1974, mas as informações oficiais retratavam como um grupo de fanáticos ou de subversivos. Posteriormente, com relatos, documentos e a abertura à democracia, novos elementos foram aparecendo, no entanto, mesmo assim, muito ainda há que saber sobe este período da história de Goiás e do Brasil.

Não há como negar que o golpe militar acentuou a disputa pela terra, pois o camponês quando se organizava para lutar pela posse de sua terra era considerado como um subversivo ou comunista o que era sinônimo de inimigo do Estado. Parte disto se dá pelo fato de que o PC do B buscava a organização dos camponeses para a revolução socialista, mas este entrava na ilegalidade, assim, todos considerados como "comunistas" eram subversivos e um inimigo iminente à ordem social vigente. A outra parte se dá pelo próprio papel do Estado em ficar ao lado dos latifundiários e capitalistas na busca de "desenvolvimento e progresso" do Brasil no período, uma vez que o golpe militar foi justamente para impedir a onda de revolução socialista em curso e a frear as agitações e os movimentos sociais, seja no campo ou na cidade.

Desta forma, os camponeses não poderiam buscar apoio nos partidos e nem nos sindicatos para lhes representar frente às investidas dos latifundiários e empresas que quisessem apossar de suas terras, a alternativa era se aproximar da igreja, para que através desta houvesse formas de se articularem, reunirem e discutirem propostas para a permanência no campo. A igreja já vinha sendo um elo de articulação desde a década de 1960 com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). O padre passa, assim, a interceder junto às autoridades em favor dos camponeses. Vale ressaltar que não é possível generalizar isto, pois em alguns casos a igreja se posicionava ao lado dos latifundiários e fazia o papel de acomodação e conformação da situação de expropriação e exploração aos camponeses, pregando a submissão e a privação na terra para ser recompensado na vida eterna. Duarte (1999b, p. 43) destaca que:

> Com o golpe militar de 1964, todos os movimentos populares foram sufocados, principalmente as organizações de luta dos camponeses. Essa era uma das condições de *segurança* e *estabilidade* necessárias à atração do capital externo, para o desenvolvimento do capitalismo. Uma das primeiras

> medidas visando a essa finalidade foi a criação de uma legislação relativa às políticas agrícolas e agrárias, através do Estatuto da Terra e demais leis complementares.

Mesmo com uma Lei de Reforma Agrária realizada ainda em 1964, que ficou conhecido como Estatuto da Terra, para acalmar a população que estava em efervescência pelas propostas de João Goulart de realizar a reforma agrária, os militares nunca a implementaram e nem mesmo os governantes que vieram posteriormente. Ao invés de fazer a reforma agrária, iniciou-se uma política de colonização na região da Amazônia Legal. No entanto, esta frente de colonização estava, novamente, ligada às características de abertura da fronteira agrícola, que em geral era feita pelo camponês e, posteriormente, a terra apropriada pelos grandes fazendeiros e/ou empresas, sendo o Estado sempre ao lado dos grileiros e grandes proprietários.

Pelos camponeses estavam, em parte, alguns sindicatos que tinham a autorização de funcionar e representar as famílias, mas, "dentro da legalidade", pois as várias lideranças combativas eram perseguidas, presas, torturadas e poderiam até "desaparecer". Dentre estes estavam a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e as federações estaduais, no caso de Goiás a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Goiás (Fetaeg), que, conforme Duarte (1999, p. 614):

> A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), desde sua fundação, no início dos anos 70, tinha como presidente um fazendeiro, que permaneceu no cargo até 1982. A Federação tornou-se um posto de benefícios, apenas prestando assistência médica e dentária. Dessa forma, os sindicatos, então criados, eram assistencialistas. A luta pela terra, que afrontava a propriedade capitalista, era relegada a um segundo plano pelas entidades que deveriam representar os posseiros e outros trabalhadores rurais sem terra.

Assim, os sindicatos atuavam mais com base no Estatuto da Terra para a legalidade de suas ações do que nas áreas de conflitos. No aspecto da sindicalização dos trabalhadores rurais, "em Goiás, a década de 60 se encerrou com 06 STRs. Na década de 70, foram criados outros 43. Mas a expansão continuou na década de 80 quando foram criados outros 57" (PESSOA 1997, p. 61).

Mesmo com este aumento no número de sindicatos representando os camponeses e trabalhadores rurais, coube à igreja católica dar assistência às famílias

camponesas e aos conflitos no campo. Como um agente mediador dos conflitos e estando próxima dos camponeses que, por não ter a quem recorrer, faziam seus clamores aos padres, diáconos, freiras e pessoas ligadas à igreja e, a partir desta condiçãosurge a CPT, conforme destaca Morissawa (2001, p. 105):

> Em 1975, surgiu a **CPT** (Comissão Pastoral da Terra), também da Igreja Católica, que, juntamente com as paróquias das periferias das cidades e das comunidades rurais, passou a dar assistências aos camponeses durante o regime militar. No inicio a CPT esteve voltada às lutas dos posseiros do Centro-Oeste e Norte. Mais tarde, com a eclosão de conflitos pela terra em todo o país, ela se tornou uma instituição de alcance nacional. (grifo do autor)

Como o Estatuto da Terra nunca foi cumprido coube aos camponeses se organizarem e buscarem apoio para lutar pela reforma agrária ou pela posse da terra. Conforme Duarte (1999, p. 613):

> De fato, a partir do apoio da Igreja, os posseiros puderam esboçar uma resistência na luta contra a expulsão, embora ainda em condições desiguais. Pelo menos puderam ser esclarecidos de seus direitos; passaram a ter um canal de comunicação para denunciar as injustiças e a violência a que estavam submetidos; passaram a contar com uma assessoria jurídica para se defenderem dos ataques dos grileiros e para demandarem em ações de manutenção de posse.

Neste período, é importante ressaltar que o campo goiano está inserido no processo de modernização e desenvolvimento capitalista do auge da Revolução Verde na década de 1970. Para Ferreira e Mendes (2009, p. 16):

> A década de 1970 representa o contexto da aliança estabelecida entre o Estado e a classe dominante rural. A partir desse período, o Estado passa a interferir diretamente nas formas de organização da agricultura e na política agrícola, promovendo a modernização desse setor. Através da colonização agrícola nacional de Goiás, o projeto de colonização federal promoveu a interiorização de populações, ao mesmo tempo que criou valores econômicos para o mercado. Esse projeto respondia aos objetivos econômicos específicos, apresentando a solução dos problemas agrários nacionais como opção alternativa à reforma agrária.

O Estado, voltando-se para a classe latifundiária criou um conjunto de medidas que proporcionou a legitimação e desenvolvimento dos latifundiários, que continuaram a se dedicar à pecuária extensiva e, em algumas regiões, à lavoura voltada

principalmente para o mercado internacional ou de investimentos de capitais estrangeiros. Conforme Pessoa (1997, p. 75):

> Como a década de 70 foi marcada por uma massiva intervenção do Estado na agricultura, através de programas de crédito, instituindo a empresarialização e possibilitando nova expansão do latifúndio e privatização das terras devolutas, o preço de tudo isso foi a generalização da grilagem. E os atingidos, evidentemente, foram os pequenos produtores que, nesse processo de "ocupação primária", tornaram-se posseiros.

Neste contexto de novos surtos migratório e de reconfiguração agrária em Goiás, a região sul do Estado foi a que mais recebeu influência da chamada Revolução Verde. Desde a implementação da estrada de ferro e da criação de rodovias, o sul goiano vinha ganhando destaque na produção agrícola por contar com terras férteis, com áreas de planícies e próprias para a agricultura, contribuindo para o fortalecimento da grande propriedade e das produções em monocultivos, assim como para o surgimento e instalação de pólos industriais, tornando-se algo à parte do conjunto do estado. A região é o símbolo do dinamismo do agronegócio na agricultura na atualidade, mas para chegar a esta posição muitas terras foram griladas e seus moradores expulsos com a finalidade da consolidação da grande propriedade.

A agricultura no cerrado, a partir de 1970, é destacada por Ferreira e Mendes (2009, p. 17) como:

> O Cerrado vai conhecer a modernização agrícola a partir da década de 1970. A região passa a ser um atrativo para a produção de soja, uma vez que se amplia a demanda pelo produto nos mercados internacionais. Assim, esse período representa um marco histórico para a agricultura brasileira, através da aliança entre o Estado e a classe dominante rural, em que o Estado passa a interferir diretamente nas suas formas de organizações e na política agrícola.

Esta cultura iniciada a partir da década de 1970, ganha espaço na atualidade, e em conjunto com outras culturas formam a representação do modelo de desenvolvimento do campo pelo agronegócio, configurando como os destaques no aspecto produtivo goiano. Conforme Pires (2009, p. 85):

> No entanto, há indícios de que o uso do solo goiano, nos últimos tempos com culturas com forte penetração no mercado internacional, como a soja e a cana-de-açúcar, têm determinado a reconfiguração na distribuição fundiária,

> pois as economias de escala que são necessárias para a produção destas culturas em condições competitivas têm acelerado o processo de arrendamento no estado causando, assim, a concentração, cada vez mais de parcelas da área dos estabelecimentos agrícolas nas mãos de poucos proprietários rurais.

O processo de formação e configuração da estrutura agrária e fundiária goiana reforça as grandes propriedades e subalterniza as pequenas propriedades voltadas para a produção de alimentos para o abastecimento local e/ou regional. A cultura do gado é fator presente e marcante na história de Goiás, sendo que a grande maioria é da criação extensiva que, por sua vez, necessita de grandes extensões de terra para seu desenvolvimento e, em contrapartida, continua necessitando de poucas pessoas para cuidar do rebanho.

A contraposição da figura do latifundiário atrasado, detentor do poder político e econômico e visto como violento por contratar pessoas (jagunços) para defenderem suas propriedades cede lugar ao fazendeiro integrado com o mercado que usa os aparelhos do Estado para defender suas propriedades. A luta pela terra passa a ser uma constante, assim como os enfrentamentos entre os camponeses e os grandes proprietários na medida em que a fronteira agrícola vai diminuindo dentro do próprio estado de Goiás.

2.4. Estrutura fundiária em Goiás

O fim da década de 1980 foi marcante para a conformação do território goiano nos dias atuais com a separação entre o norte e o sul. O território de Goiás conviveu com uma dualidade referente ao seu processo de desenvolvimento desde o processo de interiorização. A chegada da estrada de ferro, a construção de Goiânia para ser a capital do estado e posteriormente de Brasília, como a capital federal, possibilitou que o sul de Goiás se tornasse mais propício ao desenvolvimento econômico, seja na agropecuária que encontrava as terras mais férteis e propícias para esta finalidade, ou no surgimento de pólos industriais incentivados pelos investimentos de infraestrutura, que estavam sendo realizados.

O norte continuava esquecido por parte das autoridades e governantes. Vários conflitos agrários marcavam a região, em especial, no bico do papagaio, onde a lei que

vigorava era a dos fazendeiros que influenciavam nos poderes locais e usavam da força, principalmente, o uso de armas para intimidar quem fosse contrário às suas “ordens”. A política dos governos estadual e federal fazia a região ser uma fronteira agrícola e incentivava empresas a desenvolverem atividades econômicas na região desconsiderando, assim, as famílias que estavam instaladas nas áreas de terras devolutas. Por ser uma região de baixa densidade demográfica, muitas famílias de camponeses que eram ameaçadas deixavam suas propriedades e buscavam novos lugares para se estabelecerem, entretanto, muitos resistiam e ficavam a mercê da truculência dos latifundiários.

Movimentos separatistas, ou de autonomia do norte iniciaram já em 1821 com Joaquim Teotônio Segurado, depois em 1956 com o juiz de Direito da cidade de Porto Nacional Feliciano Machado Braga e posteriormente em 1985 o Senador Benedito Ferreira protocolou projeto de Lei no senado para a criação do Estado do Tocantins, que foi vetado pelo presidente da República José Sarney sob a argumentação que este pedido deveria ser submetido à Constituinte. Finalmente, no dia 05 de outubro de 1988 o norte de Goiás era emancipado e surgia o Estado do Tocantins, que foi instalado oficialmente em 01 de janeiro de 1989.

Assim, falar do território de Goiás hoje, não é o mesmo que falar de Goyaz até o século XVIII, ou de Goiás até o fim da década de 1989. O território que compreende o estado de Goiás, ainda possui uma parte desenvolvida mais ao centro sul e uma parte ainda dominada pelas oligarquias rurais mais ao norte. O que ocorre a partir da década de 1990 e início dos anos 2000 é uma estruturação social em que ao sul configura-se a figura do fazendeiro mais desenvolvido e ao norte mais atrasado.No entanto, ambos estão no poder político e econômico do estado.

A formação do estado de Goiás é simbólica, se analisado a partir das contradições de sua conformação. O que tem como principal ponto é a concentração de terra nas mãos de poucos como demonstrado nas tabelas a seguir sobre o número dos estabelecimentos e da área ocupada. Esta concentração pode ser “justificada” pela opção do desenvolvimento econômico por meio da pecuária extensiva, mas também pela concentração do poder político, econômico, cultural e social nas mãos dos latifundiários.

É importante destacar que com a criação do Estado de Tocantins no início de 1989, os dados até 1985 mostram a evolução do número de estabelecimentos e de área

ocupada pelos mesmos respectivamente, assim como os dados de 1995 são semelhantes aos do ano de 1975 tanto para o número de estabelecimentos como para a área dos estabelecimentos.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos em Goiás entre 1970 e 2006.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS						
	1970	**1975**	**1980**	**1985**	**1995**	**2006**
Total	107.548	111.903	110.652	131.365	111.791	135.692
Menos de 10 ha	14.149	16.728	13.825	25.361	12.526	21.842
10 a menos de 100 ha	53.842	52.401	52.136	58.944	55.073	72.242
Menos de 100 ha	67.991	69.129	65.961	84.305	67.599	94.084
100 a menos de 1000 ha	35.366	37.729	39.133	41.217	38.728	34.494
1000 ha e mais	4.187	5.031	5.502	5.811	5.437	5.001

Fonte: IBGE
Organização: Anacleto 2013

Tabela 2 – Área dos estabelecimentos em Goiás entre 1970 e 2006.

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS						
	1970	**1975**	**1980**	**1985**	**1995**	**2006**
Total	24.332.673,00	27.689.998,00	29.185.339,00	29.864.104,00	27.472.648,00	26.136.081,00
Menos de 10 ha	85.098,00	102.719,00	82.470,00	144.981,00	69.284,00	111.376,00
10 a menos de 100 ha	2.403.138,00	2.344.126,00	2.346.667,00	2.586.472,00	2.425.310,00	2.840.656,00
Menos de 100 ha	2.488.236,00	2.446.845,00	2.429.137,00	2.731.453,00	2.494.594,00	2.952.032,00
100 a menos de 1000 ha	10.414.281,00	11.368.581,00	11.941.312,00	12.622.853,00	12.011.556,00	10.701.273,00
1000 ha e mais	11.430.155,00	13.874.581,00	14.814.846,00	14.509.795,00	12.966.497,00	12.482.776,00

Fonte: IBGE
Organização: Anacleto 2013

Tomando como base os dados dos anos de 1995 e de 2006, quando se configura a estrutura fundiária mais próxima da atual conformação do território do estado de Goiás, é possível perceber que aumentaram os números de estabelecimentos e da área total dos mesmos. O aumento é acompanhado apenas pelos estabelecimentos com menos de 100 ha, para os demais, entre 100 ha e 1000 ha e acima dos 1000 ha houve uma redução no número e na área ocupada dos estabelecimentos, o que pode indicar que a luta pela terra na década de 1990 e início dos anos 2000 contribuiu para esta alteração.

De acordo com os dados do INCRA – SR/04 e SR/28[3], entre 1984 e 2011 foram criados 389 P.A, assentando 21.245 famílias em Goiás. Os assentamentos com maior número de famílias assentadas ficam na região norte e noroeste, coordenadas pelo INCRA – SR/28 que tem média de 82,25 famílias assentadas por P.A, contra 42,62 famílias assentadas por P.A. no INCRA – SR/04.

Desta forma, desde o início do povoamento do território que seria conhecido como Goyaz - em uma alusão aos índios Goyazes que habitaram esta região, mas que foram perseguidos e/ou integrados à cultura aurífera - a presença das grandes propriedades de terras é parte integrante do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos governantes locais. Coexistindo com os latifundiários sempre esteve a figura dos camponeses, que em um primeiro momento conviviam em "harmonia" até mesmo pelo pouco interesse e grande disponibilidade de terras, mas que com a mudança no modelo de desenvolvimento e a introdução da estrada de ferro e, posteriormente, das rodovias, passaram a estabelecer os conflitos pelo domínio e controle da terra, sendo que para Pessoa (1997, p. 75):

> [...] das Capitanias em 1532 até os anos [19]50 do presente século, as ocupações livres, não necessariamente legitimadas posteriormente do ponto de vista judicial, foram a forma mais usual de apropriação da terra em todo o pais e Goiás não se constitui em exceção.

Em síntese, a conformação do território de Goiás é marcada pela apropriação da terra, onde camponeses e latifundiários buscavam estabelecer suas propriedades, mas a preferência na demarcação ou uso da terra era sempre do latifundiário, que expulsava os camponeses de suas terras sempre que esta lhe interessava. Mesmo com as diversas formas de organização dos camponeses para resistir às investidas dos latifundiários e garantir suas terras para o trabalho, produção e sustento de suas famílias, eles foram derrotados ou desarticulados pelo aparato do Estado que sempre esteve ao lado dos grandes proprietários de terra.

[3] O estado de Goiás é dividido em duas superintendências regionais do INCRA, a SR04 e a SR28. Esta última coordena os trabalhos na região do entorno do Distrito Federal e, por sua vez, o noroeste goiano. A SR04 coordena as demais localidades de Goiás. Este trabalho tem informações a partir da SR04.

CAPÍTULO III – O CAPITAL NO CAMPO

O modo de produção capitalista pode ser caracterizado como as relações que os seres humanos desenvolvem entre si, com a divisão social do trabalho e a relação com a natureza e sua transformação. O capitalismo é o atual modo de produção dominante e o faz influenciar diretamente na vida das pessoas cotidianamente. Um modo de produção é como ocorre a organização da sociedade na esfera econômica e/ou produtiva e na esfera política, definindo a criação e aplicação de leis e normas. Desta forma, o modo de produção reflete o conjunto de ideias e valores a ser aplicadas como um todo dentro da sociedade. Conforme Marx (2008, p. 47):

> [...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independente de suas vontades; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.

Neste sentido, há um grupo de pessoas - uma classe - que domina e direciona o funcionamento do modo de produção. Este grupo é a classe dominante e os demais que não estão nela fazem parte de outra classe, a classe dominada. No capitalismo a classe dominante é dos capitalistas e dos dominados é a classe trabalhadora.

O capitalista detém o capital, materializado nos meios de produção e extrai a mais-valia dos trabalhadores, o excedente do produto além do trabalho que lhes é pago. Com a transformação da mais-valia em capital ocorre o processo de acumulação. O que ocorre na esfera econômica é que a maioria das pessoas trabalha, ou seja, a classe dominada, e produz riquezas que são apropriadas por um pequeno número de pessoas, ou seja, a classe dominante, justamente por serem os detentores dos meios de produção.

Compreendendo que na teoria marxista original sobre o capitalismo existem duas classes antagônicas, os capitalistas (burguesia) e os proletariados. A visão clássica é que o enfrentamento ocorre a partir da burguesia *versus* o proletariado no meio urbano. Porém, é preciso compreender o conflito de classes no campo onde há a figura do campesinato, que se diferencia em parte do proletariado, mas também está em permanente disputa com o capitalismo para continuar existindo. O campesinato também é analisado na teoria marxista como um grupo à parte do proletariado que ora se encontra com características da classe trabalhadora e ora com características da classe dominante.

Na interpretação clássica, os camponeses seriam suprimidos dentro do modo de produção capitalista. No entanto, como já foi visto anteriormente, o campesinato continua existindo e se recriando, sendo esta contradição permanente dentro do capitalismo. Neste trabalho não será abordado o campesinato enquanto uma classe à parte e sim, um grupo de pessoas que está dentro da classe trabalhadora.

Portanto, a seguir analisamos o movimento do capital no meio rural e as contradições existentes entre a agricultura capitalista, que na atualidade é denominada agronegócio, e a agricultura camponesa, levando em consideração as políticas de financiamento e comercialização e o papel do Estado na assistência direcionada a cada grupo. Importante ressaltar que alguns produtos do chamado agronegócio são produzidos, também, pela agricultura camponesa.

3.1. Sociedade, agricultura e capitalismo no campo

A produção de alimentos, seja animal ou vegetal, passa por constantes modificações ao longo do tempo e vai se adaptando às exigências das sociedades. As inovações tecnológicas sempre estiveram presentes no processo de produção de alimentos com a finalidade de aumentar a produção e/ou a produtividade e atender às demandas de alimentos para aqueles que se dedicavam, sobretudo, a atividades não ligadas à agricultura. Sendo assim, a agricultura está ligada ao desenvolvimento da sociedade e, por isso, sempre há grupo responsável pela produção de alimentos para que outros grupos se dediquem a atividades não ligadas diretamente à agricultura.

“A agricultura é uma invenção humana e, sobretudo, feminina”, (BOGO, 2008, p. 74) e com o seu surgimento a partir da domesticação de animais e plantas o ser humano pôde iniciar a sua sedentarização, e, com isso, foi possível organizar as pessoas em classes. Desta forma, foi possível diferenciar cada grupo de acordo com a atividade que desenvolvia “a contar do fim da sociedade nômade, quando se deu a descoberta da agricultura, todas as etapas do crescimento agrícola representaram saltos importantes, dado pelo Homem, no sentido do progresso econômico e social” (GUIMARÃES, 1982, p. 14). Essa organização também proporcionou o surgimento de centros urbanos, ainda que de início muito vinculados ao campo, mas com o passar do tempo ou em alguns momentos houve um distanciamento entre os dois.

A humanidade já vivenciou distintos modos de produção - comunismo primitivo, tributário ou asiático, escravista, feudal e capitalista - e em cada um deles a agricultura, o campo e a cidade tinham seus papeis definidos e característicos. Contudo, ao passar do tempo e, sobretudo no capitalismo, houve uma maior distinção entre os dois “a maior divisão entre o trabalho material e intelectual é a separação da cidade e do campo” (MARX; ENGELS, 2002, p. 71).

Hoje, o capitalismo é o modo de produção dominante e, com isso, seus princípios, sejam econômicos, sociais, filosóficos ou ideológicos são os que direcionam a forma predominante do desenvolvimento da sociedade. No aspecto da agricultura, o capitalismo intensificou a separação das atividades do campo e da cidade, o que não acontecia no feudalismo, mesmo que se considere uma ligação ou uma relação de complementariedade. No modelo de desenvolvimento atual, é bem específico o papel de cada um na organização e manutenção da sociedade. No início, os capitalistas buscam separar o campo e a cidade, mas na atualidade, há uma complementariedade das atividades econômicas desenvolvidas tanto no campo como na cidade. É possível identificar hoje as “cidades do agronegócio”.

O capitalismo tem como princípios a liberdade, a igualdade e propriedade privada, mesmo que estejam assegurados na esfera jurídica e isso não implique em igualdade entre as classes. Para Harnecker e Uribe (1979, p.38):

> Os donos dos meios de produção, tendo nas suas mãos o poder econômico, têm nas suas mãos o Estado com todo o seu aparelho: exército, polícia, tribunais, funcionários públicos, etc. Tem nas suas mãos portanto não só o poder econômico como também o **poder político. (**grifo dos autores)

A classe dominante não tem interesse em fazer com que a classe dominada tenha conhecimento dessas questões. Os grupos de pessoas que se organizam e compreendem o significado do funcionamento capitalista busca alertar os demais sobre o caráter concentrador e ao mesmo tempo excludente, mas que a classe dominante acaba justificando e legitimando o modelo de exploração através da dominação ideológica. “O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista” (FERNANDES, 2009, p. 201), ao realizar esta ação não deixam claro para o conjunto da sociedade é que poucos é que podem se tornar realmente capitalistas. Assim, ser capitalista, segundo Oliveira (2001, p. 21) significa:

> Capitalistas são, portanto, todos aqueles que, possuidores de capital, destinam-no à produção. Na agricultura, adquirem terras e outros meios de produção e contratam trabalhadores para trabalharem para eles em troca de um salário.

Para Marx e Engels, (1998, p. 32):

> Ser capitalista é ter não só uma condição puramente pessoal, mas uma condição social na produção. O capital é um produto coletivo e só pela ação unida de muitos membros e ainda, como último recurso, é só pela ação unida de todos os membros da sociedade que ele pode se movimentado.

Para o campo, a característica difundida pela classe dominante é de que os camponeses se tornem - ou tenham como propósito principal de se tornar - capitalistas e, com isso, embora sejam ainda “pequenos produtores”, tentam reproduzir o modelo agropecuário do capital, o agronegócio. Silva (1981, p. 36) destaca que “[...] a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra”.

A agricultura cumpria inicialmente o papel de produzir e fornecer alimentos e matéria prima para a cidade, alimentando os trabalhadores e suprindo a necessidade industrial. No entanto, os capitalistas viram na agricultura uma importante fonte de obtenção de lucros e, desta forma, passaram a comandar a cadeia produtiva e direcionar o que plantar e como plantar, integrando a cadeia industrial à agricultura e as tornando quase inseparáveis na atualidade.

A classe dominante no campo, representada pelos fazendeiros que dominaram as decisões política, econômicas e sociais no Brasil até o início do século XX, foi se metamorfoseando com o processo de modernização do Brasil a partir de 1930, sendo incorporada/transformada na burguesia urbana "[...] no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra" (OLIVEIRA, 2001b, p. 186).

O capitalismo se apropriou das atividades produtivas na agricultura e estabeleceu, na atualidade, o agronegócio como modelo dominante para a produção de alimentos, de geração de renda para as famílias que vivem no campo e como possibilidade de acabar com a fome. O agronegócio passou assim a ditar o modelo de organizar a produção, baseando-se no monocultivo, produção em grande escala, mecanização e modernização da agricultura, diminuição do número de trabalhadores, e uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos.

Embora este seja o modelo defendido e implementado no campo pelos capitalistas e que recebe apoio do Estado através de políticas governamentais de incentivo a produção de *commodities*, é importante observar que, coexistindo com a agricultura capitalista, há a agricultura camponesa. Esta agricultura camponesa deve cumprir com a tarefa de produzir para atender a demanda do mercado interno e, com isso, produzir alimentos para o conjunto dos trabalhadores a um preço acessível e que possibilite que a sua maioria permaneça na cidade e não veja necessidade da realização da reforma agrária propriamente dita. Embora, seja necessário considerar que o agronegócio também produza parte dos alimentos consumidos para o conjunto das pessoas, a maior parte é produzida pela agricultura camponesa. Segundo Mattei (2005, p. 11):

> Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, como a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities*, voltadas ao mercado internacional, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da produção familiar, o resultado disso foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção.

A agricultura camponesa convive com o agronegócio em desvantagem por não ser grande produtora de *commodities*. A propriedade privada da terra passa a ser objeto

de disputa e enfrentamentos entre a classe dominante e a classe dominada pelo seu controle. Com estas lutas, estabelece um enfrentamento ao capital onde consegue conquistas e se territorializa, mas no enfrentamento permanente, o capital pode utilizar destes mesmos territórios para continuar influenciando no modo de viver, produzir e comercializar. “A propriedade privada que teve origem na carência dos meios de sobrevivência tornou-se, ao longo da história, a razão de ser da sociedade. Ela, propriedade, se constitui na forma concreta, mediadora entre trabalho e capital”, (BOGO, 2009, p.49).

Desta forma, para o desenvolvimento capitalista avançar o Estado e sua estrutura é utilizada a fim de legitimar e justificar as intervenções deste em defesa das empresas transnacionais, do sistema financeiro e do comércio internacional que beneficia os capitalistas. Aos que pertencem a classe trabalhadora, o Estado intervém com políticas públicas insuficientes e, às vezes, inadequadas que acabam produzindo efeitos desastrosos na cidade e no campo, como o desemprego, a fome, a desigualdade social, dentre outros.

Conforme Stedile e Oliveira (2005, p. 16):

> O domínio do capital estrangeiro e das grandes corporações sobre a economia como um todo representa também um novo modelo de dominação do capital sobre a agricultura. [...] ele atua de forma diferenciada, de acordo com as regiões, de acordo com os produtos, de acordo com as relações dos camponeses e trabalhadores.

Essa forma como o capital passou a ser dominante trouxe também mudanças estruturais na forma de dominar a produção de mercadorias agrícola em todo o mundo. A racionalidade produtivista para geração do lucro do capital foi empregada na agricultura, ou seja, aumento da produtividade do trabalho e da natureza, na modernização do processo produtivo e da rentabilidade econômica do único produto ali produzido. Isto fez com que substituíssem a força de trabalho humana pela mecanização intensiva e utilização cada vez maior de fertilizantes e agrotóxicos. O trabalhador continua no campo, mas em menor número e recebendo menores remunerações pelo seu trabalho, com exceções aos trabalhadores que se especializam em uma determinada área, mas que em geral não absorve um grande número de trabalhadores.

Quanto à estrutura fundiária, o capitalismo necessita de grandes extensões de terra para se desenvolver, aumentando as fronteiras agrícolas, abolindo a ideia da necessidade da reforma agrária para o desenvolvimento do país, segundo Melo (2006, p. 63):

> Além de impedir a realização da reforma agrária, a modernização agropecuária trouxe em consequências a continuidade da concentração de poder econômico e político pelos grandes proprietários de terra. Provocou também um significativo aumento do êxodo rural, com a expulsão e expropriação de milhões de famílias, que migraram para as cidades ou engrossaram os números de famílias sem terra. Consequentemente, o aumento da concentração fundiária é a grande responsável pela violência, desigualdade e pobreza no campo brasileiro.

Mas, a classe dominante busca legitimar suas opções frente ao conjunto da sociedade e apresenta o agronegócio como alternativa sob os argumentos favoráveis de ser responsável pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), pelo fortalecimento das atividades industriais, um gerador de empregos e por levar desenvolvimento às diversas regiões e municípios.

Com isso, a alternativa apontada pelo capitalismo, para o campesinato, é a integração com o mercado, sendo produtores de commodities, tornando-se pequenos produtores parte do “agronegocinho”. Ou seja, reproduzir o modelo de produção capitalista em suas propriedades e em escala menores, incompatível com o pacote agrícola do agronegócio, ou a migração para os centros urbanos em busca de emprego nas áreas que apontam em expansão e, assim, proporcionar a expansão do agronegócio, pois este não absorve muita mão de obra em suas áreas de produção.

3.2. Agricultura capitalista e agricultura camponesa

No campo brasileiro, há uma dualidade vivenciada entre os camponeses e os agricultores capitalistas, que se configuram como modelos de desenvolvimentos distintos no meio rural. Para os defensores do agronegócio, o Brasil tem um potencial agrícola a ser mais bem explorado, seja na extensão de terra possível ao cultivo ou no financiamento proporcionado pelo governo federal para as suas atividades. O Brasil

possui uma área de 851 milhões de hectares, destes, cerca de 70 milhões de hectares são utilizadas na agricultura.

Dentro da perspectiva do PCA, o agronegócio se torna um agente importante no cenário econômico, um instrumento que engloba as pessoas que estão diretamente e indiretamente ligadas ao campo, ou melhor, com a integração do mercado tanto o grande produtor capitalista como os agricultores camponeses passam a fazer parte do agronegócio, assim como, todos aqueles sujeitos ligados às cadeias produtivas. O agronegócio passa a ser difundido como todos os negócios, sejam na produção ou comercialização relacionados ao campo - "da porteira para dentro" e "da porteira para fora". No entanto, nem todos comungam destes princípios. Neste sentido, para entender o agronegócio a partir de análises do PQA, segundo Stedile e Oliveira (2005, p. 25):

> A palavra agronegócio tem um sentido genérico, referindo-se a todas as atividades de comércio com produtos agrícolas [...]. No entanto, no Brasil, a expressão foi utilizada pelos fazendeiros, por intelectuais das universidades e, sobretudo, pela imprensa para designar uma característica da produção no meio rural.

Conforme Fernandes, Welch e Gonçalves (2012, p. 37):

> Para as organizações do agronegócio e para o Ministério da Agricultura, o agronegócio é uma totalidade composta pelos sistemas agrícola, pecuário, industrial, mercantil, financeiro e tecnológico que contém todos os agricultores capitalistas e não capitalistas, grandes e pequenos, o agronegócio e o "*agronegocinho*" etc. Também compartilham esta compreensão a CONTAG e a FETRAF. Para a Via Campesina, o agronegócio representa as corporações capitalistas que constituíram um conjunto de sistemas para a produção de *commodities*, por meio do monocultivo em grande escala, principalmente para exportação, enquanto os camponeses organizam sistemas baseados na diversidade, pequena escala e mercado local, formando portanto outra lógica. (grifo dos autores).

Os capitalistas encontram no Brasil e na agricultura brasileira um terreno fértil para a apropriação e acúmulo de riquezas sob o discurso do desenvolvimento, da produção de alimentos, da geração de renda para as famílias que vivem no campo e da possibilidade de acabar com a fome. Com isso, o agronegócio passou assim, a ditar o modelo de organizar a produção, baseando-se no monocultivo, produção em grande escala, mecanização e modernização da agricultura, diminuição de trabalhadores nas lavouras ou a especialização dos mesmos, uso de fertilizantes e agrotóxicos, esta

combinação forma o modelo de desenvolvimento para o campo e para as pessoas que ali se encontram.

Fernandes (2008b, p. 210) destaca que:

> O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. [...] A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração.

Os proprietários de terra que representavam o atraso foram se transformando, adequando-se às exigências do avanço do capitalismo e assim, transformando-se no modelo do agronegócio que acabou direcionando a demanda de produção para atender o mercado internacional a fim de superar o déficit na balança comercial brasileira. A propriedade de terra, ao longo da formação do Brasil, tem um caráter cultural muito acentuado. “As elites brasileiras, que passaram 400 anos formadas no modelo agroexportador, ou seja, nossa sociedade, se gerou numa sociedade agrária e exportadora” (STEDILE, 2000, p.171).

O capital foi se adequando no campo e concentrando a produção e os produtos a serem destinados ao comércio. Para aumentar seus lucros, o capital financeiro se aliou com o capital industrial e agrário e passou a especular os preços da produção agrícola nas bolsas de valores com os contratos futuros dos cereais e de outros alimentos ou produtos agropecuários configurados como commodities. Quem diz o que produzir, não são mais os proprietários de terra, o governo, ou a demanda do mercado nacional, mas sim a demanda de produtos controlados pelas empresas transnacionais.

A importância do agronegócio na balança comercial está na sua relação com as exportações de commodities. No entanto, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) no ano de 2010, cinco commodities representaram mais de 43% da exportação brasileira (minério de ferro 14%, petróleo bruto 8%, complexo da soja 8,5%, açúcar 6% e complexo de carnes 6,6%), ou seja, o minério de ferro e o petróleo correspondem a mais da metade desta importante porcentagem da exportação das commodities. Conforme Fernandes (2009, p. 207):

> A produção de commodities está associada a um modelo de desenvolvimento que além de atingir diretamente a população desafia a soberania dos países. A produção de alimentos, fibras e combustíveis para o mercado internacional está relacionada ao uso dos territórios dos países pobres e à dependência tecnológica e econômica dos países ricos.

O território do agronegócio, conforme Fernandes (2008b, p. 211) "[...] é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento". Este domínio obriga os agricultores camponeses a aderir ao modelo agrícola capitalista e a reproduzi-lo em pequenas escalas, pois reproduzem a lógica de que o financiamento, a assistência técnica e a comercialização serão mais valorizados se reproduzir a concepção do agronegócio.

Para Griffin (2004, p.19) "a globalização da agricultura fará com que uma parte cada vez maior das fontes e da produção mundial de alimentos passe ao controle das grandes empresas agrícolas, e isso poderá causar insegurança alimentar". Nos últimos 40 anos, segundo a Via Campesina (2008, p 06-07):

> [...] enquanto a população mundial dobrou a produção de alimentos triplicou. As pessoas que passavam fome no mundo aumentaram de 80 milhões para 925 milhões, sendo que o problema maior foi a falta de dinheiro para comprar alimentos.

É importante perceber que o aumento na produção de alimentos não significa diminuição da fome ou aumento na disponibilidade de alimentos na mesa dos trabalhadores, ou melhor, para a população em geral, pois o alimento é produzido para o consumo, mas para isto deve-se pagar um preço por ele, que é regulado pelas leis do mercado. Ainda há os produtos que podem ser alimentos e fonte de energia ao mesmo tempo como, por exemplo, a soja, o milho, a cana dentre outros e podem ser comercializados àquela atividade mais lucrativa. O modelo econômico atual centraliza as riquezas e não permite a distribuição de renda entre as pessoas fazendo, assim, com que muitos não tenham dinheiro para poder comprar os alimentos, mantendo o problema da fome.

Outra observação pertinente é que os empresários capitalistas do Brasil e de outros países passaram a priorizar os investimentos na produção de soja e milho para

produção de ração animal e outros; cana de açúcar para a produção de açúcar e de etanol; o monocultivo de eucalipto para celulose e produção de carvão para as indústrias siderúrgicas; e a pecuária de corte, ou seja, no Brasil a prioridade é a produção de *commodities*. Com estas iniciativas houve uma crescente centralização do capital que atua na agricultura sendo que algumas empresas controlam as sementes, fertilizantes, agroquímicos, o comércio e a industrialização de produtos agrícolas.

Com o desenvolvimento tecnológico e a intervenção direta do Estado nas atividades agrícolas está em curso um aumento significativo da produtividade agrícola por hectare e por trabalhador. Porém, essa produtividade está sendo combinada com o aumento de escala dos monocultivos e com uso intensivo de venenos e máquinas agrícolas.

Este avanço do agronegócio faz uma blindagem ou proteção às terras improdutivas com a finalidade que estas fiquem a disposição para o avanço e expansão dos negócios do capital, ou seja, as terras que antes eram dispensadas pelos latifundiários agora entram nos planos do agronegócio.

A agricultura camponesa não é priorizada neste modelo de desenvolvimento no qual a maioria dos recursos destinados ao investimento e custeio da atividade agrícola é direcionada para o agronegócio. Os camponeses devem permanecer no campo por terem uma função clara ao capital. Segundo Bernestein (2011, p. 114):

> O argumento é que esse poder de permanência ou "persistência" é tolerado e até estimulado pelo capital na medida em que a lavoura camponesa ou familiar continua a produzir mercadorias alimentares "baratas" que baixam o custo da força de trabalho (salário) para os capitalistas e realmente produz, ela mesma, força de trabalho "barata".

Assim, para o desenvolvimento do capitalismo, o campesinato ainda é importante. No entanto, ainda é preciso fazer com que estes camponeses estejam mais próximos dos ideais capitalistas. Para isto, buscam a argumentação de que no Brasil já não temos mais camponeses e sim agricultores familiares. Uma das formas encontrada pelo Estado para fazer com que estes produtores se sintam como agricultores familiares é a própria linha de crédito a eles destinada - o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Este programa busca fragmentar ainda mais os trabalhadores no campo em segmentos distintos, o que será mais bem detalhado

posteriormente. Ao diferenciar os camponeses em grupos específicos e que, de acordo com alguns critérios, acessam determinados tipos de crédito para o custeio ou investimento da produção agrícola com políticas de financiamentos distintas estes grupos não se reconhecem mais enquanto parte de uma mesma classe. A busca será sempre em avançar na estratificação social se tornando um camponês capitalizado mais próximo do agronegócio. Já para os capitalistas, cabe a tarefa de difundir que todos fazem parte do agronegócio.

Para os governos defensores da agricultura capitalista, a homogeneização dos agricultores de base familiar no campo como agricultores familiares cumpre com importante papel ideológico de colocar todos como iguais. Assim, utilizando dos princípios do PCA e inserindo no senso comum da sociedade que o desenvolvimento agrícola se dá através da incorporação da lógica do capital para a agricultura. Embora, a linha de financiamento seja diferenciada para cada grupo ou até mesmo a comercialização de seus produtos, os capitalistas do agronegócio vendem sua produção no mercado futuro, ou seja, vendem antes mesmo de plantarem, o que não acontece com a maioria dos camponeses.

Vale destacar que a classe economicamente dominante também é política e ideologicamente dominante, ou como destacam Marx e Engels (2002, p. 63):

> Em todas as épocas, os pensamentos dominantes são os pensamentos da classe dominante, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. [...] As idéias dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, as idéias do seu domínio.

Se as ideias da classe dominante influenciam no conjunto das ideias e das ações de toda a sociedade, o exercício a ser realizado é de entender que o desenvolvimento da agricultura no campo brasileiro se baseou em um modelo dependente.

O caso brasileiro é carregado de especificidades e é necessário levar em conta as diversas realidades e possibilidades de desenvolvimento. No entanto, atendendo aos interesses do desenvolvimento capitalista, busca-se caracterizar mais os agricultores de base familiar em suas unidades produtivas como sendo agricultores familiares do que

como camponeses. O que deve ser destacado é que os camponeses possuem algumas especificidades como destaca Fabrini (2008, p. 239-240):

> É possível verificar, entre os camponeses, um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para auto-consumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas na construção dos elementos enfrentados à ordem dominante, expropriatória e desumana.

É neste processo de resistência das investidas do capital no campo que o campesinato vai se reafirmando e buscando alternativas de sua manutenção e/ou recriação. Conforme Shanin (2008, p.27):

> A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente que economias não-camponesas.

A agricultura camponesa, desenvolvida em pequenos e médios estabelecimentos agropecuários, é a principal responsável pela produção de alimentos para o consumo da população brasileira, predominantemente urbana. Segundo levantamento do IBGE (2006) a agricultura com base de trabalho familiar é responsável pela produção de no mínimo 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Mesmo sem políticas adequadas por parte do Estado para o financiamento, produção ou comercialização, os camponeses resistem produtivos no campo.

Este esforço para permanecer e produzir alimentos faz com que a agricultura camponesa tenha importante função dentro da lógica de funcionamento do capitalismo, sendo possível compreender melhor seu papel como base nas informações divulgadas pelo Dieese conforme tabela 1.

Tabela 3 – Comparativo entre estabelecimentos agropecuários, segundo tipo de agricultura – Brasil 2006

	Agricultura familiar	Agricultura não familiar (capitalista)
Estabelecimentos	4.367.902	807.587
Área ocupada (milhões de ha)	80,3	249,7
Pessoal ocupado (em milhões)	12,3	4,2
Participação no PIB	9,0%	18,9%
Recurso disponível para o financiamento (R$ bilhões)	9,0	44,35
Valor da produção (em R$ bilhões)	54,4	89,5
Receita (em R$ bilhões)	41,3	80,5

Fonte: Dieese
Organização: Anacleto 2013

Fica evidente a importância da agricultura camponesa frente ao agronegócio: embora os estabelecimentos agropecuários correspondam a 84,4% do número total, ocupam apenas 24,3% da área total destinada à produção; a agricultura familiar responde por 38% da renda bruta gerada no meio rural e ocupa 74,4% do pessoal que trabalha no campo; tem 9,0% na participação no Produto /interno Bruto (PIB), contra 18,9% da agricultura capitalista, embora o financiamento da agricultura familiar seja de apenas 16,86% do valor total para a agricultura; são 12,3 milhões de pessoas trabalhando na agricultura camponesa e a cada 100 hectares a agricultura camponesa ocupa 15,3 pessoas, contra 1,7 da agricultura capitalista.

Sendo assim, a agricultura camponesa se mostra muito mais eficiente para o desenvolvimento do país do que a realizada em grande escala. Considerando que a produção de grande escala do agronegócio está voltada para atender a demanda das *commodities* enquanto a agricultura camponesa se dedica, em especial, à produção hortifrutigranjeira e a diversidade de produtos em suas áreas agrícolas.

Mesmo assim, a classe dominante busca legitimar o agronegócio frente à agricultura camponesa e, com isso, constantemente são divulgados anúncios que o Brasil é um “grande celeiro do e/ou para o mundo”, destacando o país como produtor de carne, soja, milho, cana de açúcar, eucalipto, dentre outros. Estes cultivos vêm aumentando consideravelmente a área plantada, assim como a produtividade por área plantada. Como parte do enfrentamento no território imaterial, a classe dominante usa suas estratégias para o convencimento dos camponeses em aderirem seu modelo de desenvolvimento no campo.

O que é colocado em curso é a combinação de mais áreas destinadas à produção das *commodities* e o aumento na produtividade tem contribuído para o avanço do chamado agronegócio e, com isso, seus produtos voltados para a exportação contribuindo com o saldo da balança comercial brasileira como é possível verificar na tabela 4.

Segundo a tabela 4, o agronegócio aumentou consideravelmente seu saldo comercial, ao mesmo passo que o Brasil saiu do negativo para um saldo positivo, puxado, segundo o discurso da agricultura capitalista, por este setor da economia brasileira em expansão.

Tabela 4 – Balança comercial brasileira e do agronegócio 1997 – 2012

US$ Bilhões

Ano	Exportações		Importações		Saldo	
	Total Brasil (A)	Agronegócio (B)	Total Brasil (C)	Agronegócio (D)	Total Brasil	Agronegócio
1997	52,983	23,367	59,747	8,193	-6,765	15,173
1998	51,140	21,546	57,763	8,041	-6,624	13,505
1999	48,013	20,494	49,302	5,694	-1,289	14,800
2000	55,119	20,594	55,851	5,756	-0,732	14,838
2001	58,287	23,857	55,602	4,801	2,685	19,056
2002	60,439	24,840	47,243	4,449	13,196	20,391
2003	73,203	30,645	48,326	4,746	24,878	25,899
2004	96,677	39,029	62,836	4,831	33,842	34,198
2005	118,529	43,617	73,600	5,110	44,929	38,507
2006	137,807	49,465	91,351	6,695	46,457	42,769
2007	160,649	58,420	120,617	8,719	40,032	49,701
2008	197,942	71,806	172,985	11,820	24,957	59,987
2009	152,995	64,786	127,722	9,900	25,273	54,886
2010	201,915	76,442	181,768	13,391	20,147	63,051
2011	256,040	94,968	226,238	17,497	29,802	77,471
2012	242,580	95,814	223,142	16,406	19,438	79,408

Fonte: Conab[4];
Organização: Anacleto 2014.

No entanto, em uma análise mais detalhada, é possível perceber que o crescimento do agronegócio ficou proporcionalmente menor em 2012 em relação a 1997. Em 1997, o agronegócio correspondia com 44,11% das exportações brasileira, enquanto que em 2012 sua participação era de 39,49%. Ou seja, mesmo contando com mais recursos para o custeio, investimentos e incentivos o setor do agronegócio não

[4] Fonte consultada: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_01_14_13_21_40_0207_-_bal_comercial_e_agronegocio_-_1989-2012.xls; acessado em 05/02/2014

consegue crescer no mesmo ritmo de exportações do Brasil, mesmo que o discurso seja justamente o inverso.

Conforme França, Grossi e Marques (2009, p. 15):

> Em termos relativos, a participação dos produtos agroalimentares no total das exportações brasileiras manteve-se estável, passando de 28,7% em 1995 para 26,8% em 2006. Já as importações destes produtos caíram de 12,5% do total importado no país em 1995 para 4,9% em 2006. A partir desses dados, é possível fazer um destaque de que, sem o valor de produção gerado pela agricultura familiar (que em boa medida supre o mercado interno), esse saldo positivo da balança comercial agropecuária se transformaria em um déficit. Pois, para se gerar um saldo positivo não basta apenas exportar bastante, mas também, ao mesmo tempo, importar muito pouco desse tipo de produto, o que é propiciado pelo suprimento ao mercado interno feito pela agricultura familiar.

Neste cenário, a produção de alimentos básicos somente é priorizada pelo agronegócio se tiver cotações de preços elevadas e competitivas às commodities. A prioridade não é a produção de alimentos, mas sim a obtenção de lucros. A política adotada no Brasil não é a da prioridade da produção de alimentos. O governo não oferece subsídios para que os produtores se dediquem prioritariamente à produção de produtos da cesta básica e, desta forma, podemos perceber o direcionamento da produção na tabela a seguir com informações sobre a produção de grãos:

Tabela 5 – Produção de Grãos – Brasil de 2003 a 2011

Em mil toneladas

PRODUTO	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
ALGODÃO – CAROÇO	2.099,2	2.110,3	1.658,7	2.383,6	2.504,7	1.890,6	1.843,1	3.228,6
AMENDOIM TOTAL	217,3	301,7	267,7	225,7	303,1	300,6	226,0	226,5
ARROZ	12.829,4	13.227,3	11.721,7	11.315,9	12.074,0	12.602,5	11.660,9	13.613,1
AVEIA	411,0	433,3	516,5	378,0	230,2	232,2	244,1	379,0
CANOLA	-	-	-	-	-	-	42,2	69,7
CENTEIO	3,5	3,4	6,6	5,9	4,9	6,1	4,8	3,2
CEVADA	367,2	386,7	399,4	205,8	264,7	237,0	201,4	283,9
FEIJÃO TOTAL	2.978,3	3.044,4	3.471,2	3.339,8	3.520,9	3.490,6	3.322,5	3.732,8
GIRASSOL	85,8	62,5	93,6	106,1	147,1	109,4	80,6	83,1
MAMONA	107,3	209,8	103,9	93,7	123,3	92,5	100,6	141,3
MILHO TOTAL	42.128,5	34.976,9	42.514,9	51.369,7	58.652,2	51.003,9	56.018,0	57.407,0
SOJA	49.792,7	52.304,6	55.027,1	58.391,8	60.017,7	57.165,5	68.688,2	75.324,3
SORGO	2.014,1	1.567,7	1.543,0	1.497,1	1.985,5	1.934,9	1.624,2	2.314,0
TRIGO	5.851,3	5.845,9	4.873,1	2.233,7	4.097,1	5.884,0	5.026,2	5.881,6
TRITICALE	228,6	220,5	306,3	203,8	211,9	184,7	172,1	114,9
BRASIL	119.114,2	114.695,0	122.530,8	131.750,6	144.137,3	135.134,5	149.254,9	162.803,0

FONTE: CONAB;
Organização Anacleto: 2013

É importante perceber que a produção de soja e de milho cresceu, enquanto a produção de arroz, feijão e trigo permaneceram quase estáveis, ao mesmo tempo em que a população vem aumentando e, consequentemente o consumo desses produtos. Na próxima tabela é possível verificar a produção dos principais grãos, a importação, exportação e consumo, assim como o estoque inicial e o final.

Os dados apresentados na tabela 6 ajudam a compreender uma parte da dimensão da produção agrícola brasileira. A produção de arroz e de feijão está abaixo do consumido, assim como a do trigo, que é praticamente a metade. Em contrapartida, a produção de milho e soja é bem maior do que a do consumo. Com isso, evidencia-se que a prioridade da produção do agronegócio é para os produtos mais valorizados, sobretudo no mercado externo, mesmo tendo boa parte do financiamento de sua produção com recursos públicos.

Tabela 6 – Balanço de Oferta e Demanda (produtos) – Brasil entre as safras de 2008/09 a 2011/12

Em 1.000 toneladas

Produto	Safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
ARROZ EM CASCA	2008/09	2.033,7	12.602,5	908,0	15.544,2	12.118,3	894,4	2.531,5
	2009/10	2.531,5	11.660,9	1.044,8	15.237,2	12.152,5	627,4	2.457,3
	2010/11	2.457,3	13.613,1	825,4	16.895,8	12.236,7	2.089,6	2.596,5
	2011/12	2.569,5	11.599,5	900,0	15.069,0	12.100,0	1.300,0	1.669,0
FEIJÃO	2008/09	230,0	3.502,7	110,0	3.842,7	3.500,0	25,0	317,7
	2009/10	317,7	3.322,5	181,2	3.821,4	3.450,0	4,5	366,9
	2010/11	366,5	3.732,8	207,1	4.306,8	3.650,0	20,4	636,4
	2011/12	636,4	2.918,4	312,3	3.867,1	3.500,0	43,3	323,8
MILHO	2008/09	7.675,5	51.003,8	1.181,6	59.860,9	45.414,1	7.333,9	7.112,9
	2009/10	7.112,9	56.018,1	391,9	63.522,9	46.967,6	10.966,1	5.589,2
	2010/11	5.589,2	57.406,9	764,4	63.760,5	48.485,5	9.311,9	5.963,1
	2011/12	5.963,1	72.979,5	750,0	79.692,6	51.209,6	22.313,7	6.169,3
SOJA EM GRÃOS	2008/09	4.540,1	57.161,6	99,4	61.801,1	32.564,0	28.562,7	674,4
	2009/10	674,4	68.688,2	117,8	69.480,4	37.800,0	29.073,2	2.607,2
	2010/11	2.607,2	75.324,3	41,0	77.972,5	41.970,0	32.986,0	3.016,5
	2011/12	3.016,5	66.383,0	266,5	69.666,0	36.754,0	32.486,0	444,0
FARELO DE SOJA	2008/09	3.053,0	23.187,8	43,5	26.284,3	12.000,0	12.253,0	2.031,3
	2009/10	2.031,3	26.719,0	39,5	28.789,8	12.300,0	13.668,6	2.821,2
	2010/11	2.821,2	29.298,5	24,8	32.144,5	13.400,0	14.355,0	4.289,5
	2011/12	4.389,5	26.026,0	15,0	30.430,5	13.950,0	14.289,0	2.191,5
ÓLEO DE SOJA	2008/09	246,2	5.872,2	27,4	6.145,8	4.250,0	1.593,6	302,2
	2009/10	302,2	6.766,5	16,2	7.084,9	4.980,0	1.563,8	541,1
	2010/11	541,1	7.419,8	0,1	7.961,0	5.400,0	1.741,0	820,0
	2011/12	820,0	6.591,0	0,0	7.411,0	5.495,0	1.757,1	158,9
TRIGO	2008/09	895,7	5.884,0	5.676,4	12.456,1	9.398,0	351,4	2.706,7
	2009/10	2.706,7	5.026,2	5.922,2	13.655,1	9.614,2	1.170,4	2.870,5
	2010/11	2.870,5	5.881,6	5.771,9	14.524,0	10.242,0	2.515,9	1.766,1
	2011/12	1.766,1	5.788,6	6.011,8	13.566,5	10.444,9	1.901,0	1.220,6

FONTE: CONAB - Levantamento: Fevereiro/2013.
ESTOQUE DE PASSAGEM: Algodão, Feijão e Soja: 31 de Dezembro de 2012 - Arroz 28 de fevereiro de 2013- Milho 31 de janeirode 2013- Trigo 31 de julho de 2012
Organização: Anacleto 2013.

Ao analisar os principais produtores que dedicam sua produção para a exportação e os que dedicam ao mercado interno, há uma constatação clara da intervenção do capitalismo na agricultura brasileira através das empresas transnacionais que têm o Estado a seu serviço.

Está claro que o capitalismo hoje em dia tem uma forma particular de apropriação da terra e da renda da terra, e não só do trabalho, que é subsumido ao capital. O agronegócio deve atender às demandas do mercado internacional e, por isso, dependem de investimento e assistência do Estado. Aos camponeses cabe atender às demandas do mercado interno e, por isso, algumas políticas públicas podem resolver os problemas imediatos e os financiamentos não são tão expressivos para suas atividades produtivas.

O capitalismo direciona a espacialização ou a territorialização das atividades mais rentáveis no campo e essas são, então, movimento do próprio capital para alcançar seus objetivos de expropriação dos trabalhadores no campo e de acumulação de riqueza. Os indivíduos que estão no campo são movidos e direcionados pelas relações capitalistas. Segundo Veiga (1991, p. 186–187) "[...] a viabilidade econômica de unidades produtivas de pequeno porte na agricultura está muito mais ligada à possibilidade de adoção de inovações tecnológicas, à localização e à qualidade do solo, do que à dimensão". Desta forma, tanto os grandes produtores como os médios ou pequenos, tendo acesso a essas condições, podem se desenvolver economicamente, independente do tamanho de sua propriedade.

Na perspectiva capitalista, os camponeses devem produzir alimentos para a sociedade com um custo baixo para diminuição do custo de vida geral, sendo cada vez mais explorados, o que favorece o acúmulo de riqueza por parte dos capitalistas. Esta produtividade por parte dos camponeses é resultado de longas jornadas de trabalho, pois os mesmos não dispõem das condições mais adequadas para as atividades agrícolas ou o mesmo tratamento disposto ao agronegócio por parte do Estado. Esta auto exploração é realizada de forma simples como destaca Bernestein (2011, p. 114):

> A família não calcula o custo da sua própria mão de obra ao lavrar a terra da maneira como os lavradores capitalistas incorporam o custo dos salários ao calculo de despesa e expectativa de lucro. Na verdade, os "camponeses" tendem a lavrar mais intensivamente do que os capitalistas, ainda que num nível mais baixo de produtividade do trabalho; do mesmo modo, muitas vezes são forçados a comprar ou arrendar terras a preço mais alto e a vender

> o seu produto a preço mais baixo do que os lavradores capitalistas se dispõem a fazer.

Portanto, para continuar a existir e resistir no campo, conforme os princípios capitalistas, essas pessoas são expostas a jornadas de trabalhos exaustivas ou à super exploração da força de trabalho familiar. As empresas transnacionais ocupam papel importante no cenário agrícola e na concentração de riquezas, conforme destaca Ribeiro (2004, p. 87):

> No início do novo milênio, das 100 maiores economias do planeta, 51 eram empresas e 49 eram países. [...] As vendas das 500 maiores transnacionais equivalem a 47% do produto bruto do planeta, mais só empregam 1,57% da força de trabalho mundial. Os camponeses e agricultores de pequena escala são mais de 25% da população mundial e alimentam diretamente a metade do mundo, e indiretamente a uma porcentagem muito maior.

Esta contradição do capitalismo acentua a desigualdade social e faz com que cada vez mais pessoas sejam separadas dos meios de produção que se concentram nas mãos de poucos capitalistas e, por conseguinte, acumulam riquezas. No aspecto do campo, os camponeses que exploram pequenas áreas são prejudicados e sofrem as influências deste acúmulo e concentração da riqueza. Por se tratar de pequenas unidades produtivas, enfrentam dificuldades seja no aspecto da produção ou da comercialização de seus produtos que, em geral, é realizada por atravessadores encontrando dificuldade em fazer a venda diretamente às pessoas na cidade. Conforme Oliveira (2001, p. 11):

> Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalista, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalista, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais. Essa contradição tem nos colocados frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física.

Assim, a agricultura capitalista impele o camponês à incorporação ao modelo desenvolvido pelo mercado, seja arrendando sua terra, seja produzindo o que os grandes proprietários produzem. Caso contrário, pode ver seu estabelecimento se degradando aos poucos pela dificuldade de obter financiamento, de condições de produzir e

comercializar seus produtos a preços que lhe garantam rentabilidade econômica. Isto acaba ocorrendo tanto nos países desenvolvidos como nos que estão em desenvolvimento. A opção de sobrevivência colocada à família, no contexto do capitalismo, é deixar as terras para serem incorporadas pelo agronegócio que tem o comércio de seus produtos garantido uma vez que é regulado pela demanda do mercado internacional.

Ao analisar este cenário mais internacionalizado da agricultura mundial, é possível perceber que mesmo buscando a integração com o mercado os camponeses são os que mais perdem. Para Mazoyer e Roudart (2010, p. 31):

> Mas, para a maioria dos camponeses do mundo, os preços internacionais dos gêneros alimentícios de base são excessivamente baixos para permitir-lhes viver de seu trabalho e renovar seus meios de produção e, portanto, ainda menos para permitir-lhes investir e progredir. Porém, devido à baixa dos custos de transporte e à liberalização crescente das trocas agrícolas internacionais, camadas sempre novas do campesinato subequipado, instalado em regiões desfavorecidas, com pouca disponibilidade de terras e pouco produtivo, são confrontadas com a concorrência de gêneros alimentícios a preços muito baixos provenientes dos mercados internacionais. Essa concorrência desencadeia o bloqueio do desenvolvimento e o empobrecimento deles, chegando a levá-los à pobreza extrema e à fome.

Assim, o agronegócio será priorizado frente a agricultura camponesa, pois esta, já se auto regula para produzir alimentos a preços acessíveis para o conjunto dos trabalhadores, ou seja, o campesinato cumpre um importante papel no desenvolvimento capitalista. Por outro lado, o Estado é utilizado para garantir a expansão do agronegócio e a sobrevivência da agricultura camponesa e, por isso, os camponeses são necessários permanecer no campo para cumprir com a função de produtores de alimentos, mesmo que tenham que vender seus produtos a preços baixos. Desta forma, é importante analisar, ainda, como são realizados os financiamentos e a produção de cada grupo para uma melhor contextualização do campo brasileiro.

3.3. Financiamento da agricultura capitalista e da agricultura camponesa

Para a análise do financiamento da agricultura capitalista e da agricultura camponesa serão utilizados os dados de alguns planos safra. É importante perceber a

diferenciação dos valores do financiamento e das políticas adotadas para a produção e comercialização de cada grupo a fim de verificar o tratamento dado pelo Estado a cada setor. Sendo assim, a seguir algumas informações divulgadas pelos planos agrícola e pecuário que representam um balanço da safra anterior e uma projeção para a nova safra. Segundo o Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011, Brasil (2010, p. 06):

> O cenário de recuperação da economia e do setor agrícola marcou a safra 2009/2010 com uma produção recorde de 149 milhões de toneladas de grãos, graças, principalmente, aos elevados níveis de produtividade. O resultado mostra também a capacidade de reação e adaptação do produtor rural às condições de mercado e de resposta às medidas oficiais de apoio.
> O Governo está destinando R$ 100 bilhões para financiamento da agricultura empresarial. Um aumento de 8% em relação à safra anterior. É um investimento de fôlego e crescente. O aporte total de recursos para a agricultura, inclusive a familiar, saltou de R$ 24,7 bilhões, em 2002, para R$ 116 bilhões, em 2010.

Aqui está clara a dimensão dada para os diferentes tipos de agricultura a "empresarial" e a "familiar". É importante considerar que, segundo as informações, houve um aumento de 8% nos recursos para a agricultura "empresarial", o que neste momento produziu um efeito considerado positivo. Já o plano agrícola de 2011/2012, Brasil (2011, p. 07-08):

> O Brasil mantém sua produção agropecuária entre as mais prósperas do planeta. A safra 2010/2011 leva o país a um novo recorde na produção de grãos: 161,5 milhões de toneladas. O resultado está 8,2% acima da safra anterior, com variação positiva de 3,8% na área plantada e de 4,2% na produtividade. Tal desempenho coloca o país entre os mais competitivos do mundo, com capacidade de atender ao aumento da demanda por alimentos. Esse aumento de 5% vai assegurar o abastecimento interno, contribuindo para maior regularidade nos preços, bem como para ampliar os excedentes exportáveis, com conseqüente geração de divisas para o País. O Brasil já é um dos principais fornecedores de proteínas no mercado internacional de alimentos, destinando o excedente de sua produção a 215 destinos do globo.
> O novo Plano Agrícola e Pecuário destaca-se pela magnitude dos recursos destinados ao setor: R$ 107,2 bilhões. Um aumento de 7,2% em relação à safra passada.

Embora apareça que o Brasil vende o "excedente de sua produção" o que pode ser verificado com alguns produtos é exatamente o contrário, como já apresentado na tabela 4. Ou seja, há uma opção clara em produzir *commodities* na atualidade e se for preciso importar outros gêneros alimentícios.

O plano safra 2012/2013, Brasil (2012, p. 06) destaca que:

> Ao iniciar o ano agrícola 2012/2013 com a produção de grãos da safra 2011/2012 se situando em 161,2 milhões de toneladas, o setor agropecuário permanece contribuindo decisivamente para que o Brasil se consolide como um dos principais produtores mundiais de alimentos, garantindo o abastecimento interno e aumentando a participação no comércio internacional. Esse resultado revela a robustez da agricultura brasileira e sua capacidade de enfrentar adversidades e responder aos seus desafios.

Importante perceber que, embora houvesse um incremento no investimento de mais de 7,2% da safra anterior, 2010/2011, quando se bateu recordes na produção, nesta safra, 2011/2012, a produção de grãos foi menor, ou seja, 161,2 milhões de toneladas contra 161,5 milhões de toneladas de grãos na safra 2010/11. Mesmo assim, as medidas adotadas foram "[...] para a safra 2012/2013, estão previstos R$ 115,25 bilhões para financiamento da agricultura empresarial, o que representa um crescimento de 7,5% em relação à safra anterior" (BRASIL, 2012, p. 07).

Embora, quando se fale do agronegócio apareçam cifras grandiosas, tanto no aspecto do financiamento como da produção, é interessante levar em consideração que: "o Valor Total da Produção (VTP) dos estabelecimentos de beneficiários da reforma agrária alcançou aproximadamente R$ 9,4 bilhões em 2006" (FRANÇA, GROSSI e MARQUES 2012, p. 71). Parece pouco, mas se levarmos em consideração que o financiamento da agricultura camponesa no ano de 2006 foi de R$ 10 bilhões, torna-se um número significativo. Tendo em vista que o número de estabelecimentos da agricultura camponesa, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) 2006 é de 4.367.902 estabelecimentos e os de beneficiários de reforma agrária é 597.926 estabelecimentos, ou seja, os beneficiários da reforma agrária representam 13,68% de todos agricultores camponeses e conseguiram um VTP quase igual ao do total financiado.

Sobre o VTP, França, Grossi e Marques (2009, p. 37-38) destacam que:

> O valor bruto da produção familiar segundo o critério da Lei foi de R$ 54,368 bilhões, o que é a aproximadamente 5,5% inferior ao mesmo indicador obtido pela delimitação do estudo FAO/INCRA para 2006 (R$ 57,572 bilhões). O valor médio da produção por estabelecimento não familiar foi de R$ 126.063, o que é 9 vezes superior ao valor de cada unidade familiar (R$ 13.988). É possível calcular o valor médio da produção por área total e por área aproveitável. Neste caso, foram obtidos R$ 436 por ha total em nível

> nacional. Este valor foi de R$ 677/ha nos estabelecimentos familiares e de R$ 358/ha nas unidades não familiares. Ou seja, o valor médio da produção familiar por unidade de área total é 1,9 vezes maior que o não familiar. No caso de considerar a área aproveitável, o valor do conjunto dos estabelecimentos sobe para R$ 535/ha, o das unidades familiares para R$ 792/ha e o das não familiares para R$ 447/ha. Nesta situação, o valor médio da produção familiar por unidade de área aproveitável é 1,8 vezes maior que o não familiar. (2009, p. 37-38)

O governo brasileiro tem encontrado na agricultura capitalista ou agronegócio um terreno fértil e apropriado para realizar a propaganda sobre o crescimento econômico capaz de suportar e ajudar o Brasil a superar a crise econômica mundial gerando avanços na balança comercial, e por isso, justificam a atenção e os recursos destinados a este setor. Mesmo que os dados anteriormente mencionados demonstrem o contrário, ou seja, a agricultura camponesa se mostra mais eficiente que o agronegócio.

Com base no valor bruto da produção, destacam-se na, próxima tabela, alguns dos principais produtos e seu respectivo Valor Bruto da Produção (VBT):

Tabela 7 – Valor Bruto da Produção – Brasil entre 2003 a 2011

R$ MILHÕES

Produtos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agrícolas	114.585,4	113.924,1	101.518,1	99.259,9	138.719,9	183.831,4	171.722,1	158.330,5	202.406,4
Algodão em caroço	2.816,5	4.374,3	3.531,0	1.600,6	4.485,6	5.139,7	3.740,7	3.029,3	5.226,0
Amendoim	234,7	267,8	304,1	252,0	292,4	583,1	650,9	265,3	315,7
Arroz	6.971,1	8.492,2	6.807,8	5.258,2	6.545,6	9.516,0	11.475,3	7.131,4	7.615,8
Banana	4.100,8	4.216,2	4.548,5	4.568,6	5.751,1	7.067,2	7.197,2	6.439,3	7.484,4
Batata inglesa	2.102,7	1.665,8	2.093,1	2.039,4	2.088,1	3.018,6	3.347,8	3.687,3	3.749,1
Cacau (em amêndoas)	1.078,9	763,4	892,6	655,4	937,3	1.227,0	1.459,1	1.258,9	1.196,2
Café Beneficiado	5.766,1	8.824,9	9.714,8	10.301,0	10.579,0	14.467,0	12.595,7	14.225,4	21.589,5
Cana-de-açúcar	13.484,8	12.308,9	13.713,2	17.988,6	25.721,6	25.029,3	27.992,3	29.810,0	38.621,8
Cebola	777,9	899,5	680,7	610,5	679,8	1.484,1	1.311,9	1.917,0	832,2
Feijão	4.996,1	3.648,7	4.104,9	4.266,3	4.144,1	10.127,7	8.251,9	5.597,7	6.362,3
Fumo	2.740,3	4.071,9	4.086,5	4.260,2	5.395,6	5.956,1	5.843,6	4.276,8	4.687,5
Laranja	4.138,2	2.999,9	3.207,5	4.240,9	6.597,2	5.283,4	5.217,1	6.347,0	7.365,2
Mamona	63,9	125,5	147,3	58,6	59,8	120,1	139,1	87,8	127,4
Mandioca	3.614,1	4.737,2	4.578,1	4.420,3	5.159,2	6.094,5	7.095,9	5.396,7	5.893,0
Milho	17.287,9	13.442,0	10.499,7	10.732,0	19.188,3	28.010,4	20.348,5	16.371,0	24.824,0
Sisal	129,4	163,1	197,8	260,7	300,8	246,2	226,7	186,8	230,0
Soja	36.889,6	34.725,1	26.106,2	22.418,2	32.720,6	51.581,6	42.710,2	42.771,2	53.296,4
Tomate	3.072,1	3.281,9	3.188,5	2.863,2	4.733,2	5.069,3	4.691,3	4.682,4	6.430,2
Trigo	3.065,7	2.601,3	2.101,6	1.624,9	1.867,3	2.516,3	3.181,6	2.049,4	2.482,3
Uva	1.254,6	2.314,5	1.014,2	840,3	1.473,3	1.293,8	4.245,3	2.772,8	4.077,4
PECUÁRIOS	67.578,1	68.087,5	72.448,4	68.411,2	84.748,0	106.979,9	100.185,4	97.899,7	131.555,7
Carne bovina	30.873,9	30.33,9	31.227,9	29.580,8	32.813,3	54.171,9	56.108,6	43.170,5	56.600,3
Frango	15.979,7	16.040,4	17.612,4	16.906,2	23.832,4	17.257,3	15.315,3	20.903,2	33.746,5
Leite	11.845,3	11.864,8	13.250,0	12.201,5	16.168,8	21.533,9	17.709,1	21.915,6	25.387,5
Ovos	3.295,1	3.316,8	3.466,9	3.506,9	4.282,7	4.533,9	3.555,1	3.549,3	6.439,9
Suínos	5.584,1	6.531,6	6.891,2	6.215,8	7.650,8	9.462,9	7.497,3	8.361,1	9.381,5
TOTAL	182.163,5	182.011,6	173.966,5	167.671,1	223.467,9	290.811,3	271.907,5	256.230,2	333.962,1

Fonte/Elaboração:DEAGRI/SPA/MAPA
Organização: Anacleto 2013

Segundo Stedile e Oliveira (2005, p. 31), “no início do governo Lula houve um esforço para subsidiar a agricultura de base familiar através do Pronaf passando de 2 bilhões para 5 bilhões”, e acrescentam:

> O próprio Banco do Brasil fez propaganda nos jornais e revistas, mostrando que concedeu um volume de créditos de mais de 5 bilhões de reais para aquelas dez empresas transnacionais que controlam a agricultura e para algumas poucas empresas transnacionais da celulose. Ou seja, menos de 15 empresas receberam o mesmo volume de recursos que foram destinados para 4 milhões de agricultores familiares.

Vejamos a seguir, segundo informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), alguns dos principais produtos do agronegócio comercializados em 2011, sendo que as exportações correspondem a US$ 87,7 bilhões, um valor superior 24,4% ao registrado no mesmo período de 2010, (BRASIL, 2011):

> Com o resultado a soja continua como o principal produto exportado pelo país, com US$ 22,95 bilhões e elevação de 38,9% no ano, seguida do complexo sucroalcooleiro (etanol e cana-de-açúcar), com vendas de US$ 14,99 bilhões e alta de 18,9% no ano. O setor de carnes fica na terceira posição com US$ 14,35 bilhões, com crescimento de 14,8%, seguido dos produtos florestais, com vendas de US$ 8,82 bilhões e alta de 5%, e o café, com valor exportado de US$ 7,89 bilhões (55,7% de aumento em 2011 em relação a 2010).

Por fim, é importante destacar a utilização dos agrotóxicos na produção agrícola, tendo o Brasil papel de destaque. Segundo dados da Via Campesina, o Brasil consome 20% de todos os agrotóxicos produzidos no mundo. Usa mais de um bilhão de litros por safra, o que representa 20 litros de veneno por hectare. Isto indica que cada brasileiro consome 5,2 litros de veneno indiretamente e se for fazer esta relação à população do meio rural este número eleva para 31 litros. O veneno é mais utilizado na soja, cana, milho e algodão. Nos alimentos que vão diretamente para a mesa das pessoas é mais utilizado na cultura de pimentão, tomate, maçã, melão, morango, dentre outros.

Este uso indiscriminado de agrotóxicos demonstra, também, que o agronegócio não tem preocupação com a qualidade dos produtos que estão sendo produzidos. Seu principal objetivo é ter a máxima produtividade e a obtenção de lucros. Em contrapartida, este modelo influencia na produção da agricultura camponesa, ou seja, os produtos consumidos pela maioria das pessoas são produzidos com altos índices de uso de agrotóxicos, inclusive alguns que foram proibidos de serem utilizados na Europa e

nos Estados Unidos da América por serem considerados prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

Com a finalidade de obter uma maior produtividade, aumenta-se o uso de insumos químicos nas lavouras o que traz como consequência o surgimento de doenças e pragas mais resistentes aos agrotóxicos. Por parte dos agricultores, sejam representantes do agronegócio ou da agricultura camponesa, inicia um ciclo de utilização cada vez maior de combates necessários à produção. Portanto, a utilização dos agrotóxicos nas lavouras é puxada pela busca no aumento da produção e da produtividade, sendo realizada em maior número pelo agronegócio, mas que para acompanhar o ritmo de produção também é reproduzido pela agricultura camponesa.

Como parte da análise é importante verificar as políticas e linhas de financiamento adotadas para o agronegócio e para a agricultura camponesa. Sendo assim, será apresentada uma análise do financiamento da agricultura capitalista e suas linhas de créditos a serem acessadas, que terá como referência os dados do plano safra de 2010/2011.

No plano safra de 2010/201, destinou-se cerca de R$ 100 bilhões para o agronegócio. Destacava-se que o crédito rural de investimentos e de custeio e comercialização e de investimentos apresentou aumento de recursos, respectivamente de 29% e 14%, em relação à safra anterior e melhoria nas condições de acesso, especialmente em relação ao médio produtor, para o qual foi criado o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Em relação às medidas setoriais de apoio ao produtor, além dos programas Agricultura de Baixo Carbono (ABC), Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa) e Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora), os principais destaques são: o Programa de Financiamento à Estocagem de Etanol Combustível, com recursos da ordem de R$ 2,4 bilhões; a destinação de R$ 2,08 bilhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para a safra de café 2010/2011; e a proposta de projeto de lei em estudo que busca acelerar pesquisa, exploração e comercialização de minerais fertilizantes.

Para as operações de investimento foram disponibilizados R$ 18 bilhões, 29% a mais do que na safra passada podendo ser destacado os seguintes: R$ 2 bilhões para a Agricultura de Baixo Carbono (ABC); R$ 1 bilhão para o Programa de Estímulo à

Produção Agropecuária Sustentável (Produsa); R$ 1 bilhão para o Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra); R$ 2 bilhões para o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop); R$ 2 bilhões para o Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro).

O crédito para o custeio e a comercialização, na safra 2010/2011, foi de R$ 75 bilhões, dos quais R$ 60,7 bilhões são ofertados a juros controlados (com taxa fixa de 6,75% ao ano). Para o período, foi ampliado o limite destinado a operações de Empréstimo do Governo Federal (EGF) para as agroindústrias, passando de R$ 20 milhões para R$ 30 milhões.

Para garantir os preços mínimos aos produtores foi destinado um aporte orçamentário de R$ 5,2 bilhões, o que possibilita a aplicação dos instrumentos de equalização de preços e aquisição direta dos produtores, além da oferta de contratos públicos e privados de opção de venda.

Trazendo elementos para ajudar a compreender esta agricultura moderna baseada na subordinação da produção agrícola ao capitalismo e as empresas transnacionais, Mazoyer e Roudart (2010, p. 42) destacam que:

> Apesar dos milhões gastos em sua promoção, a agricultura “moderna”, que triunfou nos países desenvolvidos utilizando muito capital e pouca mão de obra, penetrou apenas em pequenos setores limitados dos países em desenvolvimento. A grande maioria dos agricultores desses países é muito pobre para adquirir maquinário pesado e grandes quantidades de insumos. Aproximadamente 80% dos agricultores da África, 40% a 60% dos da América Latina e da Ásia continuam a trabalhar unicamente com equipamentos manuais, e apenas de 15% a 30% deles dispõem de tração animal. A agricultura moderna está, portanto, muito longe de ter conquistado o mundo. As outras formas de agricultura continuam predominantes e ocupam a maioria da população ativa dos países em desenvolvimento.

Portanto, a agricultura camponesa, se olhada no contexto mundial, é a mais praticada e responsável na produção de alimentos para o conjunto da sociedade. No Brasil, a agricultura camponesa têm-se os dados divulgados pelo censo do IBGE de 2006. Com base nestas informações França, Grossi e Marques (2009, p. 26) destacam que:

> O Caderno da Agricultura Familiar destaca a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: produzia 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão (sendo 77% do feijão-preto, 84% do feijão fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54% do feijão-de-cor), 46% do milho, 38% do café (parcela constituída por 55% do tipo robusta ou conilon e 34% do arábica), 34% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), possuíam 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos, e produzem 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira.

A tabela 8 mostra esta evolução no financiamento da agricultura empresarial, sendo especificadas as fontes de recurso para os determinados créditos enquanto para a agricultura camponesa (agricultura familiar) como um todo tem o Pronaf como única fonte de financiamento, seja no aspecto de investimento ou de custeio e comercialização:

Tabela 8 – Financiamento Rural – Programação e Aplicação de Recursos, Brasil – safras 2009/10 a 2011/12

(em R$ milhões)

Fontes de Recursos ou Programas	jul./2009 a jun./2010		jul./2010 a jun./2011		jul./2011 a jun./2012	
	Programado	Aplicação	Programado	Aplicação	Programado	Aplicação
1. Custeio e Comercialização	66.200,0	65.003,4	75.550,0	72.070,6	80.238,0	72.143,7
1.1 Juros Controlados	54.200,0	49.503,4	60.700,0	55.798,9	64.138,0	57.734,8
1.2 Juros livres	12.000,0	15.500,0	14.850,0	16.271,7	16.100,0	14.408,8
2. Investimento	14.500,0	10.255,5	18.050,0	13.628,6	20.500,0	15.319,1
2.1Programas do BNDES	10.000,0	3.635,5	10.500,0	4.424,8	10.500,0	4.144,0
2.2Demais linhas/programas	4.500,0	6.620,0	7.550,0	9.203,8	10.000,0	10.175,1
2.3 Linhas Especiais a Juros Controlados	12.300,0	11.514,6	6.400,0	8.793,1	6.500,0	6.040,2
3. Agricultura empresarial (1+2)	93.000,0	86.773,5	100.000,0	94.492,3	107.238,0	93.502,9
4. Agricultura familiar (Pronaf)	15.000,0	11.493,2	16.000,0	11.510,2	16.000,0	12.902,4
5. Agricultura total	108.000,0	98.266,8	116.000,0	106.002,5	123.238,0	106.405,3

Fonte: MAPA/SPA/DEAGRI
Organização: Anacleto 2013

Estes dados ajudam a compreender o cenário do campo brasileiro nos dias atuais. Ainda conforme França, Grossi e Marques (2009 p. 24-25):

> O Caderno da Agricultura Familiar do Censo 2006 apresenta a utilização das terras dos estabelecimentos, segundo a classificação das agriculturas. Dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, 45% eram destinados a pastagens, enquanto que a área com matas, florestas ou sistemas agroflorestais ocupava 24% das áreas, e por fim, as lavouras, que ocupavam 22%. A agricultura não familiar também seguia esta ordem, mas a participação de pastagens e matas e/ou florestas era um pouco maior (49% e 28% respectivamente), enquanto que a área para lavouras era menor (17%).[...] Apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente), a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

Do outro lado, estão os camponeses que, como já visto, são os responsáveis pela maior parte da produção de alimentos para a sociedade. Este grupo teve à disposição no Plano Safra 2010/2011 R$ 16 bilhões para as linhas de custeio, investimento e comercialização do Pronaf. Deste total de R$ 16 bilhões que foram disponibilizados na safra 2010/2011, R$ 8,5 bilhões foram destinados para operações de investimento e R$ 7,5 bilhões, para operações de custeio.

Conforme informações sistematizadas a partir do MDA e do INCRA para as famílias poderem ter acesso ao Pronaf é preciso antes ter uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que é o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural – Pronaf, e, também, preencher outros requisitos que de acordo com o perfil de cada produtor irá se encaixar em um determinado tipo de financiamento. As famílias podem ser enquadradas nas seguintes modalidades:

Grupo "A": agricultores de base familiar assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal que ainda não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf; Grupo "B": agricultores de base familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; os demais grupos derivam destes primeiros alterando a renda familiar extraída do estabelecimento; Grupo "C"; Grupo "D" e Grupo "E". Grupo "A/C": agricultores de base familiares egressos do Grupo "A" ou que já contrataram a primeira operação no Grupo "A", que não contraíram financiamento de custeio nos Grupos "C", "D" ou "E" e que apresentarem a DAP para o Grupo "A/C" fornecida pelo INCRA para os beneficiários do PNRA ou

pela Unidade Técnica Estadual (UTE) ou Unidade Técnica Regional (UTR) para os beneficiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Além dos agricultores de base familiar, são também beneficiários e devem ser identificados por DAP para realizarem operações ao amparo ao Pronaf: pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, quilombolas e indígenas.

Importante ressaltar quais são essas linhas de financiamento do Pronaf que variam de acordo com o limite financiado e, consequentemente, a taxa de juros praticada, o programa dispõe de linhas específicas. Em síntese, as taxas de juros aplicadas ao Pronaf na safra 2010/2011 vão de 1% até 4,5% e estes devem ser aplicados de acordo com o grupo que cada agricultor se encaixa mediante a DAP. Cada uma destas linhas de financiamento busca atender às especificidades do público a que é dirigida. Desta forma, pode se destacar as seguintes linhas de financiamento do Pronaf:

- Custeio: destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores de base familiares enquadrados no Pronaf.
- Investimento: destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
- Pronaf Agroindústria: linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
- Pronaf Agroecologia: linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
- Pronaf Eco: linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.
- Pronaf Floresta: financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de

manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

- Pronaf Semi-Árido: linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
- Pronaf Mulher: linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
- Pronaf Jovem: financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
- Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
- Pronaf Cota-Parte: financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores de base familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
- Microcrédito Rural: destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.
- Pronaf Mais Alimentos: financiamento de propostas ou projetos de investimento para produção associados a açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinoculturade corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Sendo assim, o Pronaf que deveria ser uma linha de crédito de melhor acessibilidade aos agricultores de base familiar ao financiamento, contribui para que

haja uma diferenciação entre estes pequenos produtores e que não possibilita que todos possam acessar os recursos uma vez que a assistência técnica é falha e há uma burocracia para ter acesso ao financiamento, sem mencionar o baixo valor destinado a este tipo de financiamento.

Segundo Fernandes, Welch e Gonçalves (2012, p. 11), em uma análise comparativa de produção segundo o censo de 2006 destacam que:

> Embora o agronegócio ou agricultura capitalista tenha utilizado 76% da área agricultável, o valor bruto anual da produção foi 62% ou 89 bilhões de reais, enquanto o valor bruto anual da produção da agricultura camponesa foi de 38% ou 54 bilhões de reais, utilizando apenas 24% da área total, de acordo com os dados do Censo de 2006.

Considerando o conjunto de informações aqui destacadas é possível chegar a algumas conclusões e a outros tantos questionamentos. A agricultura camponesa produz um VBT menor do que o da agricultura capitalista, uma vez que também explora uma área menor e se tem, também, um financiamento muito inferior, se levar em consideração o financiamento da safra 2010/2011 que foi de R$ 116 bilhões, sendo R$ 100 bilhões para a agricultura capitalista e de R$ 16 bilhões para a agricultura camponesa. Mesmo a agricultura camponesa obtendo um financiamento de 13,80% do montante total consegue produzir, em valor bruto da produção 38%. Enquanto a agricultura capitalista obtém um financiamento de 86,20% do total do financiamento e corresponde a apenas 62% da produção.

Comparar o agronegócio com a agricultura camponesa será sempre uma tarefa difícil, pois do lado do agronegócio está o Estado com todos os seus mecanismos para dar incentivos, seja financeiro, político ou ideológico, enquanto do lado da agricultura camponesa há os grupos lutando para permanecer no campo que acabam recebendo influência do sistema capitalista e se fragmentam não se reconhecendo mais enquanto classe trabalhadora e explorada. Os representantes do agronegócio, ao contrário, sabem que fazem parte de um mesmo modelo de desenvolvimento e de uma única classe, embora sejam representadas por diferentes segmentos, por isso, usam o Estado para atender aos seus interesses.

O avanço do agronegócio produz um movimento de territorialização que ao mesmo tempo desterritorializa as famílias camponesas e sua produção. O campo

brasileiro vai alterando sua paisagem na medida em que o agronegócio avança e se territorializa. Para Oliveira (2001, p. 22):

> Para entendermos o campo no Brasil, seus conflitos e a luta pela terra, temos também, que compreender que a economia brasileira hoje está internacionalizada, e que isso é uma característica ímpar do capitalismo: ter nascido contendo virtualmente a sua mundialização.

Portanto, é preciso rever algumas leis para impedir o avanço do agronegócio que se baseia em um modelo produtivo degradante ao meio ambiente, assim como, prejudicial à saúde humana. As leis devem estar voltadas a atender e proteger o interesse da maioria da sociedade como, por exemplo, questões ligadas ao meio ambiente, a terras de fronteiras, a reserva indígena ou povos tradicionais, dentre outros.

CAPÍTULO IV – TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA EM GOIÁS

A formação das classes sociais goiana tem como base as grandes fazendas, seja para a pecuária extensiva ou para a agricultura, formadas com o trabalho da família camponesa. Essas mesmas famílias que abriam a mata fechada, construíam cercas, realizavam os primeiros cultivos e preparavam a terra para a agricultura, eram expulsas/dispensadas posteriormente pelos fazendeiros, que buscavam produzir o monocultivo ou utilizar a terra como fonte de empréstimo e poder político-econômico.

Em Goiás, a grande disponibilidade de terra fez com que os conflitos entre fazendeiros e camponeses fossem minimizados até o processo de modernização e integração do interior com a construção de infraestruturas, em especial de estradas a partir da década de 1950. Estas rodovias valorizavam as terras por onde passavam e os fazendeiros buscavam controlar a propriedade e uso destas, mesmo que fossem terras devolutas ou que já houvesse famílias trabalhando nas mesmas.

A partir de meados de 1950 o enfrentamento entre fazendeiros e camponeses se intensifica. Os fazendeiros buscam a apropriação da terra através da força com grupos armados para inibir as ações dos camponeses. Estes eram impedidos de ter acesso a terra ou até mesmo de oferecer resistência em suas posses devido à violência empregada pelos latifundiários. Os latifundiários contavam com o apoio do Estado para a defesa de sua “propriedade”, que eram adquiridas de forma ilegal ou duvidosa em conjunto com os cartórios locais que legalizavam propriedades inexistentes através da grilagem de terras. Conforme destaca Ferreira e Mendes (2009, p. 15):

> A política de terras em Goiás beneficiou a classe latifundiária que, em sua maioria, havia obtido suas terras ilegalmente. A venda de terras, efetivada a

> partir do maior lance, prejudicou àqueles que já cultivavam a terra - os chamados ocupantes. Nesse sentido, as práticas advindas da Lei de Terras, também, impediram o acesso legal de terras para os pequenos produtores, em geral o morador e o agregado.

A alternativa apontada para os camponeses era o êxodo rural ou a subordinação aos latifundiários. A cidade e as indústrias necessitavam de mão de obra, ao mesmo tempo em que necessitavam de produtos alimentícios em grande quantidade para abastecer os centros urbanos que cresciam desordenadamente. Assim, a família camponesa que ficasse no campo cumpriria com a função de ser produtora de gêneros alimentícios impulsionados pela Revolução Verde.

Aos que ficavam no campo e buscavam resistir às investidas dos fazendeiros e do capital no campo, a alternativa era a organização de grupos e/ou associações para o enfrentamento dos interesses distintos. A organização dos camponeses da região de Uruaçu desencadeou a formação do Território Livre de Trombas e Formoso, que conseguiu relativa vitória contra os latifundiários da região implementando um poder local autônomo gerido pelos próprios camponeses.

No momento de efervescência da luta pela terra e de sinais da realização da reforma agrária, em meados da década de 1960, houve o golpe militar que desestruturou a organização dos camponeses, organizados então principalmente nas Ligas Camponesas, e apoiou a manutenção dos latifúndios. Embora fosse elaborada uma lei de reforma agrária pelo governo militar, esta serviu mais de resposta à sociedade para legitimar a opressão aos movimentos e/ou organizações camponesas do que de um instrumento que realmente desse acesso à terra aos camponeses e reformasse a estrutura agrária brasileira. Na prática, foi uma lei criada para não ser implementada.

A luta pela “democracia” enfraqueceu as ações dos militares e, no final da década de 1970, as pessoas vão às ruas em busca das “liberdades” que eram negadas aos indivíduos durante o período da ditadura militar, entre elas o acesso à terra. A década de 1980 passa a ser um marco histórico no Brasil. A sociedade se organizava em vários movimentos e/ou organizações para a luta representativa e a luta pela terra passa a ter uma dinâmica diferenciada da que vinha acontecendo, como destaca Duarte (1999b, p. 40):

> A partir de meados dos anos 80, essa luta voltou-se mais para as ocupações de terra, com o apoio de várias entidades. A análise da situação atual no campo nos permitiu relacionar a questão agrária a outras questões, como o desemprego, a desigualdade social, a violência e a miséria. Com o desenvolvimento da agricultura capitalista, milhares de trabalhadores foram excluídos do acesso à terra e até mesmo dos direitos elementares de cidadania. Desenvolveu-se um modelo concentrador de terras e de rendas, acentuando mais a desigualdade social e aumentando a violência, tanto rural quanto urbana. O êxodo e o desemprego também são analisados como consequências desse modelo concentrador e *modernizante*. (grifo do autor)

Desta forma, a luta pela terra ganha novos contornos a partir da década de 1980, quando organizações e/ou movimentos sociais de camponeses passam a voltar suas ações para as ocupações de latifúndios como forma de denunciar a improdutividade dos mesmos e exigir a democratização ao acesso à terra, uma vez que os centros urbanos não absorveram os camponeses do êxodo rural promovido pela modernização da agricultura. A alternativa à geração de renda, à miséria e à violência encontradas nas cidades, ao desemprego e a busca pela qualidade de vida eram apontados como justificativa para o regresso ao campo dos camponeses sem-terra.

4.1. Os movimentos sociais e a luta pela terra a partir da década de 1980

A década de 1980 foi de grande agitação, tanto em nível nacional como em Goiás. A ditadura militar contribuiu para acentuar os conflitos agrários em Goiás, o que resultou em resistência por parte dos camponeses e, de organização e violência, por parte dos latifundiários. Para Duarte (2001, p. 130):

> Durante o período da ditadura militar no Brasil, quando os movimentos sociais foram sufocados, os sindicatos fechados ou corrompidos, a imprensa amordaçada e os partidos políticos domesticados, o único canal de expressão e espaço de mobilização dos trabalhadores foi a Igreja Católica. A “Igreja Progressista” em Goiás percebeu que a força do povo era uma alternativa de organização para a conquista de novos caminhos para a sociedade brasileira.

A Igreja passa a ter o papel de acompanhar e dar auxílio aos camponeses em suas diferentes lutas e enfrentamentos realizados contra as investidas do capitalismo no campo através dos fazendeiros e/ou latifundiários e/ou empresas agrícolas. Entre os

anos de 1970 e 1980 havia vários focos de conflitos agrários em Goiás como destaca Duarte (1999b, p. 39 – 40):

> Em Goiás naquele período (anos 70 e 80), os conflitos mais visíveis ocorriam no norte do estado (hoje Tocantins), principalmente no Bico do Papagaio, na Amazônia Legal. Com a política de atração do capital para aquela região, a estrutura fundiária se tornou ainda mais concentrada e os conflitos sociais se agravaram, com as expulsões de posseiros. Muitos desses posseiros foram então se organizando para resistir à expulsão e passaram a contar com a ajuda da Igreja Católica, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975. Com a ajuda da Igreja, passaram a enfrentar juridicamente os expropriadores e a organizar sindicatos combativos.

Com o processo de redemocratização e abertura política se inicia a organização das pessoas nos sindicatos e partidos políticos, agora legalmente. No campo ocorre o surgimento de movimentos sociais de luta pela terra que buscaram organizar os camponeses e os trabalhadores na cidade que desejassem o regresso ao campo para lutar pela reforma agrária. Para responder à luta pela terra é lançado o PNRA, com metas ousadas de assentamento de famílias para um período de quatro anos. A meta de assentamento no Brasil era de 1.400.000 famílias e só para Goiás era de 125.500 famílias. A tentativa do governo era ampliar as fronteiras agrícolas e dinamizar a economia. No entanto, isto fez com que os latifundiários se organizassem e aumentassem a repressão contra os camponeses. Conforme destaca Oliveira (2001, p. 192)

> Chama especial atenção o crescimento da violência nos anos 80, decorrente do aumento da pressão social feita pelos camponeses em sua luta pela terra. A chamada modernização da agricultura estava gerando seu oposto. Como contradição da modernização conservadora aumentava a luta pela terra por parte dos camponeses. A sociedade civil movia-se na direção da abertura política. Anistia, diretas já, formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e demais partidos de esquerda abriam frentes de apoio à luta travada pelos camponeses sem terra. A Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) colocou a questão da terra no centro da Campanha da Fraternidade de 1980*: Terra de Deus, terra de irmãos*. Um documento sobre a terra foi produzido para subsidiar a discussão nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Fomentava- se nas periferias pobres das cidades brasileiras a discussão sobre a situação de pobreza que a maioria da população estava vivendo. Nas CEBs e na CPT foi se formando um conjunto de lideranças comunitárias que começaram a discutir seu futuro e suas utopias. A conquista da terra foi uma delas. Assim, com o aumento da pressão social, também cresceu a violência dos latifundiários, naquele momento praticada como recurso extremo para reter a propriedade privada capitalista da terra. (grifo do autor).

É neste mesmo período que, fruto destas lutas de resistência e organização do campesinato lideradas pela igreja, surge em 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O seu primeiro Encontro Nacional foi realizado na cidade de Cascavel, no Paraná, contando com mais de 1500 delegados representando diversas organizações que lutavam pela terra em seus estados. O surgimento deste Movimento viria a ser um marco na luta pela terra no Brasil, por buscar convergir as lutas isoladas em uma ação coordenada em nível nacional.

Desde seu início, o MST tinha como pontos principais a luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social, assim como contribuir na organização dos trabalhadores no campo e na cidade, denunciando a violência dos latifundiários, buscando um limite máximo à propriedade privada da terra, debatendo a importância da reforma agrária na geração de renda e emprego, dentre outras questões.

Sua atuação esteve sempre ligada à conjuntura política, seja através dos debates realizados internamente, seja nos debates com o conjunto da sociedade, ou suas ações e/ou propostas voltadas para alterar a realidade. Para Oliveira (2001, p. 196 -197):

> O MST, com esta componente nova em sua organização, nasce como um movimento de massa, de contestação contra o não-cumprimento pelo Estado da lei da Reforma Agrária. Um dos caminhos para entendê-lo é a análise de suas palavras de ordem. Quando ocorreu a formação do MST, na década de 80, o lema era *Terra para quem nela trabalha* (1979-83). Quando começou a enfrentar resistência ao acesso à terra, um novo lema surgiu: *Terra não se ganha, terra se conquista* (1984). Ao se fortalecer e avançar, sobretudo durante o governo Sarney, percebendo que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não estava sendo implementado, os lemas passaram a ser: *Sem Reforma Agrária não há democracia* (1985) e *Reforma Agrária já* (1985-86). Com o aumento da violência, que não atingiu apenas os trabalhadores, mas lideranças, advogados, políticos, religiosos etc., o MST mudou suas palavras de ordem: *Ocupação é a única solução* (1986), *Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra* (1986-87) e, por ocasião da Constituinte, *Reforma Agrária: na lei ou na marra* (1988) e *Ocupar, Resistir, Produzir* (1989), depois que os assentamentos começaram a ser conquistados. Este processo mostra que politicamente o movimento não só se consolidava, não só se articulava em nível nacional, mas mudava também qualitativamente do ponto de vista político.
>
> Na década de 90, durante o governo Collor, o MST mudou suas estratégias políticas de luta e as palavras de ordem passaram a ser: *Reforma Agrária: essa luta é nossa* (1990-91) e *MST, agora é prá valer* (1992-93). Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso surgiu o lema: *Reforma Agrária: uma luta de todos!* (1995). A mudança nas palavras de ordem representam a mudança da estratégia política do Movimento. *Reforma Agrária: uma luta de todos!*,particularmente, tem um significado político importante. Tem a consciência de que é necessário o envolvimento do movimento articulado

> com a sociedade como um todo. Este foi um período, [...], de crescimento e aceitação do movimento no conjunto da sociedade brasileira. No ano 2000 o lema passou a ser *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*, numa clara alusão à necessidade histórica do fim das terras improdutivas e o cumprimento ao legado constitucional de que a terra tem de cumprir sua função social. (grifo do autor).

Com o cenário de redemocratização, do povo na rua, de efervescência das lutas pela terra, de organização dos trabalhadores rurais sem-terra no campo e na cidade, de organização dos camponeses e a projeção de realização da reforma agrária, a classe latifundiária buscou se organizar também. Para isto buscaram se articular para ter representantes que garantissem seus objetivos na Assembleia Constituinte, sejam criando condições para coibir o avanço da luta pela terra no campo, mesmo que para isto utilizasse a força e a violência contra as pessoas.

Desta forma, para responder às "ameaças" à propriedade privada,os latifundiários de Goiás, Triângulo Mineiro e do Pontal do Paranapanema criaram no dia três de dezembro de 1985 a UDR. Esta organização surge sob a liderança do médico goiano Ronaldo Caiado, que buscou barrar a luta pela terra com o direito jurídico à propriedade privada. Para isto utilizou o argumento da legitimidade do uso da força e de grupos armados para a defesa das suas propriedades. De um lado, os camponeses buscando o acesso a terra na expectativa de implementação do PNRA ou na resistência de sua posse. Do outro lado, grupos de jagunços e/ou pistoleiros fortemente armados para impedir o acesso da terra. Como destaca Oliveira (2001, p. 200):

> A violência no campo cresceu brutalmente, com a reação latifundiária emergindo liderada por Ronaldo Caiado. Para proceder a leilões de gado foi criada a UDR, que praticamente 'militarizou' os latifundiários visando frear a implantação do plano

Fruto destes encontros foi a gestação das ideias sobre a defesa à propriedade privada, mesmo que para isto fosse necessária a geração de violência contra os camponeses. Para Duarte (1999b, p. 44) a UDR surge com propósito específico:

> Por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988), também se criou uma grande expectativa com relação à questão agrária. Porém, as pressões exercidas pela UDR e as articulações do Centrão (bloco articulado pelos conservadores que defendia a livre iniciativa, a diminuição do Estado, a propriedade privada e os investimentos estrangeiros) foram mais eficientes que as dos movimentos populares. Incluíram na Constituição o conceito de

> "propriedade produtiva", "insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária". Assim, os proprietários de imensos latifúndios têm utilizado inúmeros artifícios para caracterizar suas propriedades como produtivas, a fim de evitar a desapropriação ou de exigir indenização em dinheiro.

Já Oliveira (2001, p. 192) destaca a criação da UDR como:

> Nascia a UDR – União Democrática Ruralista, entidade que aglutinava os latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes para defenderem seus interesses na Constituição. Ganharam, e fizeram do capítulo da Reforma Agrária um texto legal de menor expressão que o próprio Estatuto da Terra.

Desta forma, a classe dominante se organiza para impedir, mais uma vez, a democratização da terra no Brasil e os fazendeiros garantem que o Estado, através das leis criadas com a Constituição, proteja e mantenha as grandes propriedades. Em contrapartida os movimentos sociais emergentes buscam organizar os trabalhadores para o enfrentamento e a luta pela terra, onde, às vezes, conseguiam a desapropriação de um latifúndio para a realização de um assentamento com base na própria Constituição.

Mesmo com a meta ousada do PNRA de assentar 125.500 famílias em Goiás em um período de quatro anos, o que pode ser verificado, segundo dados do INCRA SR/04, é que de 17/10/1986, quando foi criado o primeiro assentamento no estado de Goiás, o P.A. Mosquito, até a data de 14/12/2012, quando foi criado o P.A. Serra Verde foram assentadas 12.362 famílias em 290 projetos de assentamentos. Já segundo as informações do INCRA – SR/28, de 03/12/1984, quando foi criado o primeiro assentamento, o P.A. Santa Cruz, até 30/12/2010, quando foi criado o P.A. Filhos da Terra foram assentadas 8.883 famílias em 108 assentamentos. Em 26 anos, foram assentadas 21.245 famílias, ou seja, menos de 17% da meta de famílias a serem assentadas em quatro anos, tendo como base a meta no I Programa Nacional de Reforma Agrária.

Os motivos para esta meta não ser alcançada ou para a não realização da reforma agrária certamente não está relacionada à falta de terra ou pessoas que queiram ser assentadas. O que pode ser verificado é o fato de que alguns dos responsáveis em realizar o PNRA estão ligados direta ou indiretamente aos que representam os interesses dos latifundiários e capitalistas em geral que, por sua vez, visam a concentração fundiária e não a reforma agrária, como destaca Oliveira (2001, p, 201):

> No governo Collor, a UDR praticamente assumiu o controle da Reforma Agrária no Brasil. O ministro Antônio Cabrera Mano assumiu o Ministério da Agricultura e promoveu o abandono completo da Reforma Agrária. A queda de Collor e a ascensão de Itamar Franco praticamente nada mudou, pois ele era vice de Collor. Até 1994, o resultado da ação do Estado referente aos assentamentos rurais foi: de 1927 a 1963 foram assentadas em projetos de colonização no Brasil, oficialmente, 53 mil famílias; de 1964 a 1984, entre colonização e assentamentos, 162 mil famílias; de 1985 a 1994, foram assentadas 140 mil famílias. Estes dados permitem afirmar que a partir das políticas do Estado brasileiro nunca se implantou uma política de acesso à terra aos camponeses.

Atualmente há em Goiás, segundo informações do INCRA – SR/04 (ressalto que não estão os números referentes à coordenação do INCRA – SR/28, que também atua no noroeste goiano), são 22 movimentos sociais, organizações, associações ou outras expressões que organizam a luta pela terra com 132 acampamentos em 70 municípios goianos reunindo 6.128 famílias em outubro de 2013, conforme tabela a seguir:

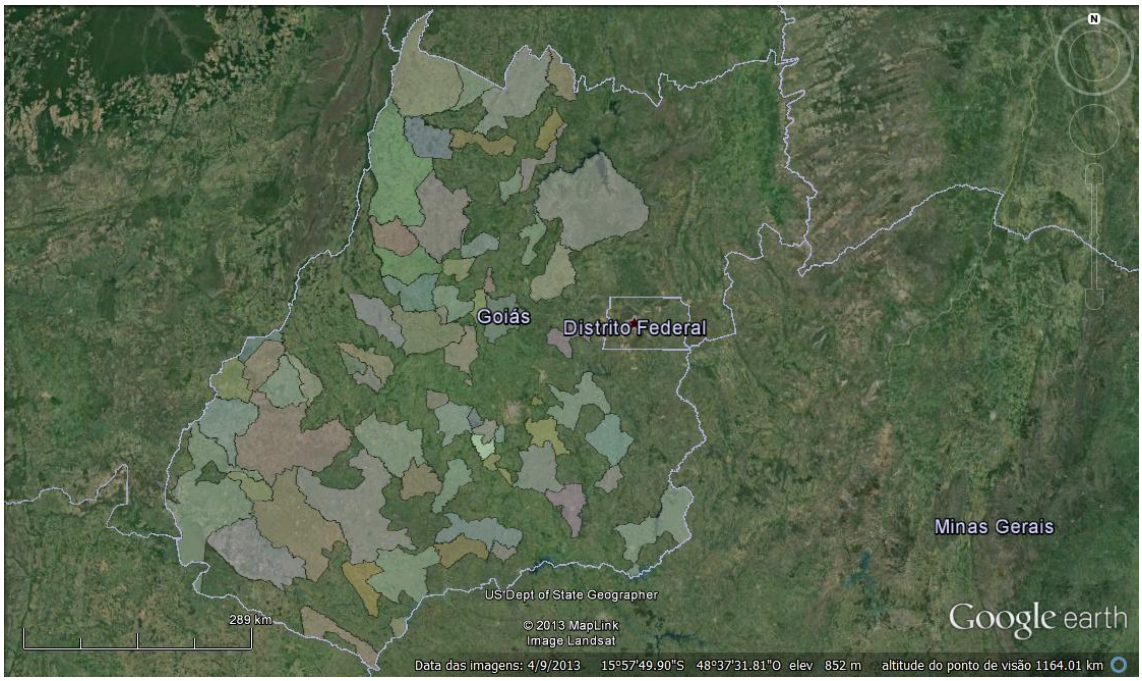
Tabela 9 – Movimentos de luta pela terra em Goiás (INCRA – SR/04) em outubro de 2013

	Organização/Movimento	**Sigla**	**Ano de Fundação**	**Nº de Acamp.**	**Nº de famílias**
01	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Goiás	FETAEG	1970	61	2227
02	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MST	1984	17	1427
03	Associação da Região Norte de Goiânia e adjacência no Estado de Goiás	SOMUTIROA	1986	1	61
04	Movimento de Libertação dos Sem Terra	MLST	1994	2	88
05	Movimento de Volta ao Trabalho no Campo	MVTC	1999	1	72
06	União Brasileira dos Trabalhadores na Agricultura e Reforma Agraria	UNIBRAS	2000	1	234
07	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar	FETRAF	2004	17	538
08	Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Rurais	MBTR	2007	2	111
09	Movimento Terra Trabalho e Liberdade	MTL	2008	1	6
10	Sindicato do Trabalhador na Agricultura Familiar	SINTRAF	2009	2	137
11	Movimento Central dos Trabalhadores Rurais	MCTRB	2010	1	115
12	Movimento dos Trabalhadores Revoltados Sem Terra	MTRST	N. I.	2	24
13	Não Informado	MBA	N.I.	1	106
14	Terra Livre	TL	N.I	3	72
15	Não Informado	FAGO	N.I	1	75
16	Não Informado	ARB	N.I	1	247

17	Não Informado	MBAF	N.I	1	14
18	Central do Trabalhadores Rurais no Brasil	CTR	N.I	2	102
19	Não Informado	ADTEG	N.I	1	50
20	Não Informado	ANTAF	N.I	1	30
21	Sindicato da Agricultura Familiar	SAF	N.I	1	52
22	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	STR	N.I	1	11
23		GRUP. IND.	N.I	10	349
	TOTAL			**132**	**6128**

Fonte: INCRA 29/10/2013
Organização: Anacleto, 2013

Como forma de visualizar esta espacialização da luta pela terra em Goiás destaca-se o mapa a seguir:



Mapa 1 – Municípios de Goiás com acampamentos em outubro de 2013

Fonte: Google Earth.
Organização: Anacleto 2013

A espacialização da luta pela terra ocorre de forma continua tendo avanços e recuos. Embora este seja o mapa dos acampamentos e conflitos pela terra, ele também se apresenta muito conjuntural. À medida que um acampamento se transforma em assentamento, passa haver uma nova configuração, ou seja, inicia-se o processo de territorialização dos indivíduos no assentamento. Com a consolidação do assentamento o enfrentamento deixa de ser pelo acesso à terra e passa a ser de resistência das famílias em permanecerem no lote produzindo e gerando renda.

A luta pela terra em Goiás organizada pelo MST se insere no cenário nacional, impulsionada pelo processo de violência e repressão exercida pelos latifundiários. Um destes marcos é através da criação da UDR. Levando em consideração que, atualmente, há uma baixa procura pelos acampamentos por parte dos trabalhadores sem-terra, os números da tabela anterior indicam que ainda há pessoas em busca da terra, ou seja, em 26 anos foram assentadas 12.362 famílias em Goiás (pelo INCRA – SR/04), mas ainda há 6.128 famílias acampadas à espera de terra para trabalhar, gerar renda e qualidade de vida.

4.2. O MST e a luta pela terra em Goiás

A organização do MST nacionalmente a partir de 1984 impulsionou a organização da luta pela terra e do surgimento do MST em Goiás, que surge oficialmente em janeiro de 1986. Porém, já havia sido realizada a ocupação da fazenda Mosquito no município de Goiás, "[...] a ocupação da fazenda Mosquito antecedeu a criação do MST em exatos sete meses" (PESSOA, 1997, p. 77), mas é o marco do surgimento do MST no estado a realização desta ocupação. Inicialmente, sua estrutura estava muito ligada à igreja católica e/ou CPT e aos sindicatos locais. Sua estruturação vai ocorrer somente a partir de 1986 quando é estruturada uma secretaria. Conforme Pessoa (1997, p. 91):

> Enquanto recrudesciam as ocupações e acampamentos em Goiás, a CPT-Centro Sul de Goiás e a Diocese de Goiás promoveram a vinda do MST para o Estado. Primeiro enviaram representantes goianos ao congresso de janeiro de 1985. Depois, em outubro do mesmo ano trouxeram representantes dos Sem Terra do Sudeste do Paraná para percorrerem as comunidades motivando a articulação do movimento em nível estadual. Iniciou-se então a formação de comissões regionais e municipais. Entre os dias 02 e 05 de janeiro de 1986, foi realizado o Primeiro Encontro Estadual dos Sem Terra de Goiás, com representantes de 22 municípios. A secretaria do movimento foi instalada inicialmente em Goiânia; depois, alegando falta de recursos para manter os custos do movimento na capital, transferiu-se para Itapuranga. Até julho de 1994, o movimento contabilizava 12 assentamentos conquistados sob sua orientação no Estado.

No entanto, mesmo com uma secretaria sendo montada a estrutura do MST em Goiás continua muito próximo da estrutura da igreja e do sindicato. O trabalho para organizar as pessoas para a luta, as reuniões e nas próprias ações a figura religiosa estava muito presente principalmente na década de 1980 e até meados da década de 1990. A necessidade de ter um apoio estrutural e político por parte do MST que estava em fase de consolidação contribuía para esta aproximação, assim como grande parte das lideranças do Movimento estar inserida na estrutura da igreja ou sindicatos anteriormente.

Inicialmente, a luta pela terra no estado de Goiás organizada pelo MST se concentrou na região central do Estado nas imediações da antiga capital, a cidade de Goiás. Este fato se evidencia ao se considerar um alto índice de criação de assentamentos na mesorregião Centro de Goiás nas décadas de 1980 e 1990, sendo que somente neste município já foram criados 24 assentamentos.

Foi justamente esta a área de atuação do MST, inicialmente por duas questões básicas. A primeira, por contar com o apoio direto da Diocese de Goiás para a realização do trabalho de base e para as lutas realizadas pelo Movimento. A segunda, questão por ter fazendas improdutivas, o que gerava conflitos pela terra por ter um grande número de sem-terra que buscava a terra para trabalhar.

É na década de 1990 que o MST inicia a sua estruturação e expansão em Goiás. São realizados trabalhos nas cidades, buscando os sem-terra levados pelo êxodo rural e continua a mobilização no campo para organizar a luta pela terra com os camponeses. “A partir de 1996, o movimento tomou um impulso maior e passou a executar um grande trabalho de mobilização dos trabalhadores sem terra, nas periferias das cidades. Com isso, multiplicaram-se as atividades de organização de novas ocupações” (DUARTE, 1999b, p. 46). Outra característica neste período é que o Movimento sofre algumas cisões, iniciando a criação de outros movimentos de luta pela terra em Goiás, o que não é diferente no aspecto nacional.

Dois acampamentos tiveram importante contribuição para a luta pela terra em Goiás e para a consolidação do MST no estado: o acampamento Santa Rosa, que buscava a desapropriação da Fazenda Santa Rosa no município de Itaberaí, e o acampamento Canudos, que buscava a desapropriação da Fazenda Palmeiras que compreendia três municípios - Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó. A importante contribuição se deu pelos fatos gerados pelas lutas e embates contra os

proprietários das terras pretendidas para se realizar o assentamento e o próprio enfrentamento ao Estado, que buscava defender e legitimar o latifúndio improdutivo frente à desapropriação por interesse social e pela força mobilizada pelo MST para este enfrentamento.

As duas lutas somadas a outras que aconteciam no estado, tanto organizada pelo MST como por outros Movimentos e organizações, contribuíram para uma nova forma de organização e luta pela terra. Iniciam o debate sobre a atualidade e necessidade da reforma agrária com a sociedade seja em escolas, universidades, sindicatos, através da imprensa em geral ou até mesmo nas comunidades locais. A luta das famílias do acampamento Santa Rosa chegou ao fim no ano de 1997 e se transformando no Assentamento Che, mesmo ano que se iniciam as lutas das famílias do acampamento Canudos. Conforme um dirigente que veio do Rio Grande do Sul para contribuir na articulação da luta pela terra em Goiás

> Na verdade quando cheguei aqui tinha uma tarefa... que era o primeiro passo. Fazer o Movimento tem que fazer com gente. Quase não existia ou se existia eram algumas pessoas na beira da estrada. Então, se fez um grande acampamento. Então, ali que deu a origem que se firmou um pouco a questão desta reorganização ou reestruturação do Movimento. O acampamento Canudos para Goiás foi um pilar que possibilitou trabalhar a nova metodologia de organicidade do Movimento. Foi aproveitado pessoas do estado que se enquadrou da metodologia organicidade e formou uma brigada regional. Então veio militantes do Centro Oeste se deslocou dois três de cada estado e ficou um tempo aqui. Então abrangeu quase todo o estado. (entrevista concedida dia 15/07/2013)

O ano de 1997 foi marcante para a luta pela terra. A marcha organizada pelo MST saindo de três frentes com aproximadamente 1.300 pessoas, São Paulo – SP com 600 pessoas, Governador Valadares – MG com 400 pessoas e Rondonópolis – MT com 300 pessoas, e com o lema de “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”. A chegada da marcha no dia 17 de abril em Brasília contava com mais de 100 mil pessoas, se transformando em um grande ato de denúncia do latifúndio e colocando em pauta a necessidade da reforma agrária. Esta marcha contribuiu para colocar o MST e a luta pela reforma agrária na pauta das discussões políticas do país e até mesmo internacionalmente, assim como ser um fator de convergência das lutas sociais.

A importância desta marcha não é somente por ser idealizada e organizada pelo MST, mas que esta ação trazia consigo o sentimento de luta das demais organizações.

“Em cada ponto da passagem da Marcha as igrejas, os sindicatos e as prefeituras receberam os participantes, garantindo-lhes alojamento e alimentação. Em cada cidade, os movimentos populares locais os acompanharam até a entrada do município seguinte” (MORISSAWA, 2001, p. 158-159).

A luta pela terra passa a ser vista como legítima e necessária e o MST como uma das cinco organizações com mais credibilidade na sociedade “Pesquisa realizada pela Vox Populi, entre 11 e 14 de maio de 1996, nas oito principais capitais brasileiras, revelou que o MST estava entre as cinco instituições de maior credibilidade no Brasil” (MORRISSAWA, 2001, p. 155). Como a pauta da reforma agrária passava a entrar nas discussões das pessoas, sejam pelos meios de comunicação, pelas conversas informais, ou pelas conversas direcionadas pelos sindicatos, igrejas, movimentos sociais e demais segmentos da sociedade, havia um clima propício para fazer a luta pela terra. Em contrapartida os latifundiários respondiam as ações organizadas pelos movimentos com violência, a fim de afugentar ou amedrontar as famílias para não participarem da luta pela terra.

O acampamento Canudos, após a sua primeira ocupação, como será mais bem detalhado no capítulo cinco, transformou-se em um dos maiores acampamentos do estado de Goiás com uma população superior a de 80 municípios goianos, eram mais de mil famílias acampadas às margens da BR 060, o que representava quase 4 mil pessoas à espera da terra prometida pelos órgãos governamentais. Este fator chamou a atenção da sociedade goiana, pois em pouco tempo já havia uma verdadeira cidade de lona com os sem-terra à espera da terra, ou seja, se havia pessoas acampadas esperando por terra é porque era necessária a realização da reforma agrária em Goiás. Para o dirigente do MST neste período:

> A história do MST em Goiás pode ser dividida em dois períodos. Um antes do acampamento Canudos e o outro depois. Antes o Movimento era bem fragilizado é... A estrutura organizativa era muito parecida com a sindical. Na verdade havia um grupo que coordenava, uma executiva do Movimento e tudo estava em torno da secretaria do né? Então, a secretaria era o Movimento. As pessoas eram dependentes da secretaria. O trabalho de base e as ocupações também eram bem fragilizadas. Depois é... Para a formação do acampamento Canudos veio militantes de outros estados e o MST nacionalmente buscava se expandir. Começava a debater uma nova estrutura organizativa de organização dos acampamentos, assentamentos e do próprio MST. Então, com o acampamento Canudos deu uma nova organização para o MST. Tanto é que os assentamentos que foram feitos antes do Canudos a gente perdeu tudo. É... acabaram não se enquadrando dentro da nova

> proposta de organicidade que o MST estava propondo. (entrevista concedida em 29/01/2014)

Outro elemento sobre a importância deste acampamento para o MST no estado de Goiás pode ser apontado pelo fato da mobilização de pessoas para realizar a luta pela terra; na capacidade de projeção de lideranças para se espacializar pelo estado realizando o trabalho de base e trazendo mais pessoas para o movimento e formando mais acampamentos; no debate gerado na sociedade em prol da reforma agrária. De um lado a classe dominante e latifundiária afirmava que não era mais preciso realizar a reforma agrária, que o campo estava definido, mas surgem mais de 40 mil pessoas em um único acampamento querendo terra para trabalhar evidenciando a concentração de terra.

A partir deste acampamento e da volta da necessidade de se realizar a reforma agrária, outros movimentos surgem para fazer a luta pela terra. Alguns movimentos nascem, inclusive, a partir de lideranças que foram excluídas do acampamento Canudos. Pessoas que não concordavam com as normas e orientações do MST, ou por infligirem alguma norma interna do acampamento, ou por simplesmente perceberem que poderiam obter um status ao organizar a luta pela terra, fundam suas organizações para lutar pelo acesso à terra. A luta pela terra organizada pelo MST em Goiás começava, assim, a se territorializar. Para uma melhor contextualização sobre a territorialização do MST, e como é possível relacionar ocupação, acampamento e assentamentos, tem-se presente a definição dada por Fernandes (1998, p. 33):

> Territorialização é o processo de conquista da terra. Cada assentamento conquistado é uma fração do território que passa a ser trabalhado pelos Sem-Terra. O assentamento é um território dos Sem-Terra. A luta pela terra leva à territorialização porque ao conquistar um assentamento, abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Se cada assentamento é um *(sic)* fração do território conquistado, e esse conjunto de conquistas, chamamos de territorialização. Assim, a cada assentamento que o MST conquista, ele se territorializa. É exatamente isto que diferencia o MST dos outros movimentos sociais. Quando a luta acaba na conquista da terra, não existe territorialização. [...] A estes chamamos de movimentos localizados, porque começam a luta pela terra e para a luta na conquista da terra. [...] Os Sem-Terra ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão o MST é um movimento socioterritorial. A territorialização acontece por meio da ocupação de terra.

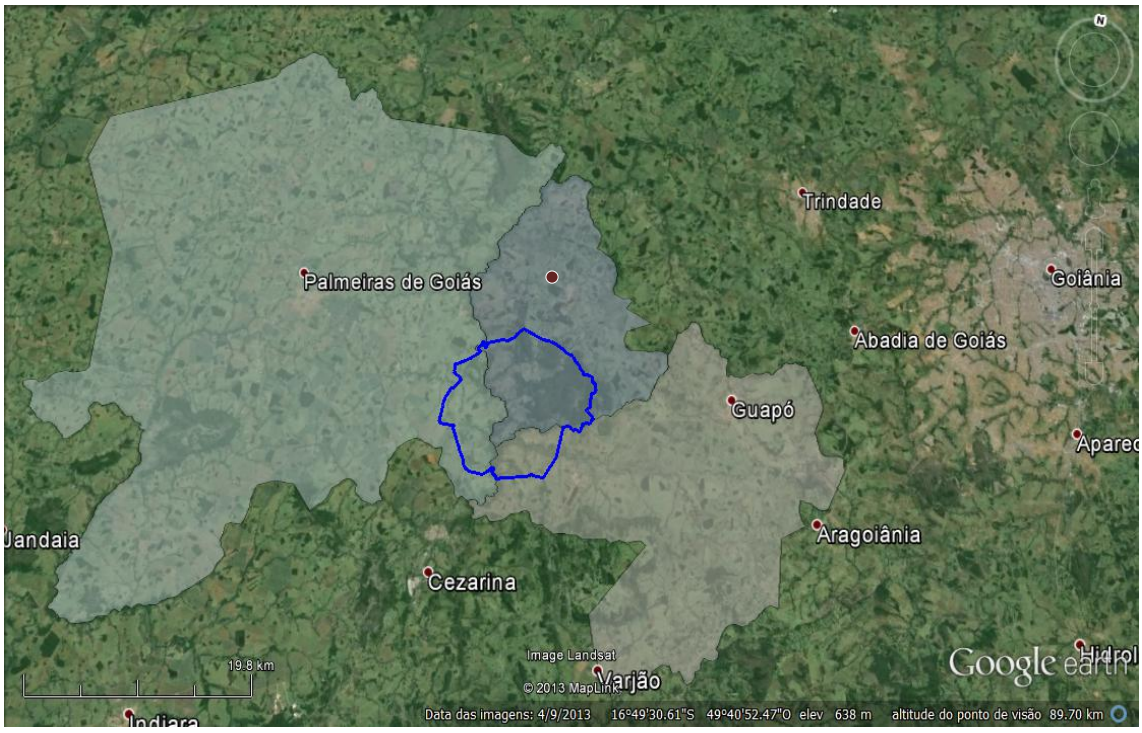
A sociedade goiana passou a acompanhar os passos dos sem-terra na luta pela desapropriação da fazenda Palmeiras. Este acompanhamento se deu pela área ser próxima à Goiânia, contar com uma boa infraestrutura à sua volta, terras férteis e ainda uma área de Reserva Permanente do Patrimônio Nacional (RPPN). Os grupos interessados se organizaram e se mobilizaram para acompanhar o processo. Os latifundiários da região deram apoio à proprietária da fazenda ajudando na organização produtiva da mesma. Esta ajuda se deu através do arrendamento da fazenda ou pagando pessoas para se infiltrarem no acampamento e divulgar falsas notícias para desestabilizar a luta e a organização do mesmo. Por parte dos sem-terra, estes buscaram apoio nas organizações do campo e da cidade, sindicatos, igrejas e organizando mais pessoas para a luta pela terra não só no acampamento Canudos, mas também abrindo outros acampamentos em outras localidades em Goiás.

Como parte das lutas e enfrentamentos realizados pelo MST de Goiás contra o capital agrário e os latifundiários de 1985 até 23 de maio de 2013 foram assentadas 2.708 famílias em 52 assentamentos. Destes, 10 assentamentos, criados antes do acampamento Canudos, deixaram de estar sob a coordenação direta ou indireta do MST. Assim, atualmente são 42 assentamentos que foram fruto da luta organizada pelo MST e que de alguma forma contam com famílias que estão vinculadas à organicidade do Movimento.

Desta forma, é com o acampamento Canudos que o MST em Goiás passa a se estruturar e se consolidar, pois anteriormente eram acampamentos e assentamentos pequenos que não conseguiam realizar o embate direto com os latifundiários. Aliado a isso tem o cenário político, já mencionado anteriormente, que proporcionava esta ascensão do MST, tanto em Goiás como nacionalmente.

CampestredeGoiás

CAPÍTULO V – O ASSENTAMENTO CANUDOS: MARCO DA LUTA PELA TERRA EM GOIÁS



Mapa 2 – Localização do Assentamento Canudos e sua abrangência nos municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó

Fonte: Google Earth.
Organização: Anacleto 2013

O Assentamento Canudos é o resultado de reuniões, mobilizações, organização, estudo e, principalmente, muita luta. Estudar a trajetória do assentamento Canudos requer uma análise baseada em quatro períodos interligados e complementares entre si.

O *primeiro período é o trabalho de base* que é a articulação das famílias para conhecer e compreender a luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, por conseguinte, montar um acampamento. Para muitas pessoas é uma

primeira aproximação com o MST, com seus objetivos, princípios e normas gerais, fazendo com que a imagem mistificada pelos meios de comunicação seja minimizada dando lugar ao conhecimento da causa da luta pela terra. No entanto, todos que participam das reuniões do trabalho de base ingressam no movimento.

O *segundo período é o acampamento,* caracterizado como o momento em que são realizadas as lutas e enfrentamentos para a conquista de uma área e a realização do assentamento. Neste contexto de lutas, organização e mobilizações, as famílias vivenciam um processo de organicidade interna que direciona para as ações coletivas e a sua inserção no conjunto de atividades do Movimento, o que possibilita o surgimento do sentido de pertença ou de identidade com o MST.

O *terceiro é o pré-assentamento,* ou seja, as famílias ainda não estão em suas parcelas/lotes definitivos, porém podem iniciar a desenvolver atividades produtivas, desde que não sejam permanentes na área onde estão sendo fixados provisoriamente. Começam a aparecer as primeiras lavouras e organização da produção que, em geral, é desenvolvida de forma cooperada. Nesta fase inicia-se o trabalho de Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDA), onde é discutida a melhor forma para a organização do assentamento.

O *quarto período é o assentamento*. A partir da homologação do assentamento, as famílias passam a contar com créditos para a realização da atividade produtiva e econômica em seu lote, para a construção de casas, assim como programas que visam atender a demanda pela infraestrutura necessária para a vida como um todo (estradas, pontes, bueiros, rede elétrica, dentre outros).

Nesta análise sobre a trajetória do assentamento Canudos também adotaremos uma perspectiva historiográfica, uma vez que é preciso estabelecer, sistematizar ou [re] construir a trajetória das famílias em luta, resistência e conquistas.

5.1. O trabalho de base, a luta pela terra e o MST

Os seres humanos estabelecem relações sociais entre si, não podendo viver sozinhos. Com a formação da sociedade houve o estabelecimento de relações sociais

coletivas ou ao menos cooperadas entre os indivíduos, impedindo que os seres humanos vivessem completamente isolados de qualquer grupo humano. Há uma necessidade de conviver com outras pessoas para estabelecer um relacionamento entre os indivíduos e buscar objetivos em comum seja material ou imaterial. Ou conforme Bogo, (2008, pag. 35-36):

> O ponto de partida da história humana é a existência de seres humanos que, produzindo seus meios de vida, produzem não só os instrumentos de trabalho, mas também sua capacidade de produtores como e enquanto seres sociais; ou seja, criam a própria identidade, por meio dos objetivos que produziam e se diferenciaram dos demais seres pela capacidade criativa tanto em quantidade quanto em qualidade.

As pessoas se organizam e se mobilizam para atenderem aos interesses individuais primeiramente e, por estarem inseridas em grupos, podem também almejar interesses coletivo, continuando com a coesão e unidade do grupo ou apenas estabelecendo relações sociais para alcançarem seus objetivos, mesmo estando individualizados.

Essas ações são realizadas quando as pessoas, a partir da necessidade imediata de transformar a realidade, percebem que individualmente as mudanças não se realizarão e, dessa forma, organizam-se em conjunto com aqueles que possuem um mesmo objetivo, uma pauta de reivindicação em comum e ações coordenadas, caracterizando um grupo. Esta organização pode ser espontânea, de caráter de agitação ou mais organizada e vinculada a um movimento social que possui uma plataforma de luta específica. Para Fabrini (2008, p. 240) “os movimentos sociais podem ser caracterizados como manifestações organizadas da sociedade civil com o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada”.

O trabalho de base tem, dentre outros, este objetivo de reunir pessoas que queiram realizar a luta pela terra, ou seja, fazer um primeiro enfrentamento às relações de dominação estabelecidas, buscando alterar a situação econômica, social e política em que vivem. Este aspecto é importante de ser destacado ao se buscar compreender a origem das famílias ligadas ao MST, pois o Movimento é composto de pessoas de diferentes lugares e com distintas identidades sociais e personalidades, e que se unem na busca de um objetivo comum: a terra. O assentado M. A., proveniente de Santa Terezinha de Goiás, fala sobre seu ingresso no MST: “a princípio quando ingressei no

MST a gente visualizava somente a conquista da terra, né? Sonhava em ter um pedaço de terra, foi o que me fez ingressar né?" (entrevista concedida em 15/02/2013).

Sobre o trabalho de base, vejamos o que escreve Misnerovicz (2011, p.100):

> O trabalho de base é o início da disputa territorial que se desdobrará até a conquista da terra, que continuará na consolidação do assentamento como território camponês. Para que o trabalho alcance os objetivos é preciso construir uma metodologia, ter um bom planejamento e buscar se respaldar em lideranças que sejam referências locais.

Fernandes (2001) também escreve sobre o trabalho de base: "os trabalhos de base podem ser o resultado da espacialização e ou da espacialidade da luta pela terra. Nascem sempre da necessidade das comunidades" (p. 54). O trabalho de base é considerado a porta de entrada do MST. Já para Peloso (2009, p.64) "o objetivo do trabalho de base é acolher e qualificar o povo nas lutas cotidianas, mas só tem sentido se fizer parte de um movimento de caráter amplo que vai às ruas para atacar a causa dos problemas que afetam o povo".

Sendo assim, o trabalho de base, nesta primeira aproximação, busca esclarecer os objetivos da luta e o compromisso do Movimento não só com a luta pela terra, mas, com a transformação social também. De maneira geral os objetivos do MST são:

> 1. Construir uma sociedade sem exploradores e explorados, onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital;
> 2. Garantir que a terra, um bem de todos, esteja a serviço de toda a sociedade;
> 3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição de terra, da renda e das riquezas;
> 4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
> 5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais e pessoais;
> 6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher, homem, jovem, idoso e criança;
> 7. Buscar a articulação coma s lutas internacionais contra o capital e pelo socialismo. (MST, 2005, p. 56).

O desafio é transformar o indivíduo, que em geral está voltado para atender os interesses imediatos e individuais, em um sujeito histórico comprometido com as ações e interesses coletivos, despertando um sentimento de pertença ao movimento que está se

inserindo, ou seja, deixa de ser sem - terra, indivíduo que não possui terra para ser Sem Terra, que para Bogo (2009, pag. 34):

> Sem Terra deixa de ser categoria social para se tornar nome próprio, identificando um grupo social que decidiu ser sujeito para mudar de condição social por meio da organização política, forjando daí a própria identidade, com ideologia e valores.

Em geral, o trabalho de base não é realizado apenas pelo militante do MST. Mas conta com apoio de parte da sociedade organizada e comprometida com a luta pela terra como, por exemplo, padres e suas paróquias, pastores, sindicatos, políticos, associação de moradores, amigos, dentre outros contribuem na articulação das famílias que almejam terra para trabalhar. Para o assentado D. L., proveniente de Goiânia, o ingresso no MST foi "para falar a verdade era um sonho da minha vida, ter um pedaço de terra para terminar meus dias. Então eu me informei e procurei, fui no INCRA e me indicaram, me falaram para procurar os movimentos sociais. Então optei pelo MST" (entrevista concedida em 21/08/2013).

Os Sem Terra são, portanto, o resultado da união de pessoas com diversas origens e identidades que não podem ser desconsideradas. São pessoas que vêm das cidades, com profissões diversas: mecânicos, comerciantes, vendedores ambulantes, autônomos, motoristas, etc. Assim como, os que são oriundos do meio rural, ligados às atividades agrícolas como, por exemplo, arrendatários, meeiros, assalariados, boias-frias ou outras atividades, como as de garimpeiro ou de capataz. Desta forma, as diferenças de experiência de vida devem ser convergidas em unidade dentro do MST. "Antes de entrar em uma organização, o ser social tem sua consciência formada pelas relações sociais outrora estabelecidas" (BOGO, 2009, p. 123). Em geral, o que estes indivíduos possuem é o objetivo comum de ter terra para poder trabalhar.

O trabalho de base é a articulação inicial para as famílias terem conhecimento sobre o que é o MST, seus princípios, normas e sua organicidade, assim como esclarecer os motivos pelos quais ainda é necessário fazer mobilização para haver Reforma Agrária no Brasil. No II Plano Nacional de Reforma Agraria, Brasil (2005, pag. 08) destaca que:

> A dimensão social da Reforma Agrária se combina com importantes implicações macroeconômicas por meio da inclusão de agricultores excluídos do circuito econômico, da geração de milhões de novas ocupações, da utilização de terras que não cumprem sua função social e da ampliação da produção de alimentos.

É nesta primeira aproximação que algumas pessoas podem ter o conhecimento dos motivos da sua situação atual na condição de excluído, seja dos meios de produção, da distribuição de renda e riquezas, da vida cultural, social, econômica, política dentre outras formas de exclusão em que se encontra a classe trabalhadora. No aspecto geral, é assegurado pelas leis que regem a sociedade brasileira, todos somos iguais e temos os mesmos direitos, no entanto, nem todos têm as mesmas oportunidades. Nesse sentido, o trabalho de base contribui para evidenciar os motivos da concentração de terra e a legalidade da luta pela reforma agrária, que está na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 184:

> Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da divida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Fruto de um processo histórico, a concentração de terras e a formação do latifúndio é a paisagem que contrasta no campo brasileiro com as pequenas propriedades pertencentes aos camponeses, agricultores familiares ou sem-terra, ou conforme Stedile (2000, pag. 168 e 169) “[...] a terra na sociedade capitalista, tem um caráter de mero espaço de exploração”. Já para o II Plano Nacional de Reforma Agrária Brasil, (2005, pag. 11):

> A elevada concentração da estrutura fundiária brasileira dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em um modelo agrícola inibidor de um desenvolvimento que combine a geração de riquezas e o crescimento econômico, com justiça social e cidadania para a população rural.

Portanto, este processo se torna fundamental para que as famílias, ao se inserirem no MST, possam conhecer melhor a luta e as contradições existentes no capitalismo e que impedem a realização da reforma agrária, assim como começar a

forjar a identidade de Sem Terra, diferenciando-os dos demais sem-terra apenas na condição de não ter terra.

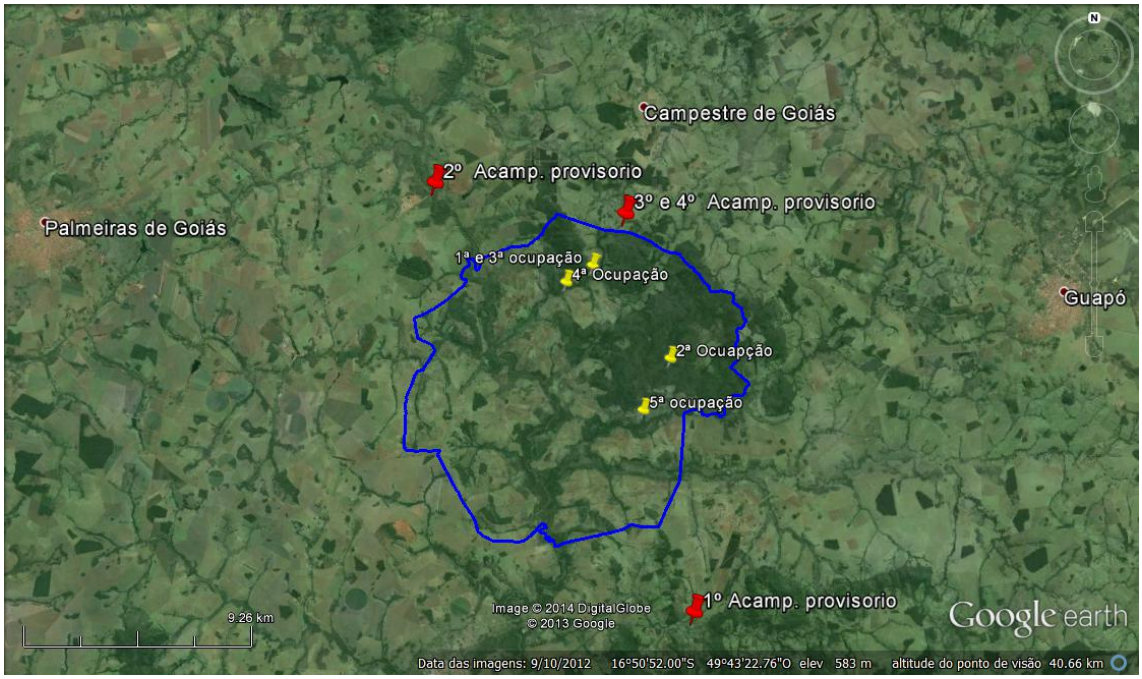
O trabalho de base foi realizado em mais de 25 municípios de Goiás por um período de mais de quatro meses, onde se reuniram os sem-terra da cidade e os do campo para lutar pela terra e fazer a ocupação que originária do acampamento Canudos. Mesmo o trabalho de base sendo realizado em vários municípios do estado, nem todos que participaram das diversas reuniões foram de imediato para o acampamento.

5.2. O acampamento e sua organicidade, lutas e resistências

Para a realização de um acampamento é necessário um trabalho de base para organizar as famílias, proporcionar esclarecimento sobre os motivos e objetivos de fazer lutas para a conquista da terra e preparar para a ação. No período em que o acampamento Canudos foi constituído fazia-se a organização das famílias para iniciar o acampamento mediante uma ocupação de um latifúndio. Este latifúndio era a Fazenda Palmeiras, uma propriedade de família que teve representantes na presidência da UDR. Para a conquista da terra foram necessárias cinco ocupações, como destaca a imagem 3. Fruto das ocupações e do enfrentamento estabelecido com o latifundiário capitalista havia as desocupações da fazenda para os trabalhos técnicos do INCRA para a efetivação do processo de desapropriação e consolidação do assentamento. Nestas saídas da fazenda a espera do andamento das vistorias as famílias montavam acampamento que estamos considerando como acampamentos provisórios.

A primeira ocupação ocorreu na virada do dia 05 para o dia 06 de outubro de 1997, com apenas 124 famílias, mas tendo representatividade da maioria dos locais que foi realizado o trabalho de base. Embora a expectativa inicial fosse da ocupação acontecer com mais famílias, alguns ficaram com receio, considerando a ação perigosa, ou não conseguiram recursos para o deslocamento até a área a ser ocupada. Faz-se importante destacar que os recursos utilizados para a ocupação vêm das próprias famílias que realizam a ação. “Participar de uma ocupação não é uma decisão tão simples. Afinal, mais do que experiência, significa transformar a própria vida. Por essa

razão, muitas vezes, para algumas famílias, existe a indecisão e o medo" (FERNANDES, 2001, p. 56).



Mapa 3 – Fazenda Palmeiras, as cinco ocupações do acampamento Canudos e os acampamentos provisórios

Fonte: Google Earth
Organização: Anacleto 2013

O nome do acampamento foi escolhido pelas famílias após a ocupação da fazenda e definido como Canudos devido à ação ter sido realizada próxima à data em que se completava 100 anos do massacre do Arraial de Belo Monte, ou Canudos, como ficou sendo mais conhecido. Foi uma homenagem à luta popular e à resistência das pessoas que estavam fugindo da seca e implantando uma forma diferenciada dos indivíduos relacionarem entre si e com o uso da terra.

As famílias permaneceram no local por nove dias sob forte pressão, tanto por parte do fazendeiro como da polícia e de políticos da região. Os aliados latifundiaristas que formaram um grupo de solidariedade ao proprietário da fazenda ocupada. Do lado das famílias estava uma freira dominicana e a coordenação estadual do MST, que buscava levar pessoas representantes de entidades e sociedade civil organizada em geral para dar apoio à luta e prestar solidariedade às famílias. O local da ocupação foi denominado pelas famílias de "morro dos macacos" e foi marcado pela presença

constante da Policia Militar e visitas de religiosos e políticos que tentavam encontrar uma solução pacífica para o conflito estabelecido na área.

Com a ocupação da fazenda, os Sem Terra iniciam a sua longa caminhada para ter acesso à terra e, com isso, o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento do capitalismo para o campo.

As lutas, embora sejam contra a concentração da terra, também cumprem com o papel de questionar e denunciar as ações do Estado para buscar o bem estar comum da sociedade, tendo em vista que o Estado, estando sob o controle da classe dominante, usa sua estrutura para proteger e atender aos interesses desta classe em detrimento da classe trabalhadora e explorada.

Desta forma, ao se ocupar um latifúndio os Sem Terra enfrentam não somente o proprietário da fazenda ocupada como também parte da Estrutura do Estado. Este enfrentamento proporciona que as famílias camponesas se evidenciem frente ao latifúndio improdutivo e atrasado e projete a luta pela terra. "A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do novo campesinato, para sua recriação e criação". (FERNANDES, 2001, p. 52).

A herança histórica da formação e conformação do campo brasileiro está centrada na apropriação e concentração de terra, pois esta é sinônimo de poder político e econômico para seus proprietários, sendo que alguns se dedicam à produção voltada para o mercado externo e outros apenas para ter a posse, ou a propriedade da terra, ou conforme Oliveira (2004, pag. 04):

> No Brasil, o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários. Os integrantes do mundo do agronegócio que continuam a pedir o fim dos subsídios agrícola nos países desenvolvidos, para que a produção mundializada da agricultura brasileira chegue ao mercado mundial. Insistem também, nas recusa em aceitar a reforma agrária como caminho, igualmente moderno, para dar acesso à terra aos camponeses que querem produzir e viver no campo.

O acampamento, neste contexto, passa a ser um instrumento no qual as pessoas se organizam e lutam por uma mudança na estrutura fundiária, e que proporciona uma mudança social e econômica para as que resistem até o assentamento. Neste período

havia um acompanhamento muito intenso por parte dos meios de comunicação à luta pela terra e, com isso, tudo que era realizado no acampamento ganhava destaque.

Durante os nove dias de ocupação houve muitas negociações. De um lado os representantes do MST, alegando que a área era terra improdutiva e levantando a suspeita de que boa parte da área da fazenda era de terras devolutas. Do outro lado o proprietário, alegando que a mesma era produtiva e que pertencia à família há mais de 90 anos. No momento da ocupação da fazenda Palmeiras esta era considerada improdutiva, pois não cumpria com sua função social que, segundo estabelecido pela Constituição Federal de 1988 no artigo 186:

> A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
>
> I – aproveitamento racional e adequado;
>
> II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
>
> III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
>
> IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Após a ocupação, em uma aliança com capitalistas da região, a fazenda foi arrendada para a produção de soja, algodão e gado de corte. Importante ressaltar que a família proprietária da área não produziu diretamente na fazenda, mas arrendou para outros produzirem, principalmente, commodities.

Resultado deste impasse foi a realização de um acordo para fazer a vistoria em um prazo de três meses, caso as famílias desocupassem a área. As famílias, então, decidem sair da fazenda e foram deslocadas para as margens da BR 060, no Km 211, próximo ao trevo que dá acesso ao município de Varjão, local onde seria fixado o acampamento provisoriamente pelo período de três meses.

Com a fixação do acampamento em uma área de fácil acesso e com ampla divulgação da ação por parte dos meios de comunicação, houve uma procura de famílias sem-terra para acampar. Por parte do MST o objetivo era massificar o acampamento, trazer as pessoas que participaram do trabalho de base e não puderam participar na ocupação, mas para conquistar a terra era necessário pessoas organizadas.

Foi realizado o cadastramento das pessoas que ingressavam no acampamento, com isso, houve aumento no número de pessoas, chegando a 1.123 famílias ou mais de 4 mil pessoas entre adultos e crianças o que superava a população de 80 municípios goiano no período.

A vistoria foi realizada ainda no ano de 1997 e, segundo o relatório técnico, desenvolvido pelo INCRA[5] para a avaliação da fazenda, aponta-se no quadro 1 o uso da terra, no quadro 2 o efetivo de criação animal e no quadro 3 as atividades agrícolas desenvolvidas.

Quadro 1 – Uso da terra na fazenda Palmeiras no ano 1996/1997

Distribuição das áreas do imóvel	**Área (hectare)**
Culturas temporárias	2.064,12
Culturas permanentes	19,25
Horticultura	28,34
Pastagens naturais	215,07
Pastagens plantadas	4.086,39
Reserva legal	744,00
Preservação permanente	2.194,67
Inaproveitável	95,01
Aproveitável mas não utiliza	3.325,09
Área total	12.771,94

Fonte: INCRA
Organização: Anacleto, 2013.

Quadro 2 – Resumo do efetivo pecuário na fazenda Palmeiras nos anos 1996/1997

Categoria	Número de cabeças
Bovino até dois anos	1.858
Bovino acima de dois anos	1.025
Equinos, asininos e muares	088
Total	2.971

Fonte: INCRA
Organização: Anacleto, 2013.

Quadro 3 – Produção na fazenda Palmeiras no ano agrícola 1996/1997

Produto	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quant. colhida (kg.)
Arroz	380,32	380,32	303.000
Milho	828,11	828,11	3.001.033
Soja	847,84	847,84	1.676.932
Mandioca	017,25	017,25	207.000
Quiabo	24,50	24,50	318.500
Abóbora	007,85	007,85	62.800

[5] Avaliação realizada para comprovação da improdutividade da fazenda Palmeiras nos autos de desapropriação: TÉCNICO PRELIMINAR Nº 115/97

Vagem	003,84	003,84	46.080
Banana	002,00	002,00	1.400

Fonte: INCRA
Organização: Anacleto, 2013.

Com este levantamento foi possível verificar que a fazenda não alcançou os índices de produtividade da área e, por isso, sendo considerada improdutiva o que a tornava passível para a desapropriação e, com isso, a sua destinação para a Reforma Agraria.

Importante destacar que uma propriedade deve cumprir com sua função social, como estabelecido na Constituição Federal de 1988 e já destacado anteriormente. No entanto, mesmo esta vistoria sendo realizada em finais do ano de 1997, muitas lutas ainda haveria de ser realizadas pelas famílias para a efetivação do assentamento e o número de pessoas que chegavam para acampar e lutar pela terra aumentava.

Com o aumento significativo no número de pessoas no acampamento foram realizadas muitas reuniões, muitos debates e estudos, sobretudo com aqueles que não passaram por um trabalho de base inicialmente a fim de esclarecer e conscientizar sobre a organicidade do MST.

Sendo assim, o trabalho de base continuou em duas frentes neste período. Uma para trazer mais pessoas para acampar, pois a força do Movimento está na quantidade de pessoas organizadas e a outra frente de formação e estudos com as famílias que ingressavam na luta, uma vez que é necessário ter qualidade nas ações a serem desenvolvidas.

Com isso, era possível esclarecer os objetivos da luta e ir trabalhando na formação política das famílias, ou seja, contribuindo no processo de conscientização das mesmas. Muitas lutas foram realizadas como, por exemplo, fechamento da BR 060, marcha para Goiânia, como destaca a imagem 4, ocupação do INCRA e outros prédios públicos, ou seja, a luta e enfrentamento não se limitaram apenas à ocupação de terra para que houvesse a desapropriação da fazenda Palmeiras.

Figura 1 – Marcha estadual do MST

Arquivo MST/GO

As lutas, ações e organização do MST são pensadas a partir das famílias que se inserem na luta. Quem é responsável pelas tarefas de organização, condução, coordenação e direção do acampamento são as próprias famílias acampadas. Para Caldart (2004, pag. 137):

> Os sem-terra que cortam cercas, ocupam terras, enfrentam conflitos com o Estado e os latifundiários são também aqueles que se tornam *dirigentes de empresas*, que negociam em Bancos, que fazem parcerias, que contratam técnicos e discutem as diretrizes de sua assessoria, que organizam sua produção em agroindústrias, e que chegam até a regular mercados regionais através da produção agrícola que comandam. (grifo da autora)

De forma geral, as famílias são organizadas em núcleos e destes são indicados quem fará parte da coordenação, da direção, das equipes de trabalho e setores do Movimento. São nestes espaços que as famílias se reúnem e discutem sobre o conjunto do MST como um todo e não apenas assuntos relacionados ao cotidiano do acampamento. Segundo MST (2005, p. 88):

> O significado e o conteúdo da organicidade abrange: ampliar a participação, elevar o nível de consciência das famílias, formar militantes – quadros, ter o controle político do espaço geográfico, implantar os círculos orgânicos, manter-se permanentemente vigilante, afastar os inimigos, acumular forças.

Realizar periodicamente estudo da conjuntura é fundamental para que as famílias possam debater e traçar as linhas de ação, as lutas e as mobilizações para contribuir com a conquista do assentamento. O acampamento é um organismo vivo, com uma dinâmica própria como destaca Fernandes (2001, p. 78):

> No acampamento, os sem-terra fazem periodicamente análises da conjuntura da luta. Essa leitura política é facilitada para os movimentos socioterritoriais porque estão em contato permanente com suas secretarias, de modo que podem fazer as análises a partir de referencias políticos amplos, como, por exemplo, as negociações que estão acontecendo nas capitais dos estados e em Brasília. Assim, associam formas de luta local com as lutas nas capitais. Ocupam a terra diversas vezes como forma de pressão para abrir a negociação e fazem marchas até as cidades, ocupam prédios públicos, fazem manifestações de protestos, reuniões etc.

Desta forma, a organicidade se refere à forma como as famílias se organizam para as reuniões, trabalhos, celebrações, confraternizações, dentre outras atividades no acampamento e no MST como um todo, uma vez que as discussões, decisões e encaminhamentos sobre o cotidiano da vida no acampamento, e no Movimento, são realizados por todas as famílias. Conforme Fernandes (2001, p. 82):

> A organicidade é uma característica dos movimentos socioterritoriais. É representada na manifestação do poder político e de pressão que os sem-terra possuem no desenvolvimento da luta, tanto para conquistar a terra, quanto para as lutas que se desdobram nesse processo.

Neste período de acampamento Canudos, as reuniões dos núcleos, da coordenação e das equipes ocorriam todos os dias. Essa prática possibilitava que as famílias discutissem muito sobre o quê fazer e como fazer, mas também abria espaço para que muitos problemas que eram simples de serem resolvidos acabassem se transformando em assuntos permanentes da pauta de tais reuniões. Desse modo, muitas pessoas querendo atender aos seus interesses pessoais, usando da inexperiência de outros, formavam grupos para se fortalecerem e combaterem aquilo que a coordenação ou direção apontava como encaminhamentos a serem executados. A apropriação do conhecimento era utilizada para atender aos interesses individuais e não coletivos.

O acampamento Canudos teve um papel importante para o avanço do MST em Goiás. Com ele a luta pela terra no estado de Goiás, especialmente aquela organizada pelo MST, tomou grande impulso. O acampamento tem uma função muito importante na luta pela terra e conquista da Reforma Agrária, como destaca Caldart (2004, p. 177):

> O acampamento é uma forma de luta largamente utilizada pelo MST com o triplo objetivo de educar e manter mobilizada a base sem-terra, de sensibilizar a opinião pública para a causa da luta pela terra, e de fazer pressão sobre as autoridades responsáveis pela realização da Reforma Agrária.

No entanto, na luta pela terra não é possível estabelecer prazos precisos desde o início até a efetivação do assentamento. Principalmente quando está realizando um enfrentamento de classe onde a luta é pela democratização da terra, ou seja, procura a distribuição da terra e não a concentração da mesma.

O enfrentamento é contra os que de alguma forma são os detentores do poder econômico e político, assim como detentores do controle ao acesso a terra, em outras palavras, é a luta dos excluídos da própria lógica de acumulação capitalista contra os capitalistas. “Os pobres do campo são pobres por que não têm acesso à terra suficiente e políticas adequadas para gerar uma produção apta a satisfazer as necessidades próprias e de suas famílias” (BRASIL, 2005, pag. 12).

Passado esse período inicial da formação do acampamento e conhecimento dos direitos e legitimidade da luta pela terra, muitos acampados desistiram. Como vieram sem passar por um trabalho de base, acreditavam que a terra sairia no período de três meses, como amplamente divulgado pelos meios de comunicação e pelos representantes do INCRA. Para a assentada E. R., proveniente do município de Americano do Brasil - GO, no acampamento Canudos “as principais características são: muita luta, batalha, perseverança, adaptação ao meio, planejamento, vivencia em desconforto seguido de muito sofrimento, em fim desta passagem não tenho saudade.” (entrevista concedida em 14/02/2013).

As famílias não têm saudades do sofrimento vivido para a conquista da terra, as dificuldades, carências e falta de amparo para parte dos governantes para cumprir com aquilo que está estabelecido na Constituição Federal ou sua promessas durante as lutas, ou seja, a agilidade na realização do assentamento.

O período que se passa no acampamento não é uma vida fácil, excesso de umidade no período chuvoso e muito calor no período de seca, principalmente se levarmos em consideração que o clima goiano é bem definido como inverno seco e verão chuvoso. Entretanto, das lutas e da convivência em comunidade muitos dizem ter saudades e que eram momentos bons, como relatam o assentado B. U. e a assentada A. U., provenientes do município de Goiás: o acampamento pode ser caracterizado como "de peleja né? Não é sofrimento não é um trem ruim e nem muito bom. Tem dificuldade financeira, não é ruim e nem bom. O lado bom é a muvuca o povão [...]". (entrevista concedida em 21/08/2013). Já o assentado V. J., proveniente do município de Itaberaí, o acampamento é caracterizado como um momento de aprendizagem.

> Acho que é mais aprendizagem. A gente aprende muitas coisas, muito, muito mesmo. Por que tem gente que fala que é sofrimento. Eu não vejo como sofrimento. Eu vejo como aprendizagem mesmo. É, eu via falar de coisas que eu não acreditava que existia, e quando acampado eu vi, entendeu? Que gente unida, entendeu que muita gente unida, entendeu? Reunida, aliás unida é bom. O ruim é pouca gente e desunida (entrevista concedida em 15/07/2013).

Com o passar do tempo, sem a efetivação do assentamento, grupos foram se fortalecendo dentro do acampamento. Após seis meses do início do acampamento, esses grupos promoveram um "racha" entre as famílias. Esta denominação foi dada pelas próprias famílias devido ao conflito interno ocorrido que resultou na saída de grande parte das famílias ali residentes. Das 1.123 famílias acampadas, aproximadamente 160 continuaram com o MST. As demais famílias se voltaram contra a direção e a coordenação do acampamento e do Movimento, pois discordavam da forma como estavam sendo conduzidas as reuniões e das normas que eram consideradas muito rígidas.

Depois de muitas reuniões e intervenções por parte de padres, bispos, políticos, representantes do INCRA, do governo estadual e federal, os dissidentes decidiram montar outro acampamento, distante quatro quilômetros, onde definiram suas estratégias para serem assentados, o mais rápido possível. Uma vez que os principais argumentos eram que a direção que não viabilizava a efetivação do assentamento.

Esse novo acampamento, criado pelo "racha", contou com o apoio de muitos políticos, afinal, no ano de 1998 haveria eleições para escolha dos representantes estadual e nacional. Posteriormente, soube-se que os articuladores dessa ação foram

pessoas infiltradas no acampamento que havia recebido dinheiro por parte da família proprietária da fazenda Palmeiras para acabar com a organização do Movimento. No entanto, mesmo com poucas pessoas que ficaram no acampamento Canudos, as famílias resistiram a essa ação de desestabilizar a luta pela terra na região e buscaram novas pessoas para se inserirem no acampamento, realizando um novo trabalho de base nas cidades da região.

Como solução para o impasse e situação de conflito gerado entre os sem-terra o INCRA ofereceu uma área no município de Mundo Novo, a 420 Km de Goiânia. A fazenda Santa Marta, que posteriormente deu nome ao assentamento criado pelos "dissidentes" do acampamento Canudos, foi desapropriada no dia 17 de dezembro de 1997. Mesmo com esta possibilidade de serem assentadas algumas famílias preferiram retornar as suas cidades de origem, pois consideraram a área longe e imprópria para atividades agrícolas. Na verdade, segundo próprio relatório do INCRA, a fazenda se encontrava em avançado processo de degradação ambiental, mas ofereceram um acompanhamento técnico para viabilizar as atividades produtivas na área. O assentamento Santa Marta foi criado no dia 09 de novembro de 1998 para atender 460 famílias.

Muitas pessoas que fizeram parte desta articulação para desestruturar a organicidade do acampamento Canudos e do MST eram pessoas que participaram de formações dentro do Movimento. Alguns estavam inseridos em instâncias organizativas e, com isso, usaram do conhecimento adquirido e da força em grupo para promoverem as ações que desencadearam no rompimento de um grande número de famílias com o Movimento.

Para a recomposição do acampamento foram realizados novos trabalhos de base na região metropolitana de Goiânia, assim como por parte das próprias famílias que ficaram no acampamento convidando familiares e conhecidos de suas localidades de origem. Recomposta a organização do acampamento, foram planejadas ações para a ocupação. Esses novos integrantes que se inseriram passaram pelo mesmo processo de formação (estudos sobre a questão agrária e fundiária no Brasil, a luta pela terra, a organicidade e o funcionamento do MST), feita pelo MST com o primeiro grupo de acampados.

É possível compreender que a classe dominante se organiza para defender seus interesses e usa todos os recursos para alcançar seus objetivos. Neste caso, além da

pressão exercida pelo Estado para dificultar o acesso à terra, a cooptação de lideranças para o enfraquecimento da organização também é muito utilizado.

Com a organização do acampamento reestruturada, na virada do dia 26 para 27 de maio de 1998, ocorreu a segunda ocupação, com a participação de 327 famílias que se instalaram em um local que as famílias denominaram de “morro do carrapato”. Isso porque havia muitos animais silvestres e, por conseguinte, muitos carrapatos no local. Essa ocupação durou dois meses e, segundo as próprias famílias, foi a mais difícil de todas. As dificuldades eram atribuídas à falta de água que as famílias tiveram que passar, falta de alimentos, de remédios e pressão constante de um possível despejo, com um cerco montado pela polícia, que não permitia a entrada de ninguém na área ocupada.

Novamente foram realizadas muitas negociações com representantes do INCRA, Ministério Público e Governo Estadual, com novas promessas de agilização da desapropriação da fazenda. As famílias foram deslocadas para uma área às margens do rio dos Bois, na GO 050, próximo ao Km 34, para esperarem que se concretizasse a desapropriação da fazenda.

O período de espera seria de três meses (novamente três meses) até a agilização dos trabalhos de campo pela equipe do INCRA e fossem feitas as vistorias necessárias. A saída foi no mês de junho e o deslocamento foi organizado pelo governo do estado de Goiás. Importante ressaltar que a ajuda do governo estadual com a disponibilização de caminhões, cestas básicas, lonas e remédios foi uma conquista a partir das negociações realizadas.

Passado o período estipulado, sem haver nenhum resultado concreto, foi feita uma nova ocupação – a terceira – da fazenda Palmeiras, no dia 24 de novembro de 1998. Dessa vez, as famílias do MST acamparam no mesmo lugar em que foi realizada a primeira ocupação. Durante certo período, nessa nova ocupação, as famílias foram deixadas de lado, tanto pela polícia, como pela imprensa e pelos representantes do governo. Foi nessa ocasião que muitas pessoas puderam conhecer melhor a área a fim de planejar uma melhor ocupação do espaço da fazenda onde almejavam ser assentados, pois não havia um clima tenso, mas sim uma liberdade em entrar e sair da área sem maiores problemas, diferente das vezes anteriores.

A permanência dentro da fazenda, nesta terceira ocupação, foi de cinco meses, sem maiores problemas ou conflitos entre Sem Terra e polícia ou o fazendeiro. Porém,

em 13 de abril de 1999, as famílias foram novamente despejadas, ou melhor, a partir de novas negociações saíram da fazenda e se dirigiram para a chácara Boqueirão, que faz divisa com a fazenda Palmeiras, pois, segundo a alegação, as vistorias não poderiam continuar com a área estando ocupada. A chácara era alugada pelo INCRA e proporcionava uma visão privilegiada da movimentação que ocorria dentro de parte da fazenda. Assim, as famílias puderam planejar quando seria o melhor momento para fazer outra ocupação, ou outra ação quando fosse necessária. As famílias permaneceram nesse local por mais cinco meses, e novamente, passado o prazo estipulado, as famílias decidiram fazer outra ocupação.

No dia 26 de setembro de 1999 ocorreu a quarta ocupação. Esta ocupação foi realizada com as pessoas em marcha do acampamento até o local onde se fixaram. Nessa ocupação houve a participação de famílias do acampamento Dandara, que se situava naquela região, mais precisamente no município de Anicuns, a 80 km de Goiânia. A participação dessas famílias foi uma estratégia utilizada para aumentar o número de famílias envolvidas, a fim de proporcionar maior segurança para aquelas que iriam realizar a ocupação e de mobilização, pressionando as autoridades para acelerar a desapropriação da fazenda, contribuindo para a conquista da terra. O local da ocupação foi denominado pelas famílias de “morro da cigarra”, pois neste período havia muitas cigarras no local.

Um fato importante que marcou essa quarta ocupação foi a prisão de três militantes do movimento, posteriormente encaminhados para uma delegacia no município de Trindade, onde permaneceram por cerca de um mês. Durante as negociações para a desocupação da área uma das condições das famílias saírem era a liberação desses militantes e a agilização na desapropriação. Passados pouco mais de vinte dias, as famílias retornaram para a chácara Boqueirão, para se prepararem para mais uma nova investida, uma vez que, da parte das autoridades havia muitas promessas e pouco cumprimento daquilo que era acordado.

Dessa forma, no dia 27 de dezembro de 1999, ocorreu a quinta e última ocupação. As famílias se fixaram numa área que ficou sendo denominada de “lameiro”, devido estar no período chuvoso e o local ser de difícil acesso, em uma baixada, o que tornava o local um verdadeiro atoleiro.

Porém, é importante destacar que a desapropriação de uma fazenda não é uma expropriação sem indenização. O processo de desapropriação é a indenização em

dinheiro pelas benfeitorias realizadas na terra e a avaliação da terra paga em Títulos da Dívida Agrária (TDA).

A proprietária, F.M.de R., residente no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, obteve a avaliação da fazenda Palmeiras conforme o quadro abaixo:

Quadro 4 - Avaliação da fazenda Palmeiras para criação do P.A. Canudos em 1999

Valor das Benfeitorias Reprodutivas	R$ 754.610,00
Valor das Benfeitorias não Reprodutivas	R$ 607.387,42
Valor total das Benfeitorias	**R$ 1.451.988,42**
Valor da Terra Nua	R$ 16.458.838,98
Valor total do imóvel	**R$ 17.910.827,40**
Valor total do Imóvel/ha	R$ 1.404,45
Valor da terra nua/ha	R$ 1.290,59

Fonte: INCRA
Organização: Anacleto, 2013.

Desta forma, é possível esclarecer que a terra não é expropriada sem indenização de seus proprietários, ou que eles fiquem no prejuízo. No caso desta fazenda, somente a terra representou mais de 91% do valor total recebido pela proprietária, ou seja, o que havia sobre a terra, fruto do trabalho humano, correspondia a pouco mais de 8,1% do valor total pago pelo governo para a aquisição da terra. A luta pela terra e as desapropriações por parte do INCRA têm este aspecto pouco reformador.

Ainda no impasse sobre a consolidação ou não para a criação do assentamento, um clima de tensão pairou sobre as famílias às vésperas da desapropriação da fazenda, pois todos temiam uma investida da polícia e a realização de um despejo violento, pois ambas as partes estavam decididas a não ceder desta vez.

No dia 17 de janeiro de 2000 tivemos a notícia que seria efetivada a emissão de posse provisória em favor do INCRA, o que foi consolidado no dia 21 de janeiro e a criação do Projeto de Assentamento no dia 17 de março do mesmo ano. As famílias permaneceram na área por mais alguns meses, enquanto se discutia como seria o próximo período a ser vivenciado pelas famílias, ou seja, o pré-assentamento.

O que se pode ter como marca deste período de acampamento é que as lutas eram sempre frequentes, assim como o estudo sobre a conjuntura política e os desafios para avança na conquista da terra e da Reforma Agrária. Como ressalta Caldart (2004, pag. 144): “[...] o MST sempre procurou desenvolver em sua base social a compreensão

sobre os componentes estruturais da luta pela Reforma Agrária, e sua relação com o conjunto dos problemas da sociedade".

As famílias do acampamento Dandara que contribuíram na quarta e quinta ocupação também tiveram a oportunidade de serem assentadas na Fazenda Palmeiras, ou assentamento Canudos.

5.3. Pré-assentamento como inicio da espacialização, cooperação e organização produtiva

A transição para o pré-assentamento não se dá automaticamente, ela também é fruto de debates entre as famílias para proporcionar uma melhor espacialização na fazenda que passara por mudanças físicas para a efetivação do assentamento. A partir deste momento inicia-se a definição de onde cada família vai morar e como irá desenvolver suas atividades produtivas. O ponto inicial desta fase de pré-assentamento pode ser considerada a partir do dia 17 de março de 2000, quando as famílias tiveram a resposta definitiva que o INCRA iniciava a criação do Assentamento Canudos. O ano de 2001 foi de discussão e elaboração do PDA. A partir de agosto de 2002 as famílias passam a se estabelecer nos locais definitivos de seus lotes. Em 2003, foi o ano de algumas famílias começarem a acessar o Pronaf e o crédito habitação, assim como, assinar o contrato de concessão de uso da terra junto ao INCRA.

O pré-assentamento pode ser caracterizado como um período em que as famílias ainda não têm a posse da terra, mas passam a se territorializar na fazenda, no espaço onde se constituirá o assentamento, começando a produzir alguns gêneros de primeira necessidade. Para o assentado M. O., proveniente do município Goiás, o pré-assentamento pode ser caracterizado como:

> [...] o período em que se prepara para o assentamento, mesmo que agente se prepara durante o acampamento, mas, é o período da amarração de como vai ser o assentamento como vai ser o futuro. Então, ele é um período em que aonde mais força as pessoas a participar, dependendo da metodologia que é utilizada para organizar o assentamento por que é uma situação que coloca para as pessoas de definição do futuro de como vai ser a vida dela de como vai levar a vida (entrevista concedida em 10/02/2013).

O pré-assentamento ainda tem muitas características do acampamento, mas também inicia uma conformação de assentamento, como mencionado anteriormente, as famílias podem produzir suas hortas, lavouras e criar animais. Para o assentado M. A.:

> O pré-assentamento na verdade é ...opré já fala, é o período mais crítico, na minha opinião, em relação a isso, por que é um período de transição na verdade. Naquela época do governo do Fernando Henrique era muito mais difícil ainda por que você ia para o pré-assentamento e você ficava quase o tempo de acampado no pré-assentamento em cima da terra sem poder plantar por falta de financiamento por falta até de regularização da terra, mesmo do lote, de ser cadastrado para você ter acesso a crédito, moradia e dai por diante. Então é um período muito, muito complicado é... em relação atodas as questões. Você está acostumado a um aspecto dentro do acampamento com outra lógica. Você vai para o pré assentamento e é um choque, né? Ali você começa a distanciar uma família da outra, pelo menos foi o que aconteceu aqui e você fica meio isolado, na verdade jogado (entrevista concedida em 15/02/2013).

A decisão de organização no pré-assentamento foi de que as famílias se distribuíssem dentro da fazenda, mas que também se deslocariam para as áreas de acesso da fazenda. Havia rumores de que outros grupos de pessoas ligados a sindicatos locais ou políticos desejavam ser assentados na fazenda. Com este deslocamento se inicia um processo que marcaria a trajetória das famílias para a conformação do assentamento.

De um lado estava a vontade das pessoas em serem assentadas em determinados locais específicos, seja pela localização, acesso à cidade, disponibilidade de recursos hídricos, questões familiares, dentre outras. Com isso, tem início o debate sobre a espacialização na área e quais os critérios seriam estabelecidos para isso. Do outro havia a necessidade, especialmente por parte das famílias, de começar a produzir a fim de garantir a sobrevivência, mesmo não estando definidos os locais onde seria cada lote.

Este movimento acabou iniciando um processo de afastamento de algumas famílias da organicidade do MST, que se voltaram unicamente à produção em seus quintais e posteriormente seus lotes em detrimento da continuidade da luta por melhorias na qualidade de vida ou da própria participação nas decisões do conjunto das famílias. Este fato será analisado mais adiante. No momento, é importante relembrar as características do período de pré-assentamento e os debates que orientaram a consolidação do assentamento. Para o assentado A. K., proveniente do município de Campestre de Goiás, o pré-assentamento é um momento importante por que:

> A gente fica assim numa animação né? De começar a produzir na terra. Como a gente já tá muito tempo no acampamento, a gente tá assim com uma motivação maior de querer produzir e ai talvez a produção até seja maior de quando pegar o lote, então a ideia é essa, a gente fica muito motivado, muito alegre apesar dos problemas de concorrência de lote. Vira aquele trem de escolher a área. Um quer uma área, o outro quer também, junta ai os problemas são esses, que tem várias pessoas que querem a mesma área, o mesmo lote, então é isso (entrevista concedida em 15/07/2013).

Durante o período de lutas e mobilizações foram realizados muitos estudos, debates de como agir para poder conquistar a terra e a melhor forma de trabalhar e gerar renda. Após a emissão de posse provisória voltou-se à discussão de como deveria ser o assentamento e quais atividades produtivas as famílias poderiam desenvolver, levando em consideração um estudo da área.

Foram realizados muitos seminários, encontros e visita a outros assentamentos para o debate acerca das formas de cooperação, associações e implementação de cooperativas e experiências produtivas cooperadas. Os estudos e seminários eram realizados com todas as famílias aproveitando da organicidade através dos núcleos de base. As visitas a outros assentamentos eram realizadas, na maioria das vezes, pela coordenação do pré-assentamento.

Como parte desta tentativa de incentivar a produção coletiva ou cooperada foi destinada uma área na fazenda que desenvolveria atividades de produção experimentais em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Associação de Cooperação Agrícola no Estado de Goiás (ASCAEG). O principal objetivo era desenvolver técnicas produtivas menos degradantes ao meio ambiente e que proporcionasse renda às famílias assentadas, como destaca a figura 5.

Os debates foram realizados conforme orientação do setor de produção MST que indicava uma organização baseada no Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Conforme Cerioli e Martins (1998, p. 09) “o SCA tem por finalidade estimular e massificar a Cooperação Agrícola dentro dos Assentamentos, em suas várias formas, integrando neste processo os assentados individuais”.

Figura 2 – Dia de campo em área coletiva no pré assentamento
Arquivo MST/GO

Mesmo com a emissão de posse em favor do INCRA, para a efetivação do assentamento era preciso alguns acordos ser estabelecidos. Em 12 de junho de 2001, as famílias assinaram um "Termo de Compromisso, Responsabilidade Ajustamento de Conduta" (TAC) preparado pelo INCRA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e Ministério Público (MP) ambos do estado de Goiás. Este TAC continham doze cláusulas, cujo conteúdo estava voltado para que as famílias se responsabilizassem em fazer a preservação ambiental das reservas e dos recursos naturais dentro do assentamento. Entre RPPN e Reserva Legal a área destinada era de 3.744,00 hectares.

Esse fato contribuiu muito para a efetivação do assentamento, pois o que era muito debatido, durante os impasses das negociações para a desapropriação da fazenda, era se as famílias iriam preservar ou depredar a área destinada ao assentamento e, principalmente as reservas ambientais.

Recentemente, um trabalho realizado a partir de imagens de satélite demonstra que as Áreas de Preservação Permanente (APP's) dentro do assentamento estão mais

conservadas e menos degradadas do que as APP's das fazendas vizinhas que desenvolvem o agronegócio como destaca Oliveira (2013, p. 106):

> A evidente diferença entre os valores encontrados na sub-bacia como um todo, e as demais áreas, excluído o assentamento, demonstra a forte influência que o Assentamento Canudos exerce positivamente em termos ambientais na manutenção da cobertura vegetal nativa do cerrado na área em que se insere. Nesse contexto, torna-se perceptível a diferença entre as atividades rurais exercidas nas áreas de reforma agrária pelos camponeses, em sua maioria caracterizada pela agricultura familiar, em relação ao que acontece nas demais áreas onde prevalecem atividades agropastoris de maior impacto, impulsionadas pelo uso intenso da mecanização e maior exploração dos recursos hídricos para fins de irrigação.

O PDA do assentamento Canudos contribuiu para uma análise, diagnóstico e perspectivas para o assentamento que iria se efetivar. Além de realizar o levantamento das condições do solo, da fauna, da flora, dos recursos hídricos, dos aspectos sociais, econômicos, dentre outros cumpriu com um importante papel de incorporar análises e propostas constituídas a partir dos estudos e debates realizados no MST para o desenvolvimento do assentamento. O principal objetivo era pensar o aspecto produtivo a partir da cooperação entre as famílias, por isso, a discussão do parcelamento também deveria estar nesta sintonia.

O período do pré-assentamento passa a ser importante para as famílias por este motivo: o de [re] aproximar as pessoas na lida do campo e de proporcionar que cada um participe da construção das propostas de consolidação do assentamento através do PDA, que será fundamental para análise deste período e ajudará a entender o assentamento como um todo, uma vez que é um instrumento importante, como já mencionado anteriormente, de análise, diagnóstico e perspectivas para a consolidação do assentamento e êxito das famílias no mesmo.

A área ocupada pelo assentamento, segundo UFG (2003, p. 07 - 08):

> [...] abrange 12.771,94 ha. Destas 54% são destinadas a Reserva Legal, Reserva Permanente e Reserva Particular do Patrimônio Natural. São 329 famílias assentadas, com 18 ha em média para cada. Sendo que 30% de todo o assentamento é de pastagem e 10% são de áreas cultiváveis. Está localizado no Centro Sul Goiano na região do Vale do Rio dos Bois. O assentamento compreende três municípios: Guapó, a 40 km de Goiânia, Campestre, a 50 km e Palmeiras de Goiás a 98 km.

Desde o ano de 2000, enquanto o processo de desapropriação da fazenda tramitava na justiça, os assentados organizaram-se para iniciarem a espacialização e ocupação de toda da fazenda, que foi divida em nove áreas, demarcadas pela existência dos recursos hídricos locais. A divisão de microbacias tornou-se a diretriz básica para a organização social do projeto de assentamento Canudos. Ainda de acordo com o UFG (2003, p.07):

> Para a discussão do processo de parcelamento da terra, as reuniões foram realizadas nas áreas, com o fito de captar suas especificidades. Ao total foram realizadas 5 reuniões para tratar dos problemas específicos das 9 áreas existentes no Assentamento, envolvendo questões como a fertilidade do solo, áreas de preservação dos recurso naturais, quantidade de lotes disponíveis, número de famílias existentes na área, além de temas relacionados à legislação que de uma maneira ou outra tinham reflexos no parcelamento da terra. Essas reuniões foram muito tensas, uma vez que o conjunto de temas abordados e as limitações impostas acabavam interferindo nas expectativas dos assentados, além do que nesse momento afloravam-se os interesses particulares de cada assentado e de cada grupo de famílias.

As reuniões para a discussão do PDA eram realizadas com a participação das famílias que interagiam sobre a forma de parcelamento, tiravam dúvidas e davam suas sugestões. Os mapas faziam parte das discussões, pois os mesmos possibilitam com que os assentados visualizassem o que estava sendo proposto como destaca a figura 3:

Figura 3 – Debate sobre o PDA com as famílias

Arquivo MST/GO

Estabelecidos esses critérios, os trabalhadores dispersaram-se ao longo das áreas, o que exigiu dos grupos o estabelecimento de novas prioridades, sobretudo a moradia e a produção. A partir desse momento, surgiu outra escala de organização social, definida agora pelos municípios, uma vez que a o assentamento está localizado em três municípios diferentes e já mencionado anteriormente.

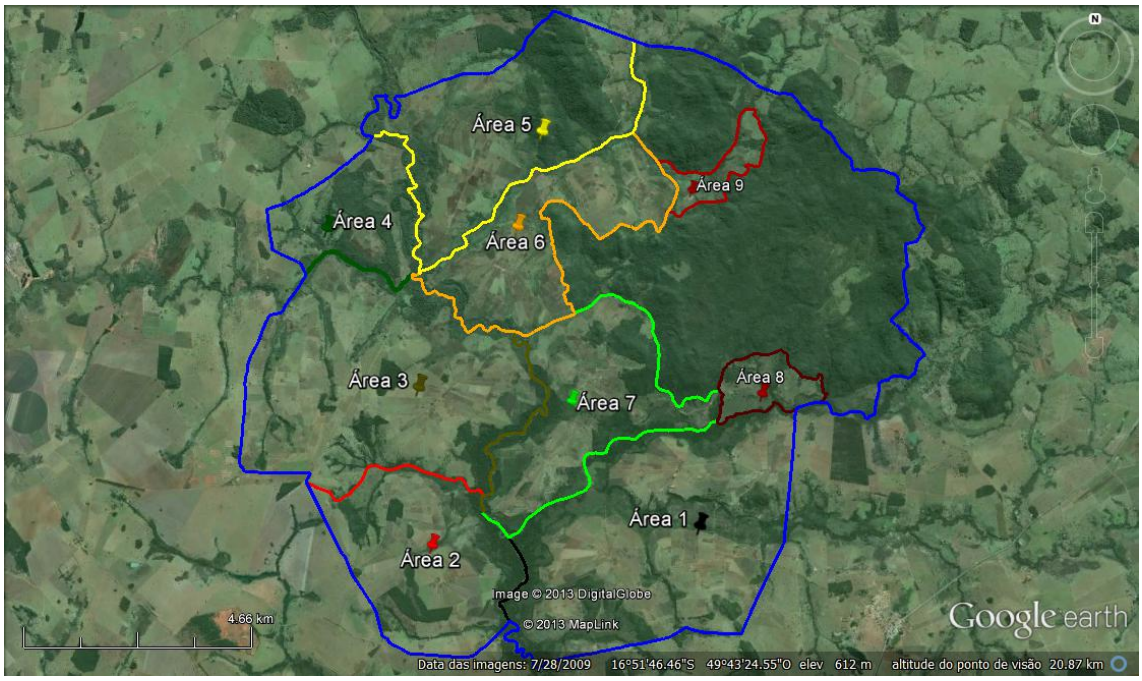
Desta forma, com base nas informações contidas no PDA, UFG (2003), e no processo de criação do assentamento do INCRA, a organização do assentamento a partir dos municípios foi:

- Guapó, que ocupa 16% da área da fazenda e com capacidade de assentar 70 famílias. A organização espacial deste município foi de ter uma única área, ou seja, área 1 e está dividida em 1a e 1b;
- Palmeiras de Goiás que ocupa 30% da área e com capacidade de assentar 141 famílias. A organização espacial deste município foi de ter três áreas; área 2, área 3 e área 4, e estas divididas em 2a e 2b, 3 e 4;
- Campestre de Goiás, que ocupa 56% da área e com capacidade de assentar 116 famílias. A organização espacial deste município foi de ter cinco áreas; área 5, área 6, área 7, área 8 e área 9.

O município de Campestre de Goiás, embora tenha concentrado a maior parte da área do assentamento, não conta respectivamente com o maior número de famílias assentadas, devido à Reserva do Patrimônio Permanente Natural (RPPN) se concentrar também neste município.

A organização das famílias em grupos seguia a mesma lógica de organicidade do período de acampamento, quando cada grupo teria dois coordenadores, um homem e uma mulher, e representantes de setores e/ou coletivos que contribuiriam no fluxo de informações, nos debates e encaminhamentos de cada especificidade. Com os grupos formados iniciou-se um intenso debate sobre os critérios para a “escolha” da área a serem assentados, sendo que o que polarizou o debate foi: tempo de luta, proposta produtiva e proposta de trabalho cooperado e/ou coletivo.

Para uma melhor visualização da organização espacial do assentamento e suas respectivas áreas, destaca a figura 7 a seguir:



Mapa 4 – Assentamento Canudos e a organização espacial em áreas
Fonte: Google Earth
Organização: Anacleto 2013

Desta forma, alguns grupos, para garantirem a área onde gostariam de serem assentados, propunham ter uma área em que seriam realizados trabalhos coletivos, ou seja, na prática teriam um lote "menor" individualmente para ter uma área que proporcionasse o trabalho coletivo e/ou cooperado, o que de certa forma deu "prioridade" nas escolhas das áreas de alguns grupos. Conforme UFG (2003, p. 130):

> Alguns grupos de famílias decidiram destinar 30% de seus lotes, a fim de experimentar uma produção coletiva. Essas áreas estão situadas próximos aos locais de fácil acesso às aguadas, onde serão cultivados diversos produtos, facilitando o acesso coletivo dos meios de produção, mantendo-se a estratégia do trabalho familiar.

A partir dos debates e discussões com as famílias o PDA elaborou a proposta de dez áreas coletivas, sedo que, uma na área 04; uma na área 05; duas na área 06; duas na área 01; e quatro na área 02.

O número de famílias no grupo e a área pretendida era outra situação que poderia agravar nas opções por determinadas áreas. No entanto os grupos foram se conformando de acordo com a capacidade de cada área na prática. A orientação, a partir do trabalho do PDA, era que cada grupo tivesse ao menos a indicação de duas ou três áreas que gostariam de ser assentados.

Dentro de cada área existem os grupos que foram montados segundo as afinidades pessoais e que definiram por linhas de produção, dando certa prioridade de escolha de áreas para serem assentados aqueles grupos que apresentassem proposta de trabalharem de forma cooperada. “Atualmente, [...] os 309 titulares cadastrados no Assentamento Canudos estavam organizados em 39 grupos, sendo que apenas 11 não estavam vinculados a nenhum grupo” (PDA/UFG 2003, p. 94).

Sendo assim, com as orientações de trabalho os grupos de famílias se organizaram para a produção de forma cooperada. Alguns programas do governo estadual contribuíam para esta prática como, por exemplo, o Programa Lavoura Comunitária, no qual as famílias recebiam as sementes e adubos, pagavam as horas de máquina e realizava o trabalho cooperado no cuidado da plantação.

A produção era diversificada e em pequena escala, pois as famílias ainda não estavam estabelecidas nos respectivos lotes e contavam com pouco recurso para o investimento, mas as áreas destinadas à produção individual estavam voltadas, em princípio, para o autoconsumo e as áreas de trabalho coletivo ou de forma cooperada, para a comercialização. De acordo com o PDA (2003, p. 07), a vida produtiva no período de 2001/2002 pode ser resumida e caracterizada da seguinte forma:

> O milho foi o principal cultivo do assentamento. A produção foi viabilizada através de um contrato de arrendamento firmado entre os assentados e arrendatários capitalistas, que dispõem de máquinas, insumos e conhecimentos técnicos. [...] Os dados do questionário indicam que foram vendidos 1.263 balaios [...].
> A produção de arroz no assentamento, na safra agrícola 2001/02, totalizou 2.950 sacas.
> A produção de feijão, na safra 2001/02, não foi muito significativa, considerando-se que foram colhidas apenas 370 sacas [...].
> A mandioca é cultivada pela maioria das famílias assentadas, pois é um produto que compõe a dieta básica humana, além da suplementação alimentar dos bovinos e suínos. Tomando-se o balaio como medida, os assentados produziram cerca de 23.131 [...] Uma parte da produção de mandioca foi transformada em farinha e polvilho.
> O rebanho bovino de propriedade dos assentados totaliza 690 cabeças.
> O plantel de suínos no Assentamento Canudos é formado por 1.248 animais, distribuídos entre as 306 famílias.
> A criação de aves é amplamente difundida entre as famílias assentadas. No cômputo geral do assentamento somam-se cerca de 10.130 galinhas, o que dá uma média de 33 por família. [...] A produção total de ovos foi de 37.804 dúzias no ano 2001/02[...].

Muitos começaram a produção leiteira, mas não houve nenhuma experiência coletiva e/ou cooperada nesta atividade, pelo contrário, as famílias que se dedicavam

cada vez mais a criação de gado leiteiro se afastavam dos trabalhos cooperados e centravam suas atividades nas áreas individuais. Algumas experiências no campo da produção agrícola não obtiveram os resultados esperados, o que desmotivou as famílias à prática do trabalho cooperado.

Com o assentamento nos espaços onde seriam os lotes definitivos de cada família, muitas se dedicaram mais às atividades produtivas do que à continuidade da luta para a efetivação do assentamento. Este fato acabou contribuindo para uma fragmentação do grupo e a procura por soluções mais individualizadas ou a partir do grupo ao qual estava inserido, contribuindo para que a efetivação do assentamento e liberação dos recursos não ocorresse de forma igual para todos. Um exemplo desta demora foi a assinatura do Contrato de Concessão e Uso (CCU) das parcelas/lotes, que ocorreu somente a partir de outubro de 2003, mesmo muitos sendo homologados pelo INCRA a partir de novembro de 2001.

Desta forma, foi montado o assentamento Canudos. Com conflitos, contradições, mas, também, com muito estudo, debate, mobilizações e lutas. Durante o período do pré-assentamento, as ações foram voltadas para se formarem grupos de trabalho, que produziriam de forma cooperada e/ou coletiva. Contudo, depois da legitimação do assentamento e assinatura de contrato de posse entre as famílias e o INCRA isto não se efetivou. O que pôde ser presenciado foi cada um, aos poucos, ir deixando a organicidade do MST, passando a cuidar de suas tarefas nos lotes. Conforme o diagnóstico apontado pela UFG (2003, p. 116):

> Em síntese, os assentados em Canudos têm como projeto a reconstrução do modelo da agricultura tradicional, diversificada, para a subsistência da família e para atender ao mercado. Assim, pretendem plantar milho, arroz, feijão, mandioca, amendoim, pomar, conjugada às criações de bovinos de leite, suínos, aves e equinos. Como tendência, a criação de gado de leite parece dominar o cenário produtivo do assentamento.

O que pode ser verificado é que as famílias começam a abandonar a organicidade e propostas produtivas do MST ainda no período do pré-assentamento. A disputa territorial inicia-se antes mesmo da consolidação do território dos Sem Terra. Este afastamento da organicidade pode ser apontado como a regressão no nível de consciência, ou então como o afastamento das famílias dos princípios organizativos e normas do Movimento. No entanto, conforme verificado em Anacleto (2008), o que

acontece é que no período do acampamento vivencia-se uma realidade em que é possível planejar e projetar o futuro ideal de sobrevivência, mas quando se estabelece no assentamento muitas coisas mudam, inclusive a forma como planejam e executam as atividades. Para Marx (2008, p. 47):

> O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.

Perceber este processo de formação da consciência ou das ações desenvolvidas pelas famílias que são distintas no período de acampamento para o de assentamento é fundamental para compreender que suas ações são permeadas pela realidade direta à qual estão inseridas e as necessidades imediatas no período de acampamento são distintas das do período de assentamento. Conforme destacado por Anacleto (2008, p. 74 – 75):

> A outra constatação possível é que as realidades são diferentes umas das outras. No acampamento há uma projeção ideal de como será o assentamento, ou como ocorrerá as relações neste novo espaço, mas ao se chegar em uma nova realidade aquilo que era idealizado não se concretiza e, com isso, ocorre uma frustração quase que generalizada. O indivíduo vai ser sujeito de um conflito vital para a sua sobrevivência. De um lado a necessidade de produzir para poderem ter retorno econômico e de outro as ideias de transformação e cooperação, mas que não são abraçadas pela maioria das pessoas e, por isso, não encontram as bases materiais para se apoiarem e se desenvolverem. O que vai ser optado é a sobrevivência em detrimento do sonho ou da utopia de se fazer algo diferente.

Portanto, não é meramente uma opção das famílias em realizar a luta política ou econômica. A luta econômica se faz necessária uma vez que é a partir do lote, do assentamento, que vão encontrar formas de trabalhar, produzir, comercializar e, assim garantir as condições básicas para a sobrevivência. Importante ressaltar, também, que as famílias ingressam na luta pela terra justamente para atender a um interesse imediato e econômico. Desta forma, ao chegarem ao assentamento, acreditam que seus problemas estão resolvidos, o que nem sempre acontece, mas surgem novas questões que exigem mobilização permanente.

5.4. O assentamento como território em disputa

No processo de transição do pré-assentamento para o assentamento as famílias começam a receber recursos para poderem se estabelecer e viabilizar na terra conquistada. No período da consolidação deste assentamento - 2001/2002 - os créditos recebidos eram conhecidos como Apoio Inicial (R$ 400,00), Fomento (R$ 800,00) e Aquisição de materiais de construção (R$ 2.500,00). Atualmente, esses créditos são conhecidos como Crédito de Instalação que possuem outras linhas e valores, conforme o quadro abaixo:

Quadro 5 – Crédito Instalação para assentamentos em 2010 – recursos liberados via INCRA

Modalidades de Crédito Instalação	**Recurso destinado por família**
Apoio Inicial	R$ 3.200,00
Apoio Mulher	R$ 2.400,00
Aquisição de Materiais de Construção	R$ 15.000,00
Fomento	R$ 3.200,00
Adicional do Fomento	R$ 3.200,00
Recuperação/ Materiais de Construção	Até R$ 8.000,00
Reabilitação de Crédito de Produção	Até R$ 6.000,00
Crédito Ambiental	R$ 2.400,00

Fonte: INCRA
Organização: Anacleto, 2013

Além desses créditos, ainda é possível acessar o Pronaf A e, posteriormente, o Pronaf A/C. Após o pagamento desses dois primeiros é que as famílias podem se inserir nas demais linhas do Pronaf. Importante destacar que estes créditos não são liberados ou disponibilizados todos de uma vez. Em alguns casos, a demora na liberação dos recursos acaba ocasionando uma não sequência nos mesmos e, por isso, o planejamento da execução ou aplicação acaba sendo comprometida, ou inviabilizando o planejamento produtivo de cada família.

As pessoas que ingressam no MST estão, num primeiro momento, lutando para a satisfação de uma necessidade pessoal e imediata, como já mencionado: a aquisição de terra para trabalharem e dela retirarem o sustento e melhorar a qualidade de vida para as suas famílias, ou seja, a viabilização econômica e, também, social.

É preciso considerar que todas as pessoas que ingressam no MST já vêm de uma realidade específica, com isso, possuem uma ideologia ou consciência já formada. Não se pode iludir que o processo de luta pela terra vai transformar radicalmente o modo de pensar e agir destas pessoas, especialmente num período curto como é o da fase de acampamento, mesmo que se leve em conta o processo formativo desenvolvido pelo MST.

Os estudos e cursos realizados com as famílias durante o período de acampamento e pré-assentamentocontribuem para que se possa entender o conjunto do Movimento; como está a conjuntura política, econômica e social; como agir para pressionar as autoridades a fim de que façam a reforma agrária; como trabalhar em cooperação e outros temas que são de interesse do conjunto das famílias. No entanto, isso não significa necessariamente que as famílias vão aderir atodas as propostas que lhes forem direcionadas. É preciso considerar que, antes de tudo, cada indivíduo possui um objetivo a ser alcançado e para isto planeja como chegar a ele. Como já elencado em Anacleto (2008), a disposição para participar da luta e estar inserido na organicidade do movimento faz parte da estratégia individual de se chegar à terra. O que não significa que deixam de participar das lutas e/ou ações que contribua para a sua viabilidade econômica. O que acaba ficando em segundo plano são as lutas políticas.

Mesmo que o trabalho cooperado possa proporcionar essas três conquistas: a viabilidade econômica, a participação nas lutas e/ou mobilizações e a transformação da consciência, muitos optam no trabalho individual por considerarem que tem mais autonomia para decidirem e deliberarem sobre suas decisões. “Ao decidir entrar no MST, o sem terra, no embrião de se tornar sujeito, já optou em renunciar à exploração social, política, econômica etc. [...]” (BOGO 2009, p 14). A luta proporciona a autonomia ao indivíduo de escolher os caminhos a trilhar de sua vida, ou seja, ser o sujeito principal de sua própria história.

Dessa forma, as famílias realizam as lutas, mobilizam-se e agem para atender o seu interesse, que é a conquista da terra, e não lutam para fazer a transformação social. Como podemos perceber em no relato do assentado D. R., proveniente do município de Sancrelândia:

> [...] eu acredito que a maioria das pessoas que vão acampar elas vão pelo interesse econômico. Ai em função de ela ter aquele interesse econômico ela

> se submete a tudo que a organização propõem, a tudo que o grupo propõem para poder chegar naquele objetivo. Ai depois que ele pega aquilo na mão dele (a terra) ele fala agora eu posso fazer o que quiser que é meu (entrevista concedida em 10/02/2013).

No assentamento o tempo considerado livre fica reduzido para atividades como mobilizações e/ou lutas. Nesta nova realidade o indivíduo precisa dedicar mais tempo para manutenção da terra conquistada e dos benefícios adquiridos, do que para participar de reuniões e/ou lutas, mesmo que estas sejam no sentido de trazer benefício para o indivíduo e comunidade. O seu novo território o aprisiona nas atividades do cotidiano.

Muitas pessoas, em especial as que morram sozinhas ou com poucas pessoas na casa, precisam optar em participar de uma luta mais prolongada como, por exemplo, uma atividade de uma semana, ou ficar e cuidar das atividades do dia-a-dia. Este pode ser considerado um dos fatores que contribuem para a pouca participação dos assentados nas mobilizações, pois entre lutar para reivindicar por melhorias e ficar no lote cuidando do que já foi conquistado; a segunda opção sempre pesa mais sobre a primeira.

Quando as pessoas vão para o assentamento elas não conseguem visualizar, na prática, as transformações antes esperadas. Os grupos não conseguem colocar em prática as propostas de trabalhos cooperados, pois este depende em primeiro momento da adesão das famílias, ou melhor, dos indivíduos. Conforme MST (2008, p. 55):

> Os assentados devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise à mudança da sociedade.

Uma das formas do Movimento trabalhar coletivamente com as famílias incentivar a sua organização, participação nas atividades, debates e encaminhamentos é o núcleo de base que, no processo de assentamento foi reforçado pela organização segundo os núcleos de moradia. No caso do assentamento Canudos os núcleos de moradias foram compostos segundo a proposta da formação de cada grupo de trabalho e/ou produção.

Desta forma, possibilitou uma maior integração entre os membros no núcleo de

moradia que cumprem a função de proporcionar um planejamento da vida social e econômica, assim como destinar um espaço que sirva para atender aos interesses coletivos ou, como denominada, de área social podendo ser construído armazém, salão de eventos ou um espaço para atividades religiosas, atividades esportivas, dentre outras. Segundo UFG (2003, p. 119 - 120):

> Já havia uma discussão sobre a forma de organização territorial no Assentamento com tendência da organização dos agroecossistemas em Núcleos de Moradia. A diferença destes núcleos para a agrovila, reside no fato que nos núcleos de moradias as casas dos assentados permanecem em cima do lote, de forma que o corte dos lotes permitam uma aproximação das casas.
> Normalmente no núcleo de moradia, também se estabelece uma área comunitária na região central do núcleo, a partir da qual se estabelece o corte dos lotes. Esta área comum demarcada foi suficiente para construir-se uma Escola, Biblioteca, um salão de festas e reuniões, a Farmacia, a Igreja, o campo de futebol etc.

No entanto, a vida no assentamento se tornou mais difícil do que o esperado devido às dificuldades encontradas para o financiamento da produção ou nas infraestruturas do próprio assentamento (estrada, posto de saúde, área de lazer, escola, etc.), mas ainda é um espaço bom de vida conforme afirma o assentado J. M. sobre a vida no assentamento: “eu acho que além dos probleminhas que tem, né... para mim né... é a vida que eu pedi a Deus, passa por cima de uma coisa aqui, outra acolá, né...” (entrevista concedida em 14/07/2013). Este sentimento de bem-estar contrasta com a falta de financiamento para a produção, a falta das infraestruturas adequadas e principalmente a carência de atividades de esporte e lazer. Já para a assentada E. R.:

> De um modo geral, pegando todo o contexto, sou feliz, pois eduquei meus filhos na propriedade que hoje é uma empresa, estou conseguindo como muita dedicação a sucessão familiar, enfim estou conseguindo dessa forma moradia digna, rentabilidade de acordo com os riscos de mercado e proporcional aos investimentos que ainda são escassos, pois a distribuição de renda ainda não é uniforme (entrevista concedida em 14/02/2013).

A vida no assentamento foi se conformando aos poucos, enquanto estabeleciam seus próprios territórios realizavam pequenas produções diversificadas e voltadas para a comercialização, mas principalmente para o autoconsumo. Este desafio também já era apontado no PDA, conforme destaca UFG (2003, p. 114):

> A baixa qualificação dos assentados é um fator que deverá ser enfrentado, considerando-se que a maioria não era agricultor ou há muito tempo deixou de sê-lo. Portanto é necessário proporcionar serviços de assistência técnica, com profissionais que compreendam a lógica da agricultura familiar e atuem numa perspectiva do desenvolvimento sustentável. Outro fator é o baixo poder aquisitivo desses assentados, o que demandará a concessão de crédito rural para que eles possam dar início às suas atividades produtivas. Além disso, será necessário crédito habitação para que eles construam suas moradias, com água e esgoto, melhorando assim a qualidade de vida.

Este baixo poder aquisitivo é acentuado com a demora na liberação do financiamento, pois as poucas economias que as famílias dispõem são consumidas na longa espera para a efetivação do assentamento, ou seja, na morosidade e burocracia por parte do Estado contribui para a desestruturação econômica do assentado.

Esses fatos contribuem para que o agronegócio influencie diretamente na vida dos Sem Terra, pois com o surgimento das “parcerias” propostas para a sobrevivência da família no lote, esses acabaram vendo na oportunidade a saída para a melhoria nas condições econômicas individuais e na busca pela qualidade de vida desejada.

Quando as famílias receberam alguns créditos para a produção no assentamento houve um conjunto de fatores que fizeram com que muitos acabassem ficando inadimplentes como, por exemplo, liberação dos recursos para o plantio fora do calendário agrícola, a falta de chuva no período de desenvolvimento das plantações, preços baixos no momento da comercialização, falta de assistência técnica adequada, dentre outros.

Uma das primeiras tentativas foi com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que também estava sendo iniciada na modalidade de Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) dentro do programa do governo federal Fome Zero. Em síntese, o programa adiantava um financiamento aos assentados e para produzirem e pagarem com parte da safra tendo garantindo um preço mínimo. Porém, no caso do assentamento Canudos, o recurso foi liberado fora da época de plantio correto, o que ocasionou prejuízos e, consequentemente, dívida para a grande maioria dos que acessaram. Mesmo tendo pagado ao banco o seguro, faltaram os laudos da assistência técnica para de fato assegurar as lavouras das famílias.

À medida que se tinha acesso ao Pronaf se investia em sua maioria no gado de leite e, desta forma, em cercas passando a explorar esta atividade como principal fonte

de renda econômica. Isto gerou um problema, pois “a criação de bovinos requer a construção de cercas, cujo custo estimado é de R$ 2.500,00 para cada 1.000 metros” (PDA, p. 124), sendo que o credito do Pronaf foi de apenas R$ 12.000,00 mais R$ 1.500, 00 para a assistência técnica. Uma parte considerável do recurso foi destinada justamente na construção das cercas que individualizava o lote de cada um e permitia a exploração do gado como principal economia.

O gado leiteiro é visto como uma segurança para a família camponesa. O leite é uma fonte de renda contínua que sofre com a alteração de preço durante o ano, mas que pode ser considerada como renda mensal. Outra característica muito fomentada são as crias, pois se for macho é vendida para o corte, se for fêmea, em geral, fica para a lida leiteira ou para comercialização a fim de melhorar o rebanho.

As lavouras temporárias foram aos poucos deixando de ser cultivadas, sobretudo pela dificuldade de acesso aos créditos, devido às condições do mesmo para serem pagas e da comercialização dos produtos, uma vez que na entre a safra os preços são altos e no período da colheita o preço fica baixo, em alguns casos não sendo possível cobrir com os gastos de produção.

As áreas coletivas ou destinadas aos trabalhos cooperados foram ficando abandonadas, ou sendo exploradas pelas famílias que estavam mais próximas das mesmas. Algumas tentativas de parcerias foram tomando forma para tornar a terra produtiva e não ficar ociosa, mas em geral, os problemas de se chegar a um entendimento comum sobre o que plantar, como organizar o trabalho, como dividir o “lucro” dentre outros, impediram a produção por parte das famílias nestas áreas.

Alguns grupos chegaram a cogitar a possibilidade de repartir a área coletiva proporcionalmente para cada família. No entanto, as áreas continuam para serem trabalhadas “coletivamente” pelas famílias dos grupos, o que poderá ser potencializado com o avanço da participação das famílias no Programa de Aquisição de Alimentos. A área que sempre esteve desenvolvendo atividades produtivas foi a do “experimento” que inicialmente cumpriu com o papel de realizar algumas produções experimentais para contribuir e dar assistência aos assentados.

Ainda no contexto geral do assentamento, outras atividades desenvolvidas foram produzir algumas hortaliças, frutas e carne, seja suína ou de aves voltadas em sua maioria para o autoconsumo. Conforme foi diagnosticado pelo PDA, UFG (2003, p.115):

> Em linhas gerais, na reconstrução dos processos produtivos, os assentados "Canudos" estabelecem como projetos uma agricultura e pecuária diversificadas, com vistas a atender ao consumo familiar e ao comércio de excedentes. Assim, a maioria dos assentados pretende cultivar milho, arroz, feijão, mandioca, hortaliças, pomar de árvores frutíferas e também criar bovinos, suínos, aves, equinos, peixes, dentre outras espécies animais.

Os assentados, em geral, enfrentam dificuldades para comercializar seus produtos, assim como, no momento de financiar a produção. Diferentemente do que ocorre com os grandes produtores. Embora a produção inicial fosse o milho, muitos acabaram vendendo seus produtos abaixo do preço de mercado o que com o passar do tempo, torna-se algo insustentável, uma vez que não é possível pagar o financiamento e torna-se inadimplente, impossibilitando de adquirir novos empréstimos.

As alternativas para a produção no lote começaram a ser apontadas para as parcerias com produtores da região que, por exemplo, plantavam uma lavoura no lote do assentado e em troca formavam um pasto, ou arrumavam as curvas de nível, ou faziam a cerca ou até mesmo pagavam com parte da produção. O assentado continua produzindo em seu lote, mas disponibiliza parte dele para estas parcerias a fim de garantir a sua sobrevivência e permanência. O agronegócio começa a realizar uma investida para retomar, ainda que aos poucos o controle da terra integrando e incentivando os assentados a aderirem à lógica de funcionamento da agricultura capitalista.

Com essas dificuldades e tendo que garantir a sobrevivência no lote, alguns se voltam para atividades produtivas mais valorizadas ou com rentabilidade/comércio assegurada pelo mercado, em especial a cadeia produtiva do leite, que é entregue para uma empresa que o beneficia. Aos assentados cabe apenas a função de "cuidar" das vacas que foram adquiridas com recurso do Pronaf e entregar o leite no resfriador. Esta integração com o mercado faz com que o Sem Terra seja cada vez mais ser visto como agricultores inseridos em uma cadeia produtiva subalternizada ao interesse da agricultura capitalista. A dificuldade de criar um processo cooperado entre os assentados dificulta a melhoria na renda dos mesmos. A criação de uma agroindústria de laticínios poderia resolver esta questão, por exemplo.

Embora seja importante ressaltar que a agroindústria por si própria não seria uma solução em curto prazo, ela porém, contribuiria para que as famílias organizassem sua produção para abastecer a agroindústria e desenvolvessem o trabalho cooperado e,

por conseguinte, coletivo. Está em curso uma discussão sobre a implementação de uma agroindústria no assentamento, agora no ano de 2014 através do Programa Terra Forte[6], mas as primeiras discussões apontam para a construção de um abatedouro de frango, uma vez que a cadeia produtiva do leite vem diminuindo devido à falta de incentivos para a produção do mesmo.

As investidas do agronegócio são constantes no assentamento. Houve tentativas de produzir gergelim e mamona para o biodiesel, frango em parceria com o frigorífico, cana-de-açúcar, soja, entre outros, mas as famílias sempre resistiram e se dedicaram quase em sua maioria a produção de alimentos para o autoconsumo prioritariamente.

Alguns fatores contribuíram para a não adesão às parcerias propostas pelo agronegócio. Em geral, as famílias se encontravam descapitalizadas, ou sem recursos disponíveis para a aplicação na lavoura. A única coisa que os Sem Terra dispunham eram a terra e a força de trabalho. Outro agravante para o agronegócio foi a atividade produtiva desenvolvida no assentamento. Ao optarem pela atividade leiteira como principal atividade econômica, foi necessário construir as cercas que individualizavam cada lote, um empecilho à produção em grande escala. Embora fosse uma renda menor do que a prometida pelas parcerias, as famílias resistiam, pois seguiam o ditado popular: “antes minguar do que faltar”, e por isso, não abriam mão das cercas que demarcava seus limites e acomodavam o gado leiteiro.

Desta forma, o agronegócio busca a sua territorialização, ou sua reterritorialização na área do assentamento por várias frentes. Um processo quase que imperceptível para as famílias é que eles também se aproveitam desta individualização dos lotes para a produção de leite e as parcerias para a criação de gado de corte. Goiás historicamente teve como principal economia a pecuária, isto, em certa medida, faz parte da cultura goiana.

Mediado por estas ações e sem muitas perspectivas econômicas, as famílias são tentadas a aderirem ao que o mercado demanda deixando de lado as discussões e propostas realizadas nos períodos de acampamento e pré-assentamento, principalmente, relacionado ao trabalho cooperado, pois, como já mencionado, as ideias não refletem

[6] O programa Terra Forte teve origem em 2009 quanto cooperativas de reforma agraria apresentaram ao BNDS proposta de agroindustrialização, a maioria das cooperativas eram coordenadas pelo MST. Atualmente, o programa tem por objetivo promover a agroindustrialização de assentados da reforma Agraria em todo o país sendo coordenado pela Secretaria geral da Presidência da República formada por vários Ministérios em diálogos com os movimentos sociais.

arealidade que é manipulada e distorcida apontando para o êxito no campo somente possível através do modelo de desenvolvimento do agronegócio.

Recentemente, o assentamento sofre com uma forte investida para a adesão a cadeia produtiva da soja. A proposta é tentadora, se considerar apenas o aspecto econômico pois, na proposta, cada família que participar do plantio receberia livre algo em torno de R$ 1.000,00 a R$ 1.500,00 por hectare de soja plantada, dependeria da produtividade de cada área.

No ano de 2012 representantes do Frigorífico Minerva, que está muito próximo ao assentamento no município de Palmeiras de Goiás, tiveram diversas reuniões com as famílias para poder esclarecer melhor como seria feita esta “parceria”. Como parte de um programa de biodiesel, subsidiado pelo governo federal, o frigorífico deveria comprar parte da produção de soja da agricultura familiar. Segundo os representantes, a soja utilizada estava sendo compra de agricultores do Paraná e do Rio Grande do Sul, e eles queriam “encurtar” a distância da compra da soja e “ajudar” no desenvolvimento do assentamento Canudos.

Na prática, o que queriam era reduzir custos e aumentar a margem de lucros e, principalmente, fazer do território do Sem Terra, um território sob o controle do agronegócio. No entanto, muitas famílias se viram tentadas a entrar na “parceria. Fazendo uma conta simples, cada família dispõe de aproximadamente 18 hectares agricultáveis, destes, se dispusesse apenas 10 hectares cada um, a receita esperada com a parceria estaria entre R$ 10.000,00 e R$ 15.000,00 ao ano sem ter que fazer nada. Nenhuma outra proposta, em termos econômicos, combate esta. Porém, ao procurar se informar e calcular as contas, as famílias perceberam que não era bem isso.

De fato, a renda com a soja pode chegar a esses valores, mas ainda é necessário subtrair os custos de produção, o que no caso do assentamento iria aumentar em muito referente ao preparo da terra e ao plantio. Desta forma, no ano de 2012, apesar da proposta ser tentadora, a soja não entrou no assentamento, a exceção de dois ou três lotes que buscaram outros tipos de parcerias e em menor quantidade para verificar a viabilidade, principalmente econômica, do cultivo da soja em seus lotes.

Movidos pelo interesse e necessidade de melhorar a qualidade de vida, a soja, hoje, passa a ser uma proposta de produção altamente rentável. Há casos de outros assentamentos que realizam esta parceria e representa nada mais que a continuidade da

exploração da terra pelo modelo de desenvolvimento capitalista. Planta a soja e depois outra cultura de acordo com o clima e as condições da terra. O assentado deixa menos do que um hectare para a casa, quintal e demais produções, o restante é tudo para a integração com o mercado.

Com a influência capitalista de mostrar apenas o retorno econômico imediato e o incentivo ao consumismo, este modelo de desenvolvimento passa a ser visto como o ideal e almejado pelas famílias para terem a "qualidade de vida" esperada. As alternativas a esta cadeia produtiva, seja para a produção ou a qualidade de vida fica ofuscada pela propaganda do agronegócio e seus números fabulosos, minando, assim, as possibilidades da agricultura camponesa se viabilizar devido sua cadeia produtiva encontrar menor suporte financeiro, seja para o financiamento ou para a comercialização dos produtos de gênero alimentício de primeira necessidade.

Recentemente, alternativas têm sido colocadas aos assentados, sobretudo nos últimos anos, para o fortalecimento da produção e comercialização. Uma delas é o PAA, que cumpre com o papel de induzir algumas famílias a se organizarem em associações ou cooperativas para entregar seus produtos. Há outros casos em que as famílias acabam fazendo a entrega de forma individual, neste caso a produção é destinada ao Banco de Alimentos de Goiânia, uma vez que estes aceitam a entrega de produtos de forma individualizada.

Essas iniciativas contribuem para uma melhor organização da produção, seja no planejamento do que produzir e quando, pois se todos optarem por uma mesma linha de produção e em um mesmo período pode ocorrer uma saturação nas entidades receptoras dos alimentos. Desta forma, a organização e o planejamento se torna uma peça fundamental para o êxito desta atividade.

No entanto, com as dificuldades para garantir a sobrevivência, algumas famílias também optam pelo plantio do eucalipto em seus lotes como garantia de renda futura. Isto acaba fazendo com que as famílias mesmo tendo o domínio do território, por estar sob sua responsabilidade de desenvolver atividades produtivas, abram possibilidades para o capital explorar ou direcionar a produção que será desenvolvida ali. Sobre os motivos que levaram alguns assentados a optarem por esta produção o assentado B. U. destaca que:

> Resolvi plantar para dar uma melhorada na vida. Por que o negócio tava bom de preço, né? Eu queria melhorar na vida. Iria vender e investir no gado, por que o gado sustenta a família ai eu ia ter uma renda maior [...] como o eucalipto caiu agora, nem ele nem o gado. O eucalipto vai ficar em pé, não podemos mexer nele. Vamos esperar o preço melhorar. Quando eu plantei, o eucalipto era... nossa senhora! Era caro demais! Chegou a R$ 117,00 o metro. Agora pra você ver com uma altura dessa, agora é R$ 35,00 o metro. Não tem como [...] (entrevista concedida em 21/08/2013).

Este caso ilustra bem os demais que optaram em realizar o plantio de eucalipto, tanto que atualmente há parcerias que oferecem até 50% do lucro para o plantio de eucalipto nos lotes das famílias e mesmo assim ainda recusam, ou planta no máximo até quatro hectares (o que representa cerca de 22% do lote) devido aos impactos que o eucalipto acaba gerando no lote.

A busca pela melhoria nas condições de vida é o que mais pesa na adesão das famílias aos produtos do agronegócio. Com isso, é possível perceber que embora as famílias dediquem parte do lote para atividades rentáveis e representativas do agronegócio, as mesmas continuam se dedicando as atividades para garantir o autoconsumo.

Em geral, as famílias evitaram produções que estão mais ligadas ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, mas a produção de leite não é vista como parte desta cadeia produtiva ou como parte deste modelo de desenvolvimento. Para Fernandes (2009, p. 201):

> Pelo fato de o território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões; portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais.

As famílias embora resistam a [re]produzirem em seus lotes o modelo de produção do agronegócio, mas, com a falta de apoio para a sua viabilidade econômica, que acaba sendo gerado justamente pelo modelo de desenvolvimento para o campo da atualidade, influencia para que a realidade material condicione para a adesão e reprodução em pequenas escala da agricultura capitalista em seus lotes.

Aliada a isto há a influência dos aparelhos ideológicos que defendem e divulgam o agronegócio como a “bola da vez”, ou seja, é através deste que se terá viabilidade econômica no meio rural e, por conseguinte, melhoria na qualidade de vida. No capítulo

III vimos justamente o contrário: a agricultura camponesa é mais viável que o agronegócio.

Devido às dificuldades encontradas dentro do assentamento, dentro deste contexto, surgem alternativas como o caso da proletarização ou semiproletarização das famílias, seja prestando serviços dentro do próprio assentamento para receber diárias, seja em fazendas vizinhas ou até mesmo de pessoas que voltam para a cidade para conseguirem trabalhar por um período e investir parte deste dinheiro no lote.

Aqui deve ficar claro que alguns casos acontecem devido às famílias estarem no lote, mas não por terem sua situação toda regularizada para poder acessar alguns créditos a fim de desenvolverem atividades produtivas no lote sendo direcionado a buscar trabalho fora do lote como alternativa de sobrevivência momentânea.

O assentamento é um território dos Sem Terra, conforme já mencionado em Fernandes (1998, p. 33). Este território está em permanente disputa. Mesmo o assentamento sendo um território do Sem Terra e, portanto, possibilita ações de resistência e enfrentamento ao modelo de desenvolvimento capitalista para o campo, as saídas de trabalharem na cidade ou se proletarizarem por períodos têm como finalidade o fortalecimento da atividade produtiva no lote. Segundo Thomaz Junior (2008, p. 279):

> É o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho, no Brasil, portanto sua própria dinâmica geográfica, é o que nos permite compreender a realidade das famílias trabalhadoras camponesas, dos inúmeros contingentes de trabalhadores e trabalhadoras egressos dos centros urbanos, e que carregam em seu interior formações e conteúdos socioculturais distintos, mas que fazem espacializar o conflito de classes e criam/constroem por dentro do mesmo conflito os territórios da resistência.

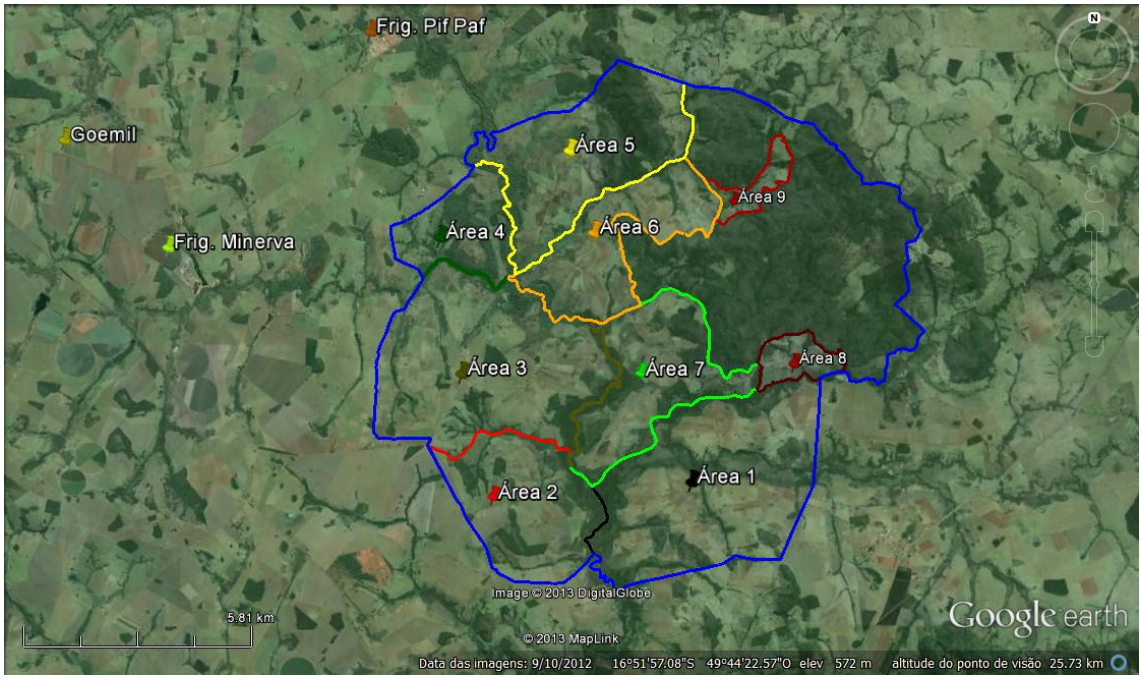
Estamos vivendo um momento de crescimento econômico no Brasil e isso faz com que muitas possibilidades de trabalho estejam disponíveis, em especial na construção civil. Ainda não há uma pesquisa específica, no caso do assentamento Canudos, mas parte considerável dessas pessoas que saem em busca de serviços temporários está ligada à construção civil.

Outra frente de trabalho são os frigoríficos instalados próximos ao assentamento que possibilitam às pessoas se deslocarem para o serviço e voltarem para trabalhar no lote e desenvolverem atividades produtivas ali também, como destaca figura 8.

Recentemente, está entrando no assentamento o ônibus para levar e trazer quem trabalha nos frigoríficos.

Em geral, o titular do lote permanece na parcela a explorando economicamente e o/a cônjuge vai trabalhar fora para complementar a renda familiar, ou então os filhos que cresceram e não encontram rentabilidade econômica dentro do assentamento. Conforme a assentada A.F., destacando as dificuldades de vida no assentamento:

> Eu acho que a principal é a questão da geração de renda, de ter renda monetária hoje da agricultura. Se você olhar a 20 anos atrás o agricultor ele vivia sem renda monetária praticamente. Hoje a modernidade é... Se tem a televisão, você tem uma antena parabólica, então, você tem acesso ao mundo todo, os seus filhos é... exige,trazque você não possa viver só. Não tem mais aquela coisa de viver da subsistência do assentamento. Parte da sua terra a questão do dinheiro mesmo. O mundo hoje exige que você... te empurra para que você tenha dinheiro para comprar coisa que não são só mais para subsistência. A alimentação hoje é muito simplório, muito básico, não satisfaz o ser humano, não vive mais só da barriga né? Então a questão do dinheiro, da renda monetária acho que é a principal contradição inclusive leva as pessoas a irem fora buscar renda monetária até que consegue produzir lá alguma coisa mas, o dinheiro ele vai buscar fora até mesmo por que o dinheiro tá fora não tá no assentamento ou na pequena propriedade. (entrevista concedida em 23/08/2013).



Mapa 5 – Assentamento Canudos e proximidade com frigoríficos

Fonte: Google Earth
Organização: Anacleto 2013

No assentamento, as famílias que ali estão se identificam com a luta pela conquista daquele território, o deslocamento para trabalhar fora do assentamento é realizado com as características de poderem ter um recurso a mais para investirem no lote ou até mesmo de garantirem a sobrevivência no mesmo. Diferente de ter apenas como um lugar de moradia, as famílias continuam produzindo em seus lotes, e assim, os têm como lugar de produção também.

Muitas das dificuldades encontradas para a instalação das famílias em definitivo no assentamento ou a sua viabilização econômica no mesmo ocorre em decorrência da influência do capitalismo no campo. A integração ao mercado como saída para as questões econômicas exercem muita influência ideológica nas famílias assentadas que acabam tentando reproduzir em seus lotes a mesma forma de produção do agronegócio. Assim, tentam plantar para atender a demanda do mercado, mas ao fazer isto não contam com créditos adequados. Não possuem máquinas ou implementos agrícolas e dependem de terceiros para fazer o plantio e colheita. Além disso, no momento da venda não têm preços assegurados. O que conseguem reproduzir é o monocultivo, o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos o que inviabiliza completamente a produção, devido a elevação do gasto e dependência com a produção. Não é este modelo de desenvolvimento que os camponeses precisam para se desenvolverem economicamente. Existem alternativas para o financiamento, produção assistência técnica, comercialização e industrialização, mas precisam ser aprimoradas, melhoradas e adequadas as diversas realidades que existem no Brasil.

5.5. O assentamento e os desafios produtivos na atualidade.

Produzir não é um dos maiores problemas, mas a comercialização da produção camponesa sim. Mesmo com a demanda por alimentação sendo alta na atualidade, sobretudo nos grandes centros urbanos, os assentados encontram dificuldades para escoar sua produção. Se o produto é parte da cadeia produtiva do agronegócio, como o milho, quando se vai comercializar o valor obtido com a venda quase que se equiparam aos custos de produção, ou ficam ainda abaixo dos custos. Trata-se de um produto que só tem viabilidade econômica para grandes escalas produtivas. Neste caso, o milho

cultivado pela agricultura familiar é para autoconsumo, alimentação animal ou para venda como milho verde. Se for comercializar hortifrutigranjeiros há uma dificuldade no circuito da produção, pois quem compra para revender, seja uma rede de supermercados ou para a realização de feiras, precisa de uma garantia de fornecimento permanente e não somente nos períodos da safra do produto. No entanto, se o camponês for vender diretamente ao consumidor encontram um conjunto de dificuldades que individualmente inviabiliza a produção e comercialização.

Somando a isso ainda existe a questão colocada aos assentados de ter que trabalhar em uma terra degradada pelo monocultivo ou pelo abandono, tendo um financiamento limitado e burocratizado e ainda falta de políticas de garantia de preço mínimo. Para o assentado R. S. as dificuldades encontradas na vida no assentamento pode ser caracterizada como:

> São muitas, a gente... o principal é o recurso financeiro. Principalmente finanças. A gente pega uma terra limpa e a verba que vem para a gente fazer é muito pouca para garantir a sobrevivência. Então, uma das partes principais seria a questão financeira, né? Por que por mais que o governo ajude a gente, mas a ajuda deles são muito pouca, né? Não da para chegar num... num... e montar a sua estrutura e começar a produzir nela para você ter retorno. Então antes de nós não tinha este PAA, Banco de Alimento, então era mais difícil. Agora começou a melhorar mais (entrevista concedida em 14/07/2013).

No assentamento Canudos algumas pessoas tentaram reproduzir a forma de trabalhar na terra que seus pais utilizavam, ou em alguns casos que os mesmos realizavam antes de migrarem para as cidades. Mesmo os que vieram do campo não aceitaram uma proposta de trabalho coletivo ou cooperado, embora no período do pré-assentamento muitas das produções foram realizadas devido ao trabalho cooperado. A forma de trabalhar, de tirar o sustento e o desenvolvimento econômico foi de forma individual. Conforme destaca o assentado A. K.:

> No período do pré-assentamento já tinha muita produção. [...] Aqui mesmo fizemos uma produção coletiva de abóbora e quiabo. Mais de um alqueire para vinte famílias. Produzimos bastante quase um ano dessa produção. No começo tinha uma ideia boa que era o coletivo. Ai depois foi dispersando as pessoas. Parece que o trabalho, o serviço foi aumentando e as pessoas dispersando, foi desmotivando. Às vezes foi a falta de formação do psicológico do assentamento. As pessoas foram se individualizando (entrevista concedida em 15/07/2013).

É importante ressaltar que o indivíduo, tendo posse da terra e disposição ao trabalho e/ou produção de alimentos, irá conseguir plantar e colher. Quando se chegam à terra e buscam desenvolver atividades produtivas, salvo alguma anomalia climática, as pessoas conseguem colher o resultado de seu trabalho.

No entanto, mesmo que se plante, que se cuide da plantação e obtenha uma boa colheita isto não significa que os assentados conseguirão vender seus produtos ou ter os preços de venda compatíveis com os custos de produção. Em especial quando é realizado de forma individual, a margem de lucro se torna pequena.

Desta forma, a grande maioria das famílias optou pela produção de leite como primeira fonte de renda, uma vez que esta simboliza uma renda mensal garantida. Outras se dedicaram ao cultivo de hortaliças, em sua maioria para o autoconsumo, outros em lavouras temporárias, em especial com a produção de milho.

O assentamento enquanto espaço de moradia para as famílias assentadas vinha cumprindo bem com esta função. No entanto, no aspecto da produção e reprodução da vida econômica e social enfrentava muitas dificuldades e vinha se perdendo devido às dificuldades em financiamento e, sobretudo, de garantia de comercialização dos produtos. Outro fator era a influência da cadeia produtiva do agronegócio que aparecia como algo lucrativo e vantajoso, a princípio, para os assentados.

Para romper com o cerco armado pela agricultura capitalista para retomar por completo o controle do território do assentamento, algumas famílias buscaram formas de pagar o financiamento e continuar fazendo parte do programa, mesmo com uma primeira experiência negativa em relação ao PAA. Para isto montaram associações, cooperativas, organizaram os grupos novamente e passaram a se especializar na produção voltada para o PAA, assim como para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A comercialização com o PNAE se torna mais difícil de ser realizada devido à padronização dos alimentos a serem entregues, assim como a quantidade e periodicidade dos mesmos. Embora seja o programa que possibilita o maior valor de comercialização por família ao ano, atender as exigências tem se tornado o entrave principal para a realização desta atividade. Conforme destaca o assentado B.V.:

> O PNAE é muito mal concebido no ponto de vista da logística, no ponto de vista de recolher os produtos na escola. A chamada publica é por escola, então às vezes a demanda de uma escola é muito pequena para uma comunidade. Se fosse só para um produtor não diria, mas esse produtor individualmente um pouco distante não conseguiria chegar lá individualmente também. Então o PNAE ele tem um problema grave de logística deveria... em cada cidade haver uma chamada pública por cada via ai, o Estado a prefeitura organizava a logística de distribuição nas escolas não o produtor ter que ir em cada escola, por que é muito pouco em cada lugar. E ai ele não consegue montar uma logística para isso. Fora a parte burocrática de documento que é de forma individual. Por que além de produzir tem que cuidar da parte burocrática. Todo ônus fica para o produtor. Tipo "nós compramos e o produtor se vira para entregar". O se vira não é bem assim. Típico do Estado que não compreende a agricultura familiar. (entrevista concedida em 23/08/2013)

O ingresso das famílias nesses programas possibilitou uma melhoria na qualidade de vida e, por conseguinte, na renda fazendo com que muitas famílias voltassem à produção diversificada, mesmo mantendo a produção leiteira.

5.6. O PAA como alternativa de emprego, renda e desenvolvimento social.

O PAA é uma importante fonte de rendimento para as famílias assentadas, assim como para todos os que se enquadram na modalidade de agricultor camponês que possuem uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Este programa tem como principal foco o de proporcionar a inclusão e desenvolvimento social, seja para as famílias camponesas que participam entregando os alimentos, sejam para as famílias ou indivíduos que recebem os alimentos e vem sendo objeto de estudo de muitos trabalhos que buscam analisar a questão agrária brasileira e sua influência no desenvolvimento sustentável no meio rural.

Sobre o PAA, é possível encontrar informações nos sites do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Conab dentre outros sites governamentais. Aqui será realizada uma breve contextualização do que é e como surgiu este programa conforme informações do MDS[7].

[7]Disponível em: http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar
Acessado em: 31/03/2013 as 06:56

O PAA, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura e base familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultura de base familiar e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura e de base familiar. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. O orçamento do PAA é composto por recursos do MDS e do MDA.

A execução do Programa pode ser feita por meio de cinco modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Compra Institucional.

O Programa vem sendo executado pelo Distrito Federal, estados e municípios conveniados com o MDS e pela Conab, empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. Para execução do Programa, a Conab firma Termo de Cooperação com o MDS e com o MDA.

Recentemente, a Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Essa Lei, por sua vez, foi regulamentada pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Dentre as principais inovações dos recentes normativos está a previsão de execução do PAA mediante Termo de Adesão, dispensada a celebração de convênio. Esse novo instrumento irá, aos poucos, substituir os atuais convênios, proporcionando maior continuidade e facilidade na execução do programa.

A nova forma de operação prevê a existência de um sistema informatizado, onde serão cadastrados todos os dados de execução pelos gestores locais, e a realização do pagamento pela União, por intermédio do MDS, diretamente ao agricultor familiar, que receberá o dinheiro por meio de um cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos do PAA. Pelo seu papel estratégico no combate à pobreza, o PAA é uma das ações que compõem o Programa Brasil Sem Miséria (BSM), em seu eixo Inclusão Produtiva Rural.

O Estado, através do PAA busca fazer a compensação social aos pequenos agricultores destinando recursos para que estes possam comercializar seus produtos com garantia de mercado e preço mínimo. Outro fator é estimular a produção voltada para atender aos grupos em situação de risco alimentar. Porém, os produtores devem obedecer um limite por DAP/família ano como demonstrado no quadro 6.

Segundo dados da Conab, as operações do PAA realizadas em 2010 envolveram recursos da ordem de R$ 401.973.869,00, sendo R$ 382.679.493,29 em aquisições, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e embalagens e R$ 19.294.375,71 em despesas operacionais, tais como: diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, obrigações tributárias e contributivas. O valor gasto na aquisição de produtos, R$ 379.735.466 possibilitou a comercialização de 225.895 toneladas de alimentos, produzidos por 94.398 famílias agricultoras pertencentes aos grupos do Pronaf.

Quadro 6 – Modalidades e Valores de Comercialização para o PAA – 2012[8]

Modalidade	**Fonte de Recursos**	**Executor**	**Forma de acesso**	**Valor máximo ano/agricultor**
Compra Direta	MDS/MDA	CONAB	Individual, Cooperativa, Associação e grupo informal	até R$ 8 mil
Formação de estoque pela agricultura familiar	MDS/MDA	CONAB	Cooperativa e Associação	até R$ 8 mil
Compra com doação simultânea	MDS	CONAB, Estado e Municipios	Individual, Cooperativa, Associação e grupo informal	até R$ 4,5 mil
Incentivo a produção e ao consumo do leite "programa do leite"	MDS	Estados no Nordeste e MG (norte)	Individual, Cooperativa, Associação e grupo informal	até R$ 4 mil

Fonte: Conab
Organização: Anacleto 2013

[8] Os valores praticados pelo PAA 2013/2014 são: Compra Direta – até 8 mil; Formação de Estoque – até 8 mil; Doação Simultânea – até 5,5 mil para operações individuais, até 6,5 mil por meio de organização fornecedora,até 8 mil quando for exclusivamente produtos orgânicos e/ou agroecológicos ou da sociobiodiversidade, até 8 mil quando pelo menos 50% dos fornecedores estiverem no Cadastro Único; PAA Leite – até 8 mil; e Compra institucional – até 8 mil.

Este programa, embora tenha valores considerados altos, ainda tem muito que ser melhorado se quiser ser um programa para contribuir no desenvolvimento sustentável dos camponeses, e não somente se configurar como uma política com característica assistencialista. Ainda com referência aos números divulgados de 2010, o valor médio recebido por cada família fica em R$ 4.022,70 ao ano.

Ao fracionar este valor como renda mensal seria algo em média de R$ 355,22 mês, sem contar com os custos de produção ainda. É importante este dimensionamento para que os dados não sejam pensados apenas na casa dos milhões ou bilhões de reais, pois, como já mencionado anteriormente, a grande maioria de pessoas no campo são os camponeses que trabalham e geram cerca de 70% do que vai para a mesa de cada trabalhador.

Desta forma, garantir uma renda mensal para cada família camponesa de R$ 355,22 através do PAA é algo muito pequeno quando um dos objetivos do referido programa é incentivar a agricultura familiar.

O que vale ser ressaltado é que embora o PAA tenha uma tabela de preços dos produtos sendo fixo e de acordo com o que é praticado no mercado, em geral há um limite de participação por DAP/família. A adesão ao PAA passa a ser menos burocrática, pois a compra dispensa as chamadas públicas e/ou licitações diretamente com os produtores, ou seja, cada família pode vender/entregar apenas a sua cota para o PAA. O restante da sua produção deve vender ao mercado, estando sujeito à variação de preços. Um fato a ser considerado é que a adesão ao PAA possibilita, ao menos, que as famílias consigam produzir e cobrir os custos de produção. Uma vez que para entregar ao PAA deve elaborar e cumprir com um projeto de produção preestabelecido.

Na tabela 10 é possível verificar os recursos destinados, o número de famílias que participam entregando alimentos, a quantidade de famílias beneficiadas e a quantidade de alimento adquirido.

Importante perceber que de 2003 a 2010 houve uma evolução no recurso aplicado no programa, assim como no número de agricultores participando do programa, com ressalva para o ano de 2009, quando houve queda no número de agricultores participando e de pessoas atendidas, mas com avanço na quantidade de alimentos adquiridos no mesmo ano.

Tabela 10 – Recursos aplicados pelo MDA e MDS de 2003 a 2010 – todas as modalidades do PAA nacional

Período	Recursos aplicados em milhões	Nº de agricultores familiares participantes	Nº de pessoas atendidas	Quantidade de alimentos adquiridos em toneladas
2003	R$ 144,92	42.077	226.414	135.864
2004	R$ 180,00	68.576	4.261.462	339.925
2005	R$ 333,06	87.292	6.450.917	341.755
2006	R$ 492,09	147.488	10.700.997	466.337
2007	R$461,06	138.900	14.512.498	440.837
2008	R$ 509,47	168.548	15.407.850	403.155
2009	R$ 591,03	137.185	13.028.986	509.955
2010	R$ 680,75	155.166	18.875.174	462.429

Fonte: MDS
Organização: Anacleto, 2013

No aspecto da participação do assentamento Canudos neste programa houve algumas resistências. Como mencionado anteriormente em 2003, as famílias participaram da modalidade Compra Antecipada da Agricultura Familiar fazendo com que muitos ficassem endividados e passaram a observar a evolução do PAA com receio ou impedidos de participarem por estarem inadimplentes junto a Conab. No entanto, nos últimos anos o número de famílias que estão aderindo ao programa vem crescendo consideravelmente, como será detalhado mais adiante, devido este programa apontar como uma alternativa a produção e comercialização de seus produtos.

Vendo a possibilidade de ter os produtos sendo comercializados com garantia de preço, um pequeno número de famílias, inicialmente, buscou junto à Conab a renegociação de suas dívidas. Fruto das reuniões e dos debates chegou-se ao entendimento que o pagamento fosse realizado em etapas e com os próprios alimentos produzidos, pois pagar em dinheiro seria algo mais difícil para as famílias que têm como principal fonte de renda o leite. Mesmo assim, uma grande maioria das famílias ficou com receio e não participou desta frente de ação, pois o medo era de não conseguir cumprir com o acordo.

Inicialmente, houve muitas dificuldades no sentido da produção e comercialização, pois a produção era toda concentrada em um único produto e de forma desorganizada, ou seja, quando uma família tinha um produto para ser comercializado, as demais também tinham o mesmo, uma vez que as produções eram realizadas

conforme o calendário agrícola e, assim, a colheita se dava no mesmo período. Isto ocasionou alguns conflitos internos que ao passar do tempo foi se resolvendo a partir da organização das próprias famílias.

Com o passar do tempo, as famílias começaram a planejar mais sua produção e organizar a mesma para que o maior número de pessoas pudesse ser contemplado com o programa. A partir do momento em que os resultados foram sendo apresentados para a comunidade, o número de participantes no PAA aumentou e possibilitou uma melhoria na renda das famílias, assim como na qualidade de vida. O principal foi o planejamento da produção e o retorno às lavouras, que tinham perdido espaço para o gado.

No entanto, como os recursos destinados para a comercialização através do PAA é consideravelmente baixo, a área a ser destinada para a produção de alimentos voltados para atender a demanda do PAA não necessita ser grande também. Por isso, a organização do que produzir e quando produzir contribuiu muito para que um maior número de famílias pudesse participar do programa. Conforme o assentado V. J. sobre a contribuição do PAA na melhoria da qualidade de vida:

> Contribuiu sim, com certeza contribuiu. Embora é pouca coisa né? Mas, já ajuda. Contribuiu em algumas partes. Embora ele é muito... ele é muito... Ele não é amplo, por exemplo, a questão do frango praticamente cortou. É a pessoa ainda produz, ainda existe ele, mas, se for para entregar no preço que ele tá hoje não funciona. Então é... Eu acho que deveria ser uma coisa mais ampla. Por exemplo, derivados do leite eles não pega, né? Então é complicado, eu acho que a maior produção é leite, né? Então acho que deveria abrir mais para a questão do leite (entrevista concedida em 15/07/2013).

A experiência com o frango *in natura* foi uma alternativa encontrada por muitas famílias para aderirem inicialmente ao PAA, pois o preço era bom e poderia entregar o mesmo vivo. Atendendo a exigências sanitárias, a Conab lança uma portaria onde o frango deveria ser entregue abatido e limpo, o que exigiria a estruturação de um abatedouro dentro da legalidade, ou seja, teria um custo financeiro e ainda levaria um tempo para esta operacionalização. No entanto, o preço pago ao produtor continuava sendo o mesmo, o que fez com que muitos deixassem de participar do PAA ou migrassem para outro tipo de produto.

Como a cadeia produtiva principal ainda é o leite no conjunto das famílias assentadas, em setembro de 2008, em um relatório elaborado pela visita técnica de

servidores do INCRA ao assentamento, foi possível constatar que os assentados dispunham de 4.999 cabeças bovinas e entregavam em média 5.000 mil litros de leite ao dia. Importante ressaltar que este período é considerado por muitos como de pouca produção de leite por ser um período de seca, quando diminuem as áreas de pastagem. No entanto, com o PAA, aos poucos a paisagem do assentamento vem mudando como destaca as figuras 4 e 5. As lavouras temporárias, as hortaliças, o processamento de alguns produtos (polpa de fruta, bebida láctea, rapadura, dentre outros) e criação de pequenos animais vem aumentando para atender às demandas do PAA, onde algumas famílias entregam para a modalidade Compra com Doação Simultânea em duas frentes: individual no Banco de Alimentos de Goiânia; e através das associações ou cooperativas para as entidades cadastradas.

Conforme alguns dados levantados e disponibilizados pela Conab a participação dos assentados vem aumentado junto ao PAA. No ano de 2011 foram 109 famílias envolvidas e no ano de 2012 este número passou para 181 famílias. A dificuldade de precisar o número efetivo de famílias que participam e os recursos movimentados está na questão de uma parte ser feita diretamente com a Conab e outra com a prefeitura de Goiânia, sendo que os dados não disponibilizados se referem à segunda questão.

No assentamento, a comercialização dos produtos junto à Conab é realizada por duas associações e uma cooperativa. Há outra associação e uma cooperativa iniciando, mas que não é possível, ainda, contabilizar seus associados e sua produção/comercialização.

Figura 4 – Plantação de mandioca e ao fundo pasto
Anacleto 2013

Figura 5 – Plantação de arroz – lavoura comunitária em área coletiva
Anacleto 2014

Conforme os dados disponibilizados pela Conab, a Associação dos Produtores do Assentamento Canudos em Palmeiras de Goiás (ASPAC) comercializou no ano de 2012 um valor de R$ 141.790,00, sendo que foram 32 famílias fornecedoras de 24

produtos, tendo destaque o milho verde, sendo entregue 14.092 kg e a rapadurinha, entregues 2.100kg. O público beneficiado foi de 5.802 pessoas representadas por 20 entidades, todos eles pertencentes ao município de Palmeiras de Goiás. Esta associação busca convergir as famílias do assentamento localizadas no município de Palmeiras de Goiás em especial, mas que tem abertura para que outras famílias possam aderir e entregar seus produtos via esta associação. Para este ano (2013) já são mais de 78 famílias que estão com projeto junto a ASPAC, ou seja, um aumento significativo que possibilitará mais renda para mais famílias. No entanto, os desafios apontados para o conjunto das famílias ainda se configura na organização da produção para a realização da comercialização através do PAA. Abaixo quadro de produtos entregues pela ASPAC:

Quadro 7 – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea no ano de 2012 – ASPAC

Produto	**Quantidade**	**Unidade**	**Valor R$/unid.**	**Valor total**
Abacate	2.500	Kg	1,80	4.500,00
Abobrinha (brasileirinha)	6.554	Kg	1,50	9.831,00
Alface	2.790	Kg	3,33	9.290,70
Banana Maça	3.553	Kg	1,97	6.999,41
Banana Prata	1.744	Kg	1,80	3.139,20
Bebida Láctea/iogurte	1.284	Kg	3,50	4.494,00
Cenoura	2.687	Kg	1,60	4.299,20
Couve	805	Kg	4,33	3.485,65
Doce de leite em barra	642	Kg	7,00	4.494,00
Doce de leite pastoso	314	Kg	7,00	2.198,00
Farinha de mandioca	819	Kg	2,50	2.047,50
Mamão Papaia	4.090	Kg	1,10	4.499,00
Maracujá	1.000	Kg	2,00	2.000,00
Milho verde	14.092	Kg	1,80	25.365,60
Melancia	2.854	Kg	0,90	2.568,60
Ovos de galinha	1.167	Dúzia	3,00	3.501,00
Pepino	1.166	Kg	1,20	1.399,20
Polpa de frutas	454	Kg	5,50	2.497,00
Queijo caseiro	575	Kg	8,00	4.600,00
Queijo – Minas Frescal	424	Kg	7,00	2.698,00
Raiz de mandioca	5.923	Kg	1,10	6.515,30
Rapadurinha	2.100	Kg	10,00	21.000,00
Repolho	999	Kg	1,00	999,00
Rosquinha	1.011	Kg	9,00	9.099,00
Total	**59.547**	**Kg**		**141.790,36**

Fonte: Conab
Organização: Anacleto, 2013

A Cooperativa Mista de produção Agropecuária Familiar (COOMPRAF), que comercializou entre 2012 e junho de 2013 R$ 355.024,45, sendo que foram 74 famílias fornecedoras de 22 produtos, tendo destaque o milho verde e a raiz de mandioca, sendo entregues 49.603kg e 31.708kg respectivamente. O público beneficiado foi de 1.537, pessoas representadas por 06 entidades de cinco municípios: Guapó, Trindade, senador Canedo e Goiânia. Esta cooperativa representa mais as famílias assentadas dos municípios de Campestre de Goiás e de Guapo.

No entanto, ela tem um caráter de abrangência estadual, o que a faz credenciada a atuar junto a outras famílias, tanto de outras organizações como de outros assentamentos para realizar a comercialização junto ao PAA. Abaixo quadro de produtos comercializados pela COOMPRAF:

Quadro 8 – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea no ano de 2012 – COOMPRAF

Produto	**Quantidade**	**Unidade**	**Valor R$/unid.**	**Valor total**
Abóbora (moranga)	6.875	Kg	0,90	6.187,50
Abobrinha (brasileirinha)	10.503	Kg	1,50	15.754,50
Alface	6.314	Kg	3,33	21.025,62
Banana Maça	6.676	Kg	1,97	13.151,72
Banana Marmelo	3.746	Kg	1,40	5.244,40
Beterraba	12.378	Kg	1,75	21.661,50
Cheiro verde	4.990	Kg	4,80	21.552,00
Cenoura	19.806	Kg	1,60	31.689,60
Couve	2.003	Kg	4,33	8.672,99
Laranja	1.143	Kg	1,40	1.600,20
Limão	1.651	Kg	1,29	2.129,79
Mamão	800	Kg	2,00	1.600,00
Maracujá	2.398	Kg	2,00	4.796,00
Milho verde	49.603	Kg	1,80	89.285,40
Melancia	10.179	Kg	0,90	9.161,10
Polpa de Frutas	5.232	Kg	5,50	28.776,00
Raiz de mandioca	31.708	Kg	1,10	34.878,80
Rapadurinha	3.080	Kg	10,00	30.800,00
Repolho	960	Kg	1,00	960,00
Rúcula	550	Kg	2,00	1.100,00
Tangerina Ponkan	2.391	Kg	1,63	3.897,33
Total	**183.586**	**Kg**		**355.024,45**

Fonte: Conab
Organização: Anacleto, 2013

A Associação dos Produtores da Reforma Agrária de Canudos no Estado de Goiás (ASPRAEG) comercializou no ano de 2012 um valor de R$ 310.210,10, sendo que foram 69 famílias fornecedoras de 31 produtos, tendo destaque o frango caipira e o

milho verde, sendo entregues 21.832 kg e 13.748kg respectivamente. O público beneficiado foi de 2.979 pessoas representadas por 09 entidades de seis municípios: Guapó, Campestre de Goiás, Senador Canedo, Santo Antônio de Goiás e Goiânia. Esta associação representa algumas famílias do município de Campestre de Goiás e de Guapó, embora no município de Guapó tenha uma associação, a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Canudos, esta não tem registro de comercialização junto à Conab. Outro elemento a ser destacado é que esta associação foi a primeira a buscar a comercialização junto ao PAA, o que serviu de referência às demais. Abaixo quadro de produtos comercializados pela ASPRAEG:

Quadro 9 – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea no ano de 2012 – ASPRACEG

Produto	**Quantidade**	**Unidade**	**Valor R$/unid.**	**Valor total**
Abóbora (moranga)	3.888	Kg	0,90	3.499,20
Abobrinha (brasileirinha)	7.063	Kg	1,50	10.595,50
Açúcar Mascavo	1.071	Kg	4,20	4.498,20
Açafrão	237	Kg	8,50	2.014,50
Alface	7.100	Kg	3,33	2.130,00
Banana Maça	7.145	Kg	1,97	14.075,65
Banana Marmelo	3.820	Kg	1,40	5.348,00
Bebida Láctea Iogurte	793	Kg	3,15	2.497,95
Beterraba	5.822	Kg	1,75	10.188,50
Cheiro verde	18.327	Molho	0,60	10.996,20
Cenoura	4.945	Kg	1,60	7.912,00
Couve	4.344	Maço	1,30	5.647,00
Farinha de mandioca	687	Kg	2,50	1.717,50
Frango caipira	21.832	Kg	7,00	152.824,00
Jiló	345	Kg	2,00	690,00
Limão	387	Kg	1,29	499,23
Maracujá	2.368	Kg	1,90	4.499,20
Milho verde	13.748	Kg	1,60	21.996,80
Melancia	5.888	Kg	0,90	5.299,20
Mostarda	454	Kg	1,10	499,40
Ovos de galinha	860	Dúzia	2,90	2.494,00
Pepino	150	Kg	1,20	180,00
Polvilho	375	Kg	2,50	937,00
Quiabo	666	Kg	1,50	999,00
Raiz de mandioca	4.998	Kg	1,10	5.497,80
Rapadurinha	2.225	Kg	10,00	22.250,00
Rabanete	461	Kg	1,00	461,00
Rosquinha	62	Kg	8,00	496,00
Rúcula	1.500	Kg	2,00	3.000,00
Tempero completo	166	Kg	3,00	498,00
Tomate	699	Kg	1,43	999,57
Total	**98.155**	**Kg**		**310.210,10**

Fonte: Conab
Organização: Anacleto, 2013

Como é possível perceber, essas 175 famílias movimentaram R$ 807.024,91 em um período de um ano, pois a cooperativa inicia suas atividades em meados de 2012. Somado as esse produtos entregues para a Conab, 73 famílias (algumas estão no grupo das 175 famílias que entregaram seus produtos via associações ou cooperativa) comercializaram no ano de 2012, junto ao Banco de Alimentos de Goiânia, R$ 285.168,82. Esses produtos foram entregues de forma individual, ou seja, mesmo que a produção ou o transporte fosse organizado de forma cooperada, mas o contrato foi e é individualizado e, como dito anteriormente, isso dificulta saber o que cada produtor entregou e quantidade de produtos entregues.

Desta forma, o valor comercializado com as famílias do assentamento Canudos junto ao PAA no ano de 2012 alcançou a cifra de R$ 1.092.193,73. Um incremento na renda e na produção das famílias muito significante e que tende a ser ampliado e melhor organizado.

No entanto, alguns problemas são encontrados nesse aspecto de comercialização que acaba prejudicando algumas famílias. Inicialmente, por falta de um melhor planejamento, muitos assentados perderam parte dos investimentos, principalmente com a estrutura para a criação de frangos. Outros problemas ocasionaram a desmotivação por parte de algumas famílias como, por exemplo, ter o produto e não conseguir comercializar por causa da burocracia da execução PAA ou de ser inviabilizado por questões da exigência da vigilância sanitária. Outro fator considerado ruim por parte das famílias é a demora em se realizar o pagamento dos produtos entregues.

No caso da compra com doação simultânea junto a Conab, muitas entidades buscam os produtos diretamente nos lotes dos produtores, exonerando o produtor com o custo do transporte. Já na modalidade do Banco de Alimentos de Goiânia o produtor deve levar os produtos em Goiânia ao centro de distribuição do Banco de Alimentos. Desta forma, além do custo com a produção o assentado tem que custear o frete para levar seus produtos e ainda esperar, em alguns casos mais de um ano para receber.

Porém, as famílias que participam deste programa ainda consideram que contribuiu para a melhoria na qualidade de vida dos mesmos, para o assentado R. S.:

> Melhorou muito, igual citei antes, a questão financeira da gente sempre vinha mais da do leite, e o leite é uma coisa variável. Nas águas da uma coisa e na

> seca não tem como investir para ter uma alimentação adequada para as vacas. Então você acaba na época da seca tendo muita dificuldade com a questão financeira e com estes programas deu bem para dar uma estabilizada no período da seca. Então acho que para todo mundo, então melhorou muito (entrevista concedida em 14/07/2013).

Sendo assim, é possível perceber que a adesão das famílias a este programa possibilitou uma melhoria na qualidade de vida. Muitos passaram a reestruturar sua produção, investir no lote, na casa, adquirir bens de consumo, dentre outros. Além de atenderem ao PAA com sua produção, o excedente passa a ser destinado a feiras, vendas diretamente na cidade ou para o auto consumo. Segundo a assentada M. A., proveniente do município de Paranaiguara, a sua produção foi organizada a partir da inserção no PAA: “a horta e a roça é para entregar mesmo. Assim, achei o preço muito bom que a Conab paga... na tabela da Conab que nos oferece. Então é uma oportunidade de agente escoar a produção e tem um bom preço.” E ainda destaca:

> Depois que a Conab, a associação, o movimento nos trouxe, nos apresentou a Conab para dentro aqui que eles estão comprando nossos produtos, melhorou para várias pessoas. Por que agora tem como a gente escoar a nossa produção, mesmo sendo pouca, mas tem. Não fica a desejar (entrevista concedida em 21/08/2013).

A contribuição da produção organizada e direcionada para um mercado proporciona, também, a geração de excedentes que as famílias se organizam e se mobilizam para realizarem doação de alimentos em jornadas de lutas no MST. Pode ser difícil para um assentado ficar por um longo período participando de um luta ou mobilização, mas para doar parte da sua produção para contribuir na alimentação dos que estão realizando as ações e negociações é mais fácil e, desta forma, contribui também para a atividade dando continuidade à luta iniciada ainda no período do trabalho de base, a fim de alcançar os objetivos ali exposto: terra, reforma agrária e transformação social.

Dessa forma, o enfrentamento e resistência pelo controle do território, dão-se pela capacidade de produção e comercialização dos produtos das famílias assentadas no assentamento Canudos. A territorialização material e concreta, ou seja, a retomada da área do assentamento nas mãos de uma única pessoa se torna impossível devido os lotes de reforma agrária não poderem ser passíveis de comercialização. Resta ao agronegócio influenciar e direcionar a produção no território dos Sem Terra que, se vendo sem

alternativas produtivas e econômicas, acabam cedendo o controle de seu território ao agronegócio. No entanto, mesmo reproduzindo o modelo de desenvolvimento do agronegócio continuam com seus “quintais” produzindo para o autoconsumo e o excedente para a venda, característica própria da agricultura camponesa. Assim, o agronegócio passa a retomar o território quando é reproduzido seu modelo de desenvolvimento.

A partir do momento em que as famílias têm acesso a políticas públicas adequadas que contribuem na produção e comercialização de seus produtos estes voltam a retomar o seu território e ter controle sobre ele, deixando o modelo do agronegócio em segundo plano. Portanto, muitas das alternativas apontadas para o desenvolvimento econômico das famílias assentadas eram apresentadas pelos próprios representantes do agronegócio como única saída. Sem a visualização de outra proposta as famílias acabavam aderindo a este modelo. Contudo, a partir do momento que surge o PAA como algo concreto e viável as famílias passam a ter com sua prioridade e a integrá-lo desenvolvendo uma geração de renda e qualidade de vida, o que era buscado desde o início da luta com o acampamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra tem início no Brasil com a chegada dos europeus e o processo de colonização, pois a terra que pertencia a muitos (índios) passa a pertencer a poucos (Coroa de Portugal). Assim, em uma perspectiva mais geral, é possível perceber que a formação agrária brasileira sempre foi, no passado e continua no presente, baseada em um modelo de concentração da terra nas mãos de poucos. A luta, resistência, alternativas ou adesão ao modelo de desenvolvimento implementado pela classe dominante estiveram sempre presentes no campo, em uma dualidade de latifundiários/capitalistas e camponeses.

A formação política, econômica, social e cultural da sociedade goiana foi fundada com base nas grandes fazendas. A disponibilidade de terra proporcionou o surgimento de grandes latifúndios que se dedicaram principalmente à pecuária extensiva. Junto a essas fazendas estavam as famílias camponesas que tinham somente a posse da terra utilizada ou agregados e trabalhadores dessas fazendas.

Embora houvesse esta grande disponibilidade de terras durante a formação do território do estado de Goiás, não é possível imaginar em uma sociedade sem muitos conflitos. O conflito de interesses entre os latifundiários e os camponeses fazia com que ocorressem disputas pela posse/propriedade da terra. Para solucionar a estes impasses as famílias camponesas eram expulsas para outras localidades mais ao interior, cumprindo com um importante papel de desbravar novas terras a serem apropriadas posteriormente pelos latifundiários grileiros.

Com a Lei de Terras de 1850 a terra passa a ser uma propriedade privada sendo legitimada a compra e venda, mas isto não motivou a maioria dos proprietários em

regularizar suas fazendas devido aos altos custos para a demarcação das mesmas. Os conflitos pela terra alcançam maior intensidade com o início das obras de infraestruturas pelo estado de Goiás, a partir do início do século XX, e com a política do governo federal de interiorização. A chegada das infraestruturas (estrada de ferro, rodovias, construção de uma nova capital, etc.) faz a terra ser mais valorizada e despertam interesses no conjunto da sociedade. Inicia-se a apropriação de terras devolutas, que era feita através da falsificação de documentos junto a cartórios e poderes locais para legitimar uma determinada propriedade de terra em nome de uma pessoa, família ou até mesmo empresa e, com isso, legitimar a expulsão das famílias camponesas de suas posses. Este processo ficou conhecido como grilagem de terras.

Esta forma específica de apropriação da terra fez com que a estrutura fundiária no Brasil fosse altamente concentradora. O Brasil se projeta no cenário econômico internacional como um grande produtor agrícola e de matérias primas, isto desde o processo de colonização. Para isto a classe dominante teve a terra como um poder econômico, político e social e esta simbologia não poderia ser compartilhada com os camponeses que deveriam cumprir com o papel de serem mão de obra disponível, tanto para os latifundiários como para os emergentes centros urbanos.

O desenvolvimento capitalista no Brasil é carregado de especificidades. Uma delas é que os próprios proprietários de terra se tornaram os desenvolvedores do capitalismo industrial, ou estiveram em parceria com os mesmos. Assim, o processo de "desenvolvimento" industrial brasileiro não alterou a estrutura agrária e fundiária, pelo contrário, buscou manter e ampliar a concentração da terra.

Goiás, como parte do interior brasileiro, teve a formação e conformação do seu território marcado basicamente pela estrutura agrária concentradora. Assim, com o início dos conflitos pela terra entre latifundiários grileiros e camponeses, a estrutura política buscou sempre se posicionar ao lado dos grandes proprietários. As alternativas apontadas para as famílias camponesas eram a migração para os centros urbanos ou buscar formas de se organizarem para resistir às investidas do capital através dos latifundiários, seja de forma isolada ou mais organizada, através de associações, sindicatos ou outras organizações.

A classe dominante, historicamente, buscou reprimir ou cooptar as lideranças das lutas de resistência, mas nem sempre obtiveram sucesso. Experiências de lutas, de

enfrentamento e contestação ao modelo de desenvolvimento capitalista para o campo influenciaram na continuidade da organização dos camponeses. Existiram diferentes tipos de organizações e/ou movimentos que buscavam organizar os camponeses a fim de resistirem frente à classe dominante.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um continuador desta organização dos camponeses e da luta pela terra; das lutas messiânicas (Canudos e Contestado), das lutas radicais localizadas (Trombas e Formoso) e das lutas organizadas (Ligas Camponesas, Master). O surgimento do MST se faz em um contexto histórico específico. O êxodo rural provocado pela Revolução Verde a partir de meados da década de 1950 fazia com que os centros urbanos não conseguissem dar resposta econômica as pessoas aumentando a pobreza, a violência e o desemprego. No campo, havia um grande número de trabalhadores desempregados ou sendo expostos a longas e árduas jornadas de trabalhos sem nenhuma garantia trabalhista. Somado a isto, o país vivia um regime político também centralizador através da ditadura militar implementada a partir de 1964, que tiravam vários direitos das pessoas, entre eles a liberdade de expressão; de se organizar em partidos políticos ou sindicatos de oposição; de escolher os representantes da sociedade no Estado (câmaras, assembleias, senado e governos); dentre outros.

Este contexto econômico, político e social fez a questão agrária voltar a ser foco de debates na sociedade. Durante o período da ditadura militar – 1964 a 1984, esteve em curso no Brasil uma política de colonização das áreas de fronteira agrícola, assim como da Amazônia Legal, mas que não respondia as demandas sociais pelo acesso à terra por se tratar de áreas longe dos centros urbanos. Com o processo de redemocratização, o governo continua com as políticas de colonização e a política de assentamento para conter os conflitos e a luta pela terra. Importante destacar que o processo de interiorização e de expansão da fronteira agrícola foi realizado, em geral, por famílias camponesas que desbravavam as matas fechadas e deixavam a terra apta a ser cultivada. Após este processo de “amansamento” da terra surgiam os latifundiários grileiros, ou empresas que expulsavam as famílias camponesas, em geral de forma violenta e sem indenização, ou incorporavam algumas para cuidar da fazenda e continuar a lida com a terra agora pertencente a uma única família ou grupo de pessoas.

Buscando uma nova configuração no campo e uma aparência modernizadora, aos poucos a figura do latifundiário vai desaparecendo no contexto agrário e surgindo a figura do fazendeiro do agronegócio. O latifundiário grileiro deve desaparecer neste contexto de um mundo globalizado, principalmente, aquele violento e considerado atrasado da década de 1980, sendo representado pela União Democrática Ruralista, que se armava para defender suas propriedades dos camponeses posseiros. Em seu lugar surge o novo fazendeiro adepto e defensor do agronegócio. Este "novo" fazendeiro é visto como moderno e dinâmico imprescindível para o desenvolvimento econômico do Brasil, justamente o oposto dos latifundiários. No entanto, o que ocorreu no campo foi uma modernização e, com isso, a transformação dos latifundiários grileiros em representantes do agronegócio, ou seja, quem está no agronegócio hoje são os mesmo que estavam na UDR na década de 1980.

No entanto, não se pode compreender o agronegócio apenas pela "modernização" dos latifundiários grileiros do passado. Para entender esta composição é preciso levar em consideração os representantes do capital financeiro, industrial e comercial que se unem em um projeto de desenvolvimento para o campo baseado em um pacote tecnológico mais agressivo que o iniciado com a Revolução Verde.

Para proteger as suas propriedades das lutas pela reforma agrária os latifundiários se organizaram para participar da Assembleia Constituinte de 1988 através da UDR. Hoje há a bancada ruralista, que trabalha para o avanço do agronegócio em varias frentes como, por exemplo: alteração do código florestal, criminalização de Movimentos e/ou organizações de luta pela terra; redução nas áreas de terras indígenas; ampliação do crédito; maiores subsídios à produção de commodities, renegociação das dividas, dentre outras.

Assim, o modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio não se sustenta por si próprio. É preciso uma injeção de recursos (públicos) para que se viabilize, mesmo se dedicando à produção de *commodities*. Este modelo agravou mais ainda o aumento do preço dos alimentos, pois é deixado de produzir alimentos básicos, ou de primeira necessidade para produzir o que tem melhores cotações no mercado e, por conseguinte, proporcionou o aumento da fome no mundo.

Conforme dados da Conab, a agricultura camponesa produz e comercializa, através do PAA, cerca de 297 produtos enquanto as principais *commodities* produzidas

pelo agronegócio não passam de cinco. Esta ilustração contribui para uma compreensão dos modelos de desenvolvimento para o campo defendido pela agricultura camponesa e pelo agronegócio. De um lado, está a diversificação de alimentos e, que principalmente, leve em consideração os hábitos alimentares regionais ou locais. Do outro, está a padronização da alimentação com o discurso de ser possível se especializar em um determinado produto e conseguir maior produção e produtividade, mesmo que a custa do uso cada vez em maior quantidade de insumos químicos e agrotóxicos.

Quem determina o que plantar e concentra lucro da venda dos alimentos, sejam estes produzidos pelo agronegócio ou pela agricultura camponesa, são as empresas transnacionais. Estas colocam à disposição um pacote tecnológico para os produtores no campo controlando as sementes, insumos, agrotóxicos, e a comercialização dos produtores. As empresas ao controlarem este ciclo produtivo não permite que seja realizada uma produção diversificada de alimentos, assim como, a distribuição de renda e riquezas para que mais pessoas possam comprar os alimentos ou outros produtos que estão sendo produzidos.

Quanto ao meio ambiente o modelo defendido pelo agronegócio se demonstra altamente nocivo. Suas ações influenciaram na alteração do código florestal, reduzindo as áreas destinadas à reserva legal, a fim de aumentar a área plantada, assim como a utilização em grande escala de agrotóxicos nas lavouras. Portanto, para o agronegócio continuar se desenvolvendo é preciso uma representação política para defender este modelo junto à sociedade, direcionar recursos a este setor ou garantir a renegociação (perdão) das dívidas junto aos financiadores público.

Como parte do enfrentamento e de denúncia a este modelo, o MST realiza a luta em várias frentes de atuação. Uma delas é a realização de acampamentos. O MST ao realizar um acampamento e ocupar um latifúndio se propõe a fazer o enfrentamento direto a este modelo de desenvolvimento capitalista baseado na concentração de terra. A luta do acampamento Canudos que se inicia no dia 06 de outubro de 1997 foi um marco na luta pela terra em Goiás e para o próprio MST. A fazenda pertencia a uma família que esteve na presidência da UDR por um período sendo a sede da fazenda palco de reuniões desta entidade. Assim, o marco da luta pela terra é simbolizado pelos camponeses, disputando o controle de um território do latifúndio tradicional de Goiás.

Como parte do enfrentamento e pelo controle do território os Sem Terra realizaram cinco ocupações entre outubro de 1997 a dezembro de 1999. Com uma capacidade de mobilização grande devido ao número de famílias acampadas, que chegou a mais de quatro mil pessoas, e de apoio por parte da sociedade que via a legitimidade da luta pela terra, o acampamento cumpriu com o importante papel de projetar militantes para dar continuidade ao trabalho de base e a formação de outros acampamentos no estado.

É partir deste acampamento que o MST começa a se espacializar em Goiás. Anteriormente as lutas, acampamentos e assentamentos eram concentrados na região da cidade de Goiás. Após a formação do acampamento, dos estudos e formações realizadas com as famílias houve a projeção de militantes que realizavam o trabalho de base e a formações de outros acampamentos ampliando a luta pela terra e o enfrentamento ao capital.

Desta forma, compreender a trajetória das famílias do acampamento Canudos é continuar a análise da luta pela terra em Goiás. A partir deste acampamento surgiram lideranças que contribuíram na articulação e organização do MST, mas que também saíram/desistiram e fundaram outros movimentos e organizações de luta pela terra. Atualmente o MST tem sob sua coordenação 17 acampamentos com 1427 famílias e 42 assentamentos que tiveram o início da luta organizado pelo Movimento e que de alguma forma estão vinculados à estrutura organizativa, totalizando 2.486 famílias.

Analisar a trajetória das famílias do assentamento Canudos e suas conflitualidades é levar em consideração dos debates interpretativos dos paradigmas. Desta forma, ao analisar as diferentes correntes interpretativas para a questão agrária na atualidade nos deparamos com dois paradigmas; O Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário.

Conforme já destacado em Fernandes (2008), o PQA tem como foco de análise o campesinato em suas singularidades e buscar o desenvolvimento dos mesmos compreendendo suas adversidades e realidades distintas. O PCA tem como foco o desenvolvimento do campo a partir da integração e subordinação a lógica de funcionamento do mercado, transformando os camponeses em agricultores familiares integrados ao agronegócio.

Contudo, ainda se faz necessário considerar o papel da política no cenário agrário também. O uso da política é muito utilizado para poder conter os conflitos agrários, seja através de recursos ou mecanismos que possam conter a pressão social e assegurar o direito jurídico da propriedade privada. Importante considerar, também, que a política seja utilizada, em sua grande maioria, para beneficiar os segmentos da classe dominante. Já para a classe dominada são realizadas ações paliativas para amenizar os conflitos existentes. Dentro das correntes interpretativas dos paradigmas agrárias a política passa a ser um instrumento importante para direcionar ações aos diferentes grupos ligados ao campo.

Assim, a política cumpre com o papel de ser a mediadora dessas interpretações, desenvolvendo políticas públicas adequadas, segundo suas análises interpretativas, aos agricultores de base familiar. Uma destas políticas é a criação do Pronaf que advém das análises e políticas desenvolvidas segundo as intencionalidades do PCA. Este pode ser um dos motivos que o Pronaf não atende a demanda de toda a agricultura camponesa, principalmente os assentados de reforma agrária. Os créditos são pulverizados e segue um conjunto de regras e normas que acaba engessando o recurso e sua aplicação.

Quando os assentados chegam a seus lotes encontram, em geral, uma terra degradada deixada pelo antigo proprietário e precisam retirar do montante do crédito financiado (Pronaf) para fazer a correção do solo, cercas, algumas infraestruturas básicas e, ainda, investir em matrizes produtivas. O Pronaf passou a ser uma política pública instituída para atender a demanda de financiamento da agricultura camponesa, mas se demonstra ineficiente, principalmente se levar em conta a assistência técnica contida no pacote do financiamento.Somente a título de ilustração, o valor direcionado à prestação da assistência técnica continua o mesmo de dez anos atrás, ou seja, R$ 1.500,00 por família durante os anos de vigência do projeto. Algo insuficiente e inadequado para proporcionar uma prestação de serviço adequado para a orientação das famílias a pensar, planejar e acompanhar o desenvolvimento produtivo das famílias assentadas.

Em muitos casos os assentados acabam realizando parcerias que os aprisionam no próprio lote e em uma única cadeia produtiva. Essas parcerias realizadas com produtores da região faz com que o território sob controle dos Sem Terra passe a fazer parte da expansão do agronegócio novamente, buscando deter o controle do território

dos assentados. No entanto, essas ações de buscar apoio são necessárias devido à dificuldade em ter acesso a créditos, ou até mesmo de pagar os financiamentos, uma vez que a sua produção não consegue concorrer com a produção do agronegócio e, assim, vendem seus produtos quase que somente para pagar os custos de produção.

Algumas famílias vêm de uma realidade urbana e isto os distanciou de certa forma da lida com a terra. Quando chegam ao assentamento buscam reproduzir as formas de trabalho e manejo da terra que seus pais ou em alguns casos os próprios realizavam no campo. Porém, com a intensificação do desenvolvimento tecnológico no campo, houve mudanças significativas nas atividades produtivas e não é possível reproduzir o modelo de produção a que estavam acostumados anteriormente. Outro fator é, como já mencionado anteriormente, a assistência técnica prestada às famílias. Em sua maioria os técnicos não conseguem atender as demandas dos assentados, que acabam realizando mais o trabalho de elaborar projetos e solicitar a Declaração de Aptidão ao Pronaf, do que realmente contribuir no auxilio técnico produtivo das famílias. Somada a estas dificuldades ainda se tem a dificuldade em comercializar os produtos, muito presenciada no assentamento Canudos. O principal dilema e conflitualidade das famílias, em um primeiro momento, é produzir e comercializar estes produtos. A primeira parte as famílias conseguiram realizar com relativo êxito apesar das dificuldades. Porém, o segundo desafio fez com que algumas famílias não conseguissem obter êxito e, com isso, iniciasse a dificuldade de estabelecer um ciclo produtivo em seu lote.

No entanto, o PQA também influencia na elaboração de outras políticas públicas. Desta forma, o PAA segue mais próximo das intencionalidades do PQA, embora faça parte de um programa maior do governo federal que é o Brasil Sem Miséria. Percebendo a dificuldade na comercialização dos produtos da agricultura camponesa, é lançado um programa para atender essa demanda, garantindo um preço mínimo praticado pelo mercado a essas famílias. Além de comprar da agricultura camponesa, o governo doaria estes produtos para a população em risco alimentar ou entidades sem fins lucrativos. Uma das linhas de atuação busca beneficiar as comunidades dos Territórios da Cidadania.

Para as famílias assentadas no Canudos este programa chegou em um momento fundamental para a viabilização econômica das mesmas. Embora o início tenha sido

tímido e protagonizado por um pequeno grupo de famílias pertencente a uma associação dentro do assentamento, à medida em que os demais foram vendo os resultados, buscaram planejar a sua produção e aderirem ao PAA. Atualmente, as famílias já conseguem realizar um planejamento mais concreto tanto para a produção, comercialização e renda de seus produtos.

A produção camponesa, quando se há políticas públicas que garanta a comercialização de seus produtos, se torna mais diversificada e fortalecida. Esta diversificação contribui para um melhoramento e ampliação na variedade dos produtos consumidos tanto pelas pessoas nas cidades como pela própria família camponesa. Com a adesão ao PAA aumentou o número de "quintais" produtivos no assentamento que contribuiu, por sua vez, no aumento da renda das famílias e, assim, um melhoramento na qualidade de vida das mesmas.

O assentamento passa a cumprir com seu papel em definitivo; ser um espaço de produção e reprodução da vida. Com a garantia de comercialização de seus produtos as famílias camponesas, ano após ano, ousam diversificar cada vez mais sua produção, buscar se organizar para garantir que os produtos sejam comercializados, mas, também, passam a ter o cuidado com os alimentos consumidos. Assim, o PAA, neste caso analisado, contribuiu para a organização, planejamento e comercialização da produção das famílias assentadas.

No entanto, o PAA apresenta alguns limites que podem ser superados melhorando o programa para os beneficiados, sejam os camponeses que entregam seus produtos, sejam as famílias que recebem as doações. Um dos limites é referente ao montante do recurso destinado para a comercialização dos produtos que é considerado baixo ou que poderia ser mais bem potencializado tendo que somente remanejar recursos que são disponibilizados e não utilizados na agricultura. Tomado como base o ano safra 2009/2010, que teve como financiamento da agricultura familiar com o Pronaf um valor destinado de R$ 15 bilhões, mas que foi utilizado somente R$ 11,4 bilhões. Neste período o PAA comercializou com a agricultura familiar um montante de R$ 680,75 milhões o que corresponde a pouco mais de 2% do valor destinado ao financiamento.

Em uma análise comparativa ao agronegócio, é possível perceber que o valor destinado na safra 2009/2010 foi destinado um recurso de R$ 93 bilhões e

utilizadosapenas R$ 86,7 bilhões. Desta forma, entre o planejado e o aplicado no financiamento da safra 2009/2010 houve um "saldo" de R$ 9,9 bilhões. Este recurso poderia ser destinado ao PAA e, com isso, atender mais famílias seja no aspecto da compra e da doação, formação de estoque, etc. Outro limite, que já vem sendo melhorado, é a demora em realizar o pagamento ao produtor, que às vezes, ocorre por causa das limitações organizacionais das associações ou cooperativas e outras, é por parte da burocracia da liberação do recurso pelo governo.

De forma geral, este programa possibilitou que os assentados recuperassem o controle dos seus territórios, pois à medida que conseguem produzir e comercializar seus produtos não precisam desenvolver atividades produtivas direcionada pelo agronegócio. Um exemplo é o milho. Devido o preço pago pelo PAA, a maioria da produção de milho no assentamento está sendo vendida verde. Alguns que deixam o milho secar utilizam para as despesas da produção do lote mesmo.

Com a experiência do assentamento Canudos é possível constatar que o fim do campesinato está longe de ser uma realidade. As famílias oriundas do campo dão continuidade à lida com a terra, permanecendo como camponeses ou se recriando como um novo campesinato contemporâneo. Importante destacar que os camponeses aqui não são retratados como do período do feudalismo europeu ou do século XX. Em geral, são indivíduos que estão em um movimento permanente inserindo novos significados a sua vida no campo, mas sem deixar de lado o "modo de vida camponês" (vínculo com a terra como local de moradia, produção e reprodução da sua vida; diversificação na produção; produção para o autoconsumo; trabalhos cooperados, etc.).

Aos que se inserem na realidade rural, advindos de uma formação urbana, têm no assentamento a possibilidade de se tornarem os "novos camponeses". O que terá como balizamento maior são as políticas públicas direcionadas a esses grupos (camponeses ou novos camponeses). Se as políticas os direcionam a ser indivíduos fragmentados e voltados para a inserção plena ao mercado eles perdem o referencial de grupo ou de camponeses, pois buscam [re]produzir o modelo de desenvolvimento do agronegócio induzindo a individualização. No entanto, quando há políticas adequadas e que valorizam a produção diversificada os indivíduos se voltam para a consolidação do modo de vida camponês desenvolvendo atividades coletivas e/ou cooperadas.

Portanto, o avanço do capitalismo no campo é proporcionado pelas alianças realizadas dentro da classe dominante, que garante a apropriação e concentração da terra nas mãos de poucos. Esta aliança promove o desenvolvimento do capitalismo sem que seja necessário realizar a reforma agrária ou que priorize a agricultura camponesa. Sendo que são as pequenas e médias propriedades que produzem a maioria dos alimentos consumidos pela sociedade (mais de 70%), onde a agricultura camponesa é altamente explorada para alcançar esta produção, devido a não contar com financiamento adequado para a produção. Por outro lado, esta mesma aliança da classe dominante utilizam a política para garantir a manutenção destas fazendas/latifúndios direcionando, também, recursos para a sua viabilidade. Através da política a classe dominante busca influenciar a classe dominada e legitimar a importância do agronegócio no cenário econômico brasileiro incorporando, inclusive, a agricultura camponesa como parte do agronegócio em sentido amplo.

O enfrentamento, a luta, resistência, alternativas ou adesão ao agronegócio são apresentados à agricultura camponesa de diferentes formas. A trajetória das famílias do assentamento Canudos é uma experiência que representa esta diversidade de enfrentamento. Inicialmente a luta era contra o latifúndio, mas a medida que o assentamento vai sendo criado e consolidado surge a figura do agronegócio no campo. O enfrentamento e resistência passam a ser contra um inimigo mais abstrato e pulverizado. A figura do latifundiário era clara e concreta, já o agronegócio é mais uma ideia, ou melhor, uma concepção de organização produtiva no campo representada por agentes capitalistas e/ou empresas transnacionais.

Isto dificultava a visualização, por parte dos assentados, de quem era este inimigo e como influenciava em sua vida, pois no geral o agronegócio aparece para as famílias como fonte de geração de renda e de uma concepção modernizadora do campo. Aos poucos o agronegócio passa a controlar ou influenciar o território dos Sem Terra direcionando o uso da terra e o que produzir nela. Desta forma, a adesão parecia ser a única opção as famílias assentadas devido a políticas que lhes direcionavam a este caminho.

Com a implementação e consolidação do PAA houve a possibilidade de abandonar o modelo sugerido pelo agronegócio e voltar-se a resistir a este modelo através da produção diversificada por meio da garantia de comercialização e de preços

adequados e rentáveis de seus produtos. A organização produtiva contribui para a organização das famílias em associações e/ou cooperativas para poder atender a demanda de produtos para entregar para as entidades cadastradas.

Além desta organização, o êxito adquirido com a adesão ao programa está possibilitando que as famílias se reúnam para debater e encaminhar os próximos passos produtivos para o assentamento que é a construção de uma agroindústria para agregar valor a produção dos assentados e poder atender as exigências das vigilâncias sanitárias. Ainda em um processo inicial as famílias direcionam para o debate em três frentes: derivados do leite, frutas e seus derivados e abatedouro de frango e seus derivados. Outras iniciativas estão sendo construídas no campo da piscicultura onde grupos buscam apoio para a construção de tanques e de um abatedouro dentro do próprio assentamento.

Portanto, a trajetória das famílias do assentamento Canudos é um referencial desde a sua articulação para o início da luta através do acampamento como dos processos formativos, lutas e mobilizações realizadas para a conquista da área a ser destinada para o assentamento das famílias. O próprio processo desencadeado para a construção e discussão do PDA torna-se uma referência para os demais assentamentos coordenados pelo MST. Atualmente, apesar de muitos desafios a serem superados, a inserção das famílias em uma política pública adequada para o incentivo da produção e da comercialização dos produtos dos assentados, faz com que estes consigam uma relativa melhoria nas condições de vida dentro do assentamento. Esta melhoria indica que os Sem Terra vão conseguindo exercer o controle dos seus territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANACLETO, Álvaro. **O lote ou a luta?: O processo de formação de consciência das famílias no assentamento Canudos (1997 – 2002).** 2018. 87 f. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

BARTRA VERGES, Armando. **Campesindios: Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado.** La Paz: Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica, 2010.

BERNESTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O MST e a cultura**. 3ºed. São Paulo: MST, 2009.

BRASIL – MDA; INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária; paz, produção e qualidade de vida no meio rural.** Brasília: MDA, 2005. Edição especial para o Fórum Social Mundial 2005.

_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2006– Agricultura Familiar: primeiros resultados** - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006 – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009b.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2010-2011 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola**. – Brasília: Mapa/SPA, 2010.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2011-2012 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola**. – Brasília: Mapa/SPA, 2011.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2012-2013 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola**. – Brasília: Mapa/SPA, 2012.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Reforma Agrária por conflitos.** In: BUAINAIN, AntônioMárcio (coord.) et al. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3ºed. São Paulo: Expressão Popular,. 2004.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CLEPS JR., João. **Questão agrária, Estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro.** In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos (org.): **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura familiar**. Disponível em: http://www.conab.gov.br Acessado em 20/05/2011.

HAESBAERT Rogerio da Costa. **O mito da desterritorialização: o "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2007.

DUARTE, Élio Garcia. **Da luta pela terra à luta pela Reforma Agraria em Goiás.** Anais do XX Simpósio Nacional de História – ANPUH. Florianópolis, p 609 – 621, 1999.

Consultado em PDF

_____. **As ocupações de Terra em Goiás.** Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, Ano 02 nº19, p 35 – 49, 1999b.

Consultado em PDF

_____. **Manifestações camponesas em Goiás: perspectivas para uma pesquisa histórico-cultural.** História Revista, Goiânia, Ano 01 nº 06, p 113 – 134, 2001.

Consultado em PDF

ESTEVAM, Luis Antônio. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás.** 1997 203 f. Tese (Doutorado no Instituto de Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Consultado em: PDF

FABRINI, João Edmilson. **Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas**. In: PAULINO, Elaine Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós – Graduação em geografia. 2008.

_____. **A resistência camponesa para a além dos movimentos sociais.** Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 15, Edição Especial, p 53 – 76, 2012.

FELÍCIO, Munir Jorge. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, nº 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo: MST, 1998.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo, Cortez: 2001. (coleção Questões da Nossa Época; v. 92).

_____. **Entrando nos territórios do território**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edimilson (org.): **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Conflitualidade e desenvolvimento territorial**. *In:* BUAINAIN, Antônio Márcio. **Reforma Agrária por conflitos.** *In:* BUAINAIN, Antônio Márcio (coord.) et al. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008b.

_____. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (org.): **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew, GONÇALVES, Elienai Constantino. **Land Governance in Brazil**. Framingthe Debate Series, Nº. 2. ILC, Roma. 2012.

FERNADES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos sócio espaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 15, Edição Especial, p 07 – 17, 2012b.

FERREIRA, Idelvone Mendes; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A organização do espaço agrário em Goiás: povoamento e colonização (do século XVIII ao XX).** São Paulo: XIX Encontro Nacional de Geografia, pp. 01 – 27, 2009.

Consultado em: PDF

FRANÇA, Caio Galvão de; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** 2008 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GOHN. Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GRIFFIN, David. **Globalização da Agricultura**. In: VIA CAMPESINA. **A situação Internacional da Agricultura**. Brasília: Via Campesina, 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise agrária.** 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HARNERCKER, Marta; URIBE, Gabriela. **Exploradores e explorados.** São Paulo: Global editora, 1979.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 15, Edição Especial, p 41 – 51, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2º ed.,São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista.** 3º ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura)

_____. **A ideologia Alemã, 1º capítulo: seguido das Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 2002.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. (Nead Estudos; 11).

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MISNEROVICZ, José Valdir. **A Criação do Novo Camponês em Movimento nas Lutas pela Terra e Reforma Agrária no Final no Século XX e Início do XXI.** 2011. 144 f. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil.** In: STEDILE, João Pedro (org.). **Histórias e natureza das Ligas Camponesas.** São Paulo: expressão Popular, 2002.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Construindo o caminho.** São Paulo: MST, 2001.

____. **Normas Gerais do MST.** In: _____ **O MST: A luta pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no Brasil.** São Paulo: MST, 2005.

_____. **Programa de Formação para a Cooperação e Organização dos Assentados.** São Paulo: MST, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 4º ed. 2001.

_____. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** São Paulo: Estudos Avançados, nº 15. 2001b

Disponível em PDF.

_____. **Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo.** In: OLIVEIRA, Ariovaldo de; MARTINS, Horácio. **Agricultura brasileira: Tendências, perspectivas e correlação de forças sociais.** Brasília: Via Campesina, 2004.

_____. **Modo de Produção Capitalista, agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

Consultado em PDF.

OLIVEIRA, Victor Tomaz de. **Conflitos de usos em áreas de preservação permanente de assentamentos rurais e demais áreas em bacias hidrográficas de Goiás.** 2013. 124f. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Meio Ambiente) – Escola de Engenharia Civil, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

Acessado em PDF

PELOSO, Ranulfo. **A luta popular.** In: MST. **Método de Trabalho de Base e Organização Popular.** São Paulo: MST, 2009. Cadernos de Formação nº 38.

PESSOA, Jadir de Morais. **A revanche camponesa: cotidiano e história em assentamentos de Goiás.** 1997 380 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Consultado em: PDF

PIRES, Murilo José de Souza. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura fundiária nas regiões do estado de Goiás.** Revista de Economia da UEG, Anápolis (GO), Vol. 05, nº 02, pp. 70 – 91, JUL-DEZ/2009

Consultado em PDF

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 2011. Série Temas volume 29: Geografia Política.

RIBEIRO, Silvia. **Quem come e quem nos come**. In: Via Campesina. **A situação Internacional da Agricultura**. Brasília: Via Campesina, 2004.

SANTOS. Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporialidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas.** In: PAULINO, Elaine Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós – Graduação em geografia. 2008.

SILVA, Anderson Antônio da; FERNANDES, Bernardo Mançano; VALENCIANO, Cristiane (coord.). **Relatório de impacto socioterritoriais: Desenvolvimento territorial e políticas publicas no Pontal do Paranapanema.** Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

SILVA, José Graziano da.**A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

SILVA, Valtuir Moreira da.**História agrária em Goiás.** Goiânia: Editora Alternativa, 2003. Coleção Histórias de Goiás vl. 05

SOUZA, Marcelo Lopes de**. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental.** In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (org.): **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (org.): **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STEDILE, João Pedro. **Latifúndio: O pecado agrário brasileiro**. In SADER, Emir (Org.). **Sete pecados do Capital.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

STEDILE, João Pedro; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A natureza do agronegócio no Brasil.** São Paulo: Via Campesina, 2005.

STEDILE, João Pedro e GROGEN, Frei Sérgio Antônio.**A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., 1993.

THOMAZ JR., Antônio. **A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado?** In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.): **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

UFG. **Plano de Desenvolvimento Assentamento Canudos/Universidade Federal de Goiás.** Goiânia, junho de 2003.

VEIGA, José Eli da.**O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo HUCITEC, 1991 – (Estudos Rurais; 11).

VIA CAMPESINA. **O problema dos alimentos: a agricultura camponesa é a solução**. Brasília: Via Campesina, 2008.